



A Universidade de todos

Projeto Pedagógico do Curso

CURSO DE LETRAS
LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA
Campus Joinville

Aprovado pelo Parecer n.º052/21 no
Consun de 22.04.21, com
atualizações aprovadas no Conselho
Universitário conforme Resolução
53/25 de 11/12/2025

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

REITORA

Alexandre Cidral

VICE-REITOR

Therezinha Maria Novais de Oliveira

PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA

Gean Cardoso de Medeiros

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Patrícia Esther Fendrich Magri

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Yoná da Silva Dalonso

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Paulo Henrique Condeixa de França

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO BENTO DO SUL

Eduardo Silva

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Curso de Letras – Joinville

Sumário

DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Mantenedora	8
1.2 Mantida	9
1.3 Missão, visão e valores da Univille	10
1.4 Dados socioeconômicos da região	11
1.4.1 Joinville	13
1.4.2 São Bento do Sul	20
1.4.3 São Francisco do Sul	26
1.4.4 JARAGUÁ DO SUL	30
1.4.5 ARAQUARI	33
1.4.6 GARUVA	36
1.4.7 ITAPOÁ	39
1.4.8 GUARATUBA	42
1.4.9 MAFRA	45
1.4.10 CANOINHAS	48
1.4.11 RIO NEGRINHO	51
1.5 Breve histórico da Furj/Univille	54
1.6 Corpo dirigente	59
1.7 Estrutura organizacional	61
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	64
1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj	64
1.7.1.2 Conselho Curador da Furj	67
1.7.1.3 Presidência da Furj	68
1.7.2 Universidade da Região de Joinville	69
1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille	73
1.7.2.2 Reitoria	76
1.7.2.3 Campi e unidades	79
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	79
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares	81
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	85
1.8.1 A metodologia	85

1.8.2 A estratégia	88
1.8.3 Objetivos	89
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso	89
2 DADOS GERAIS DO CURSO	90
2.1 Denominação do curso.....	90
2.1.1 Titularidade.....	90
2.2 Endereços de funcionamento do curso.....	90
2.3 Ordenamentos legais do curso.....	90
2.4 Modalidade.....	91
2.5 Número de vagas autorizadas.....	91
2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso.....	91
2.7 Período (turno) de funcionamento.....	91
2.8 Carga horária total do curso.....	92
2.9 Regime e duração.....	92
2.10 Tempo de integralização.....	92
2.11 Formas de ingresso.....	92
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	94
3.1 Política institucional de ensino de graduação.....	94
3.2 Política institucional de extensão.....	102
3.3 Política institucional de pesquisa.....	109
3.4 Histórico do curso.....	114
3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional).....	120
3.6 Proposta filosófica da instituição e do curso.....	125
3.6.1 Educação para o século XXI	125
3.6.2 Universidade	135
3.6.3 Concepção filosófica do Curso	136
3.7 Objetivos do curso.....	139
3.7.1 Objetivo geral do curso.....	139
3.7.2 Objetivos específicos do curso.....	139
3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação.....	140
3.8.1 Perfil profissional do egresso.....	140
3.8.2 Campo de atuação profissional.....	142
3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares.....	142
3.9.1 Matriz curricular.....	145

3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico	149
3.9.3 Integralização do curso	189
3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	196
3.9.5 Atividades extracurriculares	200
3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem	201
3.10 Inovação pedagógica e curricular.....	206
3.11 Flexibilização curricular.....	208
3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	212
3.13 Apoio ao discente	214
3.13.1 Central de Relacionamento com o Estudante	214
3.13.2 Central de Atendimento Acadêmico	216
3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo.....	217
3.13.4 Crédito universitário	221
3.13.5 Assessoria Internacional	222
3.13.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil.....	222
3.13.7 Coordenação ou área.....	223
3.13.8 Outros serviços oferecidos	224
3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa	226
3.15 Atividades de tutoria	231
3.16 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria ...	233
3.17 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem	235
3.18 Ambiente Virtual de Aprendizagem	241
3.19 Material didático	246
3.20 Número de Vagas	249
4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	253
4.1 Gestão do curso	253
4.2 Colegiado do curso	254
4.3 Coordenação do curso	255
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	257
4.5 Equipe multidisciplinar	257
4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.....	258
4.5 Corpo docente do curso	258

4.6 Corpo de tutores do curso	260
5 INFRAESTRUTURA	262
5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral	264
5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	265
5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores).....	266
5.5 Salas de aula.....	267
5.5.1 Campus Joinville	267
5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	269
5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).....	272
5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo	273
5.7.2 Acervo	275
5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	276
5.7.4 Acesso a bases de dados	277
5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca	278
5.7.6 Acervo específico do curso	278
5.8 Laboratórios	279
5.8.1 Laboratórios de formação básica.....	282
5.8.2 Laboratórios de formação específica	282
5.9 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais	
282	

1. DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9201

www.Univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Portaria MEC 524, de 9 de junho de 2020 publicada no Diário Oficial da União nº 111 de 12 de junho de 2020 retificada no Diário Oficial da União nº 129 de 8 de julho de 2020.

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- Última avaliação externa que manteve o enquadramento como Universidade: Portaria MEC 524, de 9 de junho de 2020 publicada no Diário Oficial da União nº 111 de 12 de junho de 2020 retificada no Diário Oficial da União nº 129 de 8 de julho de 2020.

Endereços

Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, n.º 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Telefone: (47) 3631-9100

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, n.º 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, n.º 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba

CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Telefone: (47) 3471-3800

1.3 Missão, visão e valores da Univille

Missão

Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população de 1.212.997 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2016). Em sua área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 1, onde é apresentada a estimativa populacional do IBGE em 2015.

Quadro 1 – Municípios da mesorregião norte catarinense

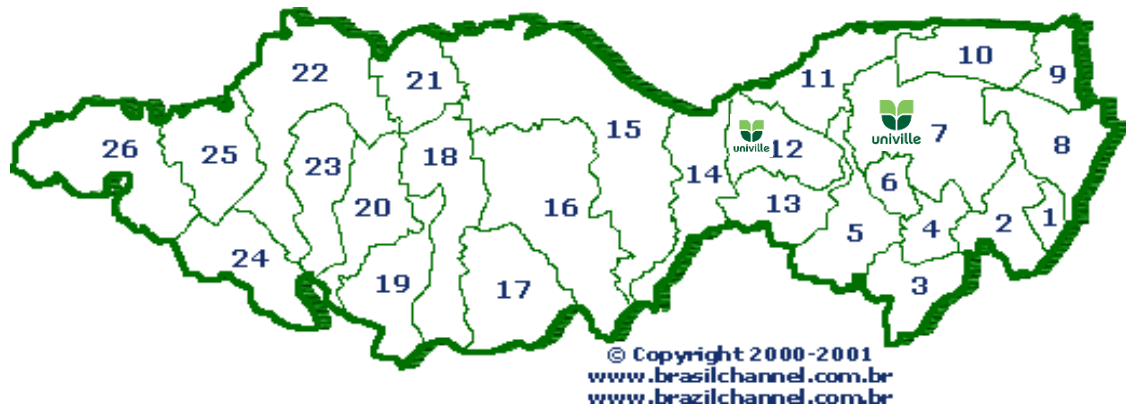
Mesorregião Norte Catarinense		
Microrregião Canoinhas		
Município	Área (km²)	População estimada em 2015 (habitantes)
Bela Vista do Toldo	583,133	6.248
Canoinhas	1.140,394	54.188
Irineópolis	589,558	10.989
Mafra	1.404,034	55.313
Major Vieira	525,495	7.899
Monte Castelo	573,585	8.475
Papanduva	747,862	18.793
Porto União	845,340	34.882
Santa Terezinha	715,263	8.864
Timbó Grande	598,473	7.632
Três Barras	437,556	18.945
Microrregião de Joinville		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Araquari	383,986	32.454
Balneário Barra do Sul	111,280	9.828
Corupá	402,789	15.132
Garuva	501,973	16.786
Guaramirim	268,585	40.878
Itapoá	248,409	18.137
Jaraguá do Sul	529,447	163.735
Joinville	1.126,106	562.151
Massaranduba	374,078	16.024
São Francisco do Sul	498,646	48.606
Schroeder	164,382	18.827
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Campo Alegre	499,073	11.992

Rio Negrinho	907,311	41.602
São Bento do Sul	501,634	80.936

Fonte: IBGE (2016)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul (figura 1).

Figura 1 – Região de atuação da Univille



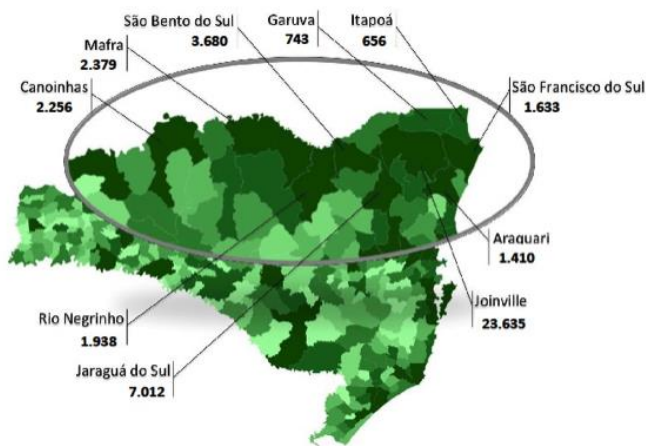
Legenda:

1. Balneário Barra do Sul	2. Araquari	3. Massaranduba	4. Guaramirim	5. Jaraguá do Sul	6. Schroeder
7. Joinville	8. São Francisco do Sul	9. Itapoá	10. Garuva	11. Campo Alegre	12. São Bento do Sul
13. Corupá	14. Rio Negrinho	15. Mafra	16. Itaiópolis	17. Santa Terezinha	18. Papanduva
19. Monte Castelo	20. Major Vieira	21. Três Barras	22. Canoinhas	23. Bela Vista do Toldo	24. Timbó Grande
25. Irineópolis	26. Porto União				

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 30)

Observa-se na figura 2, em que se tem o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2015, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pensando na expansão para os municípios do entorno do porto de Itapoá, incluindo esse município e o de Garuva, observa-se que a quantidade de matrículas no ensino médio é baixa.

Figura 2 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2017



Fonte: Inep (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 30)

A seguir, apresentam-se as características econômicas e populacionais de alguns dos municípios apontados na figura 2.

1.4.1 Joinville

O município de Joinville localiza-se no norte do estado de Santa Catarina (figura 3), a 180 km de Florianópolis, a capital do estado. Dispõe de uma área de 1.126,106 km² e uma população de 583.144 habitantes, conforme estimativa de 2018 (IBGE, 2018).

Figura 3 – Mapa de localização do município de Joinville



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de Joinville foi superior à do crescimento populacional do estado de Santa Catarina e do Brasil. Em Joinville, o percentual de crescimento do ano 2000 para 2016 foi de 33%, ou uma média de 1,8% anuais, estando acima do crescimento populacional de Santa Catarina, que foi de 29% (média anual de 1,6%), e do Brasil, que correspondeu a 22% (média anual de 1,2%) para o mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Brasil, de Santa Catarina e de Joinville – 2000 a 2016

Ano	Brasil		SC		Joinville	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		429.000	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	515.000	20,0%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	562.000	9,1%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	569.000	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 31)

A partir de 2015 a taxa de crescimento de Joinville começou a acompanhar a taxa de Santa Catarina, mas ainda ficou acima da taxa nacional. Isso evidencia o potencial que o município apresenta em relação ao crescimento populacional, que também deve considerar a estratificação por faixa etária (tabela 2).

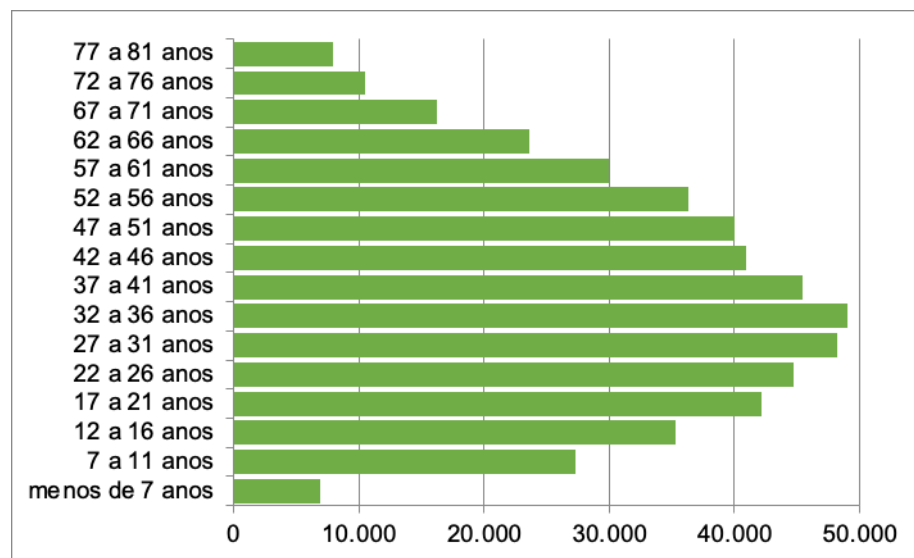
Tabela 2 – Participação de cada faixa etária na população de Joinville – 1970 a 2010

Ano	0-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
1970	37.098	14.174	8.272	5.349	-	24.471	17.417	6.670
1980	58.724	26.631	16.669	10.738	-	52.951	31.735	11.143
1991	77.375	37.631	19.734	13.683	-	91.851	53.379	18.980
2000	77.737	41.681	25.149	17.682	40.553	112.410	86.085	28.236
2010	69.539	42.207	26.514	18.159	48.296	135.394	129.818	45.404

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 32)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos aumentou 14% (8.220 pessoas), representando o total de 66.455 jovens. Em 2016, esta população tinha idade entre 24 e 30 anos.

Gráfico 1 – População por faixa etária – Joinville – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 32)

A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1,26% e representa 42.207 jovens (IBGE, 2016). É importante considerar que a média da taxa de fecundidade total (filhos por mulher) em Joinville, segundo o IBGE (2016), reduziu de 2,6 filhos (1991) para menos de 2 filhos (1,8) em 2010. Projetando essa população para 2017,

tem-se a maior concentração da população entre 27 e 36 anos, conforme o gráfico 1.

Joinville vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Joinville também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 17 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, em um período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores, para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, Joinville é a maior cidade catarinense, configurando o 3.º polo industrial da Região Sul do Brasil e responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Encontra-se entre os 15 municípios com maior arrecadação de tributos e taxas municipais, estaduais e federais e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2016).

A atividade econômica pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 18,2 bilhões (2010) para R\$ 25,6 bilhões (2015), representando um crescimento de 40% nesse período, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Joinville – 2010 a 2015

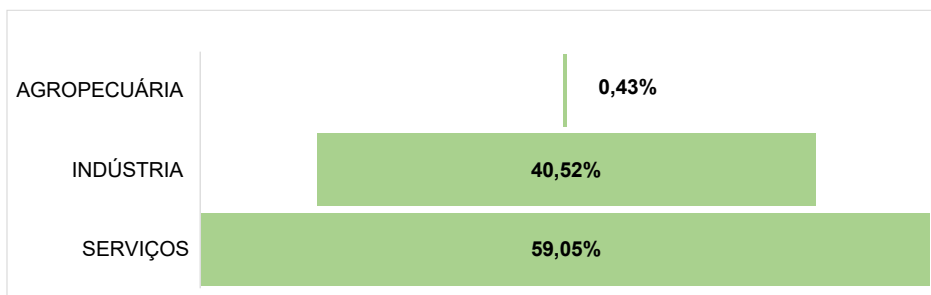
Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 18.284.659,00
2011	R\$ 18.728.516,00
2012	R\$ 20.376.688,00
2013	R\$ 21.979.954,00

2014	R\$ 24.570.851,00
2015	R\$ 25.599.407,00

Fonte: IPPUJ (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 33)

A participação dos setores da economia no PIB de Joinville caracteriza-se por ser 40,5% da indústria, 59% de serviços e 0,4% da agropecuária, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por setores de atividade (%) – Joinville – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 33)

O segmento serviços apresentado no gráfico 2 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, na tabela 4, em que se tem o número de empresas em Joinville classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o comércio, a prestação de serviços e os autônomos são representativos, mas o parque industrial desempenha um importante papel na composição do PIB. Avaliando o período de 2005 a 2015, a atividade produtiva mantém-se em constante processo de crescimento, passando de 31 mil empresas para 47 mil (tabela 4).

Tabela 3 – Empresas por setor de atividade – Joinville – 2005 a 2015

Ano	Comércio		Indústria da transformação		Prestação de serviços		Autônomos		TOTAL
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.
2005	10.566	34,0	1.698	5,5	12.393	39,8	6.467	20,8	31.124

2010	12.466	32,9	1.661	4,4	17.477	49,7	6.267	16,6	37.871
2011	13.454	31,6	1.673	3,9	21.182	49,9	6.152	14,4	42.461
2012	15.545	31,6	1.855	3,7	25.436	51,2	6.883	13,8	49.719
2013	16.447	30,2	2.093	3,9	28.207	51,8	7.673	14,1	54.420
2014	16.161	29,2	2.195	4,0	29.851	53,9	7.137	12,9	55.344
2015	15.033	31,7	2.093	4,4	22.938	48,4	7.312	15,4	47.376

Fonte: IPPUJ (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 34)

Observa-se que a taxa de crescimento de empresas instaladas em Joinville foi de 52%, considerando o período de 2005 a 2015. E, apesar de corresponder a 4,4% do número total de empresas, o setor da indústria de transformação tem papel significativo para a economia da cidade, como já observado pelo PIB. Ainda, segundo dados do IPPUJ (2016), a indústria de transformação foi responsável por 26% dos empregos, com destaque para a fabricação de produtos de borracha e de material plástico; fabricação de máquinas e equipamentos; e metalurgia. Tais atividades responderam por 89% do emprego da indústria de transformação de Joinville. Dessa forma, a cidade constitui um dos polos industriais mais importantes do país, *status* esse impulsionado pela presença de grandes indústrias no município, como Whirlpool, Embraco, Ciser, Lepper, Docol, Tigre, Tupy e General Motors.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se observado o crescimento da participação dos setores de comércio e serviços na economia do município, com aproximadamente 15.000 e 22.900 empresas, respectivamente. O setor de serviços, que aparece com crescimento considerável, já é responsável atualmente por 42% dos empregos (IPPUJ, 2016).

A presença do emprego formal em Joinville reforça a importância da indústria de transformação e do setor de serviços no município, uma vez que são os setores que mais geram empregos formais. Ainda, é preciso destacar a perspectiva de ampliar a participação do setor terciário, especialmente comércio e prestação de serviços. O crescimento da participação desses setores na economia é um movimento que está ocorrendo no país, e Joinville segue tal tendência. Na tabela 5, tem-se a população economicamente ativa (PEA), por setor de atividade.

Tabela 5 – Evolução da população economicamente ativa em Joinville por setor de atividade – 2010 a

2017.

Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Primário	560	332	317	550	505	407	377	376
Secundário	87.793	46.929	45.090	48.222	46.702	31.676	26.446	28.409
Terciário	121.106	71.880	73.384	71.001	75.131	61.113	50.513	53.156
Total	209.459	119.149	118.791	119.773	122.338	93.196	77.336	81.941

Fonte: IPPUJ (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 34)

Considerando os dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (2016), a maior parte das empresas do segmento de serviços no Brasil é voltada à prestação de serviços às famílias, incluindo hospitalidade, alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividade de ensino continuado.

É em relação ao mercado de trabalho que o IBGE (2016) aponta dados importantes com relação à PEA. Entre 2000 e 2010, o percentual da PEA de 18 anos ou mais passou de 68,2% para 74,2%. Isso aponta muito fortemente um perfil de público com disponibilidade para estudar à noite, pois a maioria das vagas de emprego em Joinville ainda é para o período diurno. Em 2010, da população ocupada, 59,4% possuíam ensino médio completo e 87% apresentaram rendimento de até 5 salários mínimos (IBGE, 2016). No mesmo ano, das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 28,4% estavam empregadas na indústria de transformação, 41,5% no setor de serviços e 18,6% no comércio. Somando o setor de serviços e comércio, tem-se que 60% das pessoas ocupadas estão em atividades conhecidas como do setor terciário, que se dão predominantemente no horário comercial (diurno) e de segunda-feira a sábado.

Com base no estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015), os setores que mais geraram empregos na mesorregião norte no período de 2006 a 2011 foram: construção civil; alimentos; serviços para construção; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; vestuário e acessórios; produção de minerais não metálicos; eletricidade e gás; têxteis e confecções; automotivo; saúde; produtos químicos e plásticos; e energia.

Chama a atenção, também, o fato de que muitas das áreas apontadas como tendências possuem sustentação na área de serviços. Segundo o IPPUJ (2016), no período de 2005 a 2015 esse foi o setor que apresentou um crescimento de 85% no número de empresas registradas, caracterizando-se como o de maior crescimento

no município. O comércio cresceu 42%, a indústria 23% e o registro de autônomos 13%.

Em relação ao número de trabalhadores por atividade econômica em Joinville, observa-se que o setor terciário, em 2017, representou 64,9% dos empregados, com a oferta de 53 mil postos de trabalhos. Esse setor considera a administração pública, comércio e serviço. Entretanto a identidade da cidade ainda está relacionada ao setor secundário, que envolve indústria, serviço industrial e construção civil, com 28 mil postos de trabalho, representando 34,7% dos empregados no município (IPPUJ, 2018).

Outro fator a ser considerado é a proximidade com o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá, o que oferece condições de fortalecimento do parque industrial, não só de Joinville, como também das cidades vizinhas, caracterizando a região, também, como um centro de armazenamento e entreposto comercial.

Todo esse cenário de desenvolvimento, gerado pelo processo de industrialização, trouxe consigo problemas idênticos aos enfrentados pelas sociedades industriais de outras partes do mundo. A riqueza gerada e a crescente urbanização aliadas ao crescimento demográfico, que desde a década de 1980 vem se mantendo acima da média de Santa Catarina, têm agravado problemas de ordem social, ambiental e cultural.

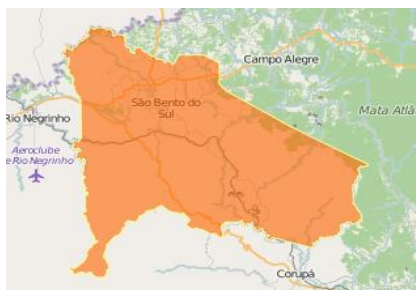
Quanto ao aspecto ambiental, a região sofre as consequências da exploração dos recursos naturais, feita nem sempre de forma racional, podendo-se apontar: a poluição hídrica; a ocupação e a urbanização de mangues; a precariedade do sistema de esgoto; a produção do lixo urbano e industrial; a devastação da floresta que cobre a serra do mar; e a poluição atmosférica. Tais aspectos potencializam o papel da Universidade como instituição de pesquisa e de extensão que contribui para a análise dos problemas regionais e a construção de soluções em parceria com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

1.4.2 São Bento do Sul

O município de São Bento do Sul localiza-se a 88 km de Joinville e 251 km de Florianópolis (figura 4). Segundo dados do IBGE (2018), São Bento do Sul dispõe de uma área de 501,634 km² e uma população de 83.576 habitantes, conforme

estimativa de 2018.

Figura 4 – Mapa de localização do município de São Bento do Sul



Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 36)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população do município de São Bento do Sul foi superior ao crescimento no Brasil, mas um pouco abaixo do crescimento no estado. O percentual de crescimento da população de São Bento do Sul do ano 2000 para 2016 foi de 26% (média de 1,5% anual), enquanto o crescimento populacional de Santa Catarina foi de 29% (média anual de 1,6%) e do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como demonstrado na tabela 6.

Tabela 4 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		SC		São Bento do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		64.928	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	74.801	15,2%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	80.936	8,2%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	81.893	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 36)

Observa-se que, apesar de São Bento do Sul apresentar uma taxa de crescimento populacional um pouco abaixo da média estadual, o potencial de crescimento é positivo, tanto pelo espaço territorial para a instalação de novas empresas como a proximidade com outros municípios do entorno que também estão se desenvolvendo. Na tabela 7, tem-se a participação de cada faixa etária.

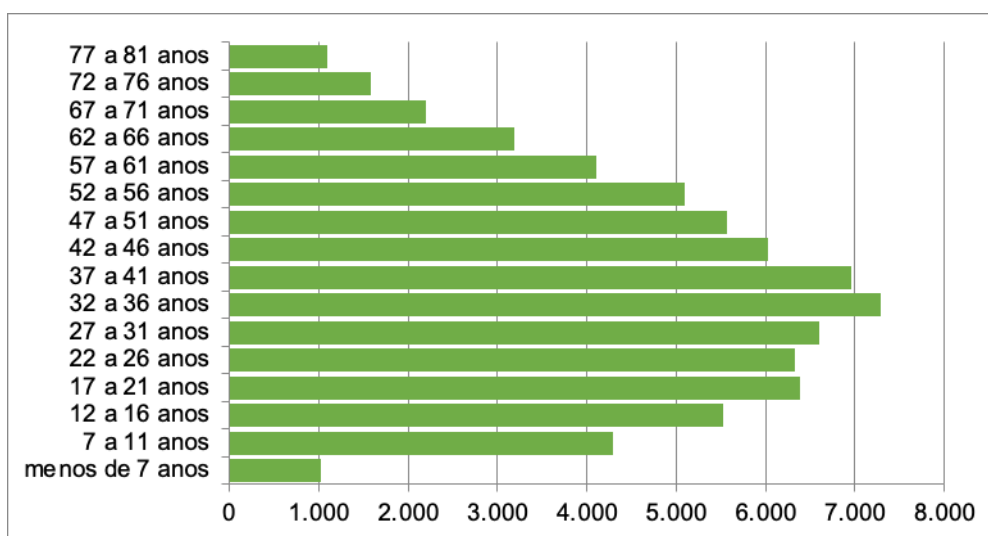
Tabela 5 – População residente por faixa etária – São Bento do Sul – 2000 e 2010

Ano	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
2000	6.201	6.311	6.340	3.881	2.910	6.904	16.927	11.927	4.036
2010	5.322	5.523	6.393	3.755	2.576	6.604	20.282	17.969	6.377

Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 36)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos teve uma redução de 6,5% (634 pessoas), representando o total de 9.180 jovens. Em 2016 essa população tem idade entre 24 e 30 anos. A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1% e representa 6.393 jovens (IBGE, 2016). Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 36 e 41 anos (gráfico 3).

Gráfico 2 – População por faixa etária – São Bento do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo de 2010, sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 37)

São Bento do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, São Bento do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de

vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 16 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento. Assim como em Joinville, para São Bento do Sul tal cenário contribui com a redução quantitativa de trabalhadores e, para que o município possa continuar crescendo nos índices atuais, será necessário investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

Quanto à atividade econômica, São Bento do Sul é um município industrializado, atraindo pessoas de outras cidades, inclusive do estado do Paraná. A atividade econômica de São Bento do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 1,89 bilhão (2010) para R\$ 2,5 bilhões (2015), representando um crescimento de 33% nesse período (tabela 8).

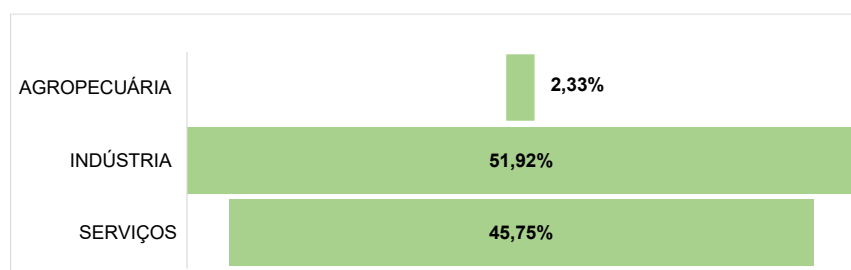
Tabela 8 – PIB a preços correntes – São Bento do Sul – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços
2010	R\$ 1.892.011,00
2011	R\$ 1.892.011,00
2012	R\$ 1.892.011,00
2013	R\$ 1.892.011,00
2014	R\$ 1.892.011,00
2015	R\$ 1.892.011,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 37)

A participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul caracteriza-se por ser 51,9% da indústria, 45,7% de serviços e 2,3% da agropecuária, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 – PIB por setores de atividade (%) – São Bento do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 37)

Conforme dados da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS, 2015), São Bento do Sul é o 12.º exportador de Santa Catarina, e 80% do produto exportado são móveis, o que justifica a participação da indústria no PIB da cidade. Na tabela 9, observa-se a balança comercial de São Bento do Sul.

Tabela 6 – Balança comercial – São Bento do Sul – 2007 a 2014

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)		US\$ FOB (B)		US\$ FOB (A) - (B)
2007	\$188.130.896,00		\$36.031.262,00		\$152.099.634,00
2008	\$162.705.195,00	-13,5%	\$38.757.255,00	7,6%	\$123.947.940,00
2009	\$133.500.776,00	-17,9%	\$48.868.360,00	26,1%	\$84.632.416,00
2010	\$141.479.553,00	6,0%	\$70.903.007,00	45,1%	\$70.576.546,00
2011	\$123.125.722,00	-13,0%	\$88.955.125,00	25,5%	\$34.170.597,00
2012	\$113.824.040,00	-7,6%	\$87.795.881,00	-1,3%	\$26.028.159,00
2013	\$112.329.488,00	-1,3%	\$58.901.128,00	-32,9%	\$53.428.360,00
2014*	\$57.370.037,00		\$40.438.703,00		\$16.931.334,00

* dados até junho/2014

Fonte: Denk e Westphal (2014 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 38)

As exportações de São Bento do Sul tiveram no período de 2007 a 2014 oscilações que confirmam a dependência do país quanto às políticas internas (comerciais e cambiais) e ao cenário econômico internacional. Destacam-se os triênios de 2007 a 2009 e 2011 a 2013, nos quais houve retração nas exportações em decorrência do cenário recessivo internacional.

Por outro lado, considerando dados até julho de 2014, observa-se que há uma recuperação positiva das exportações. No *ranking* estadual, móveis de madeira ocupam a décima posição entre os produtos catarinenses mais exportados, representando US\$ 9,7 milhões, em janeiro de 2016. Mesmo considerando que as exportações de São Bento do Sul apresentaram retração nos triênios destacados, observa-se que o saldo da balança comercial sempre se apresenta como superavitário, diferentemente do saldo da balança comercial do estado, o qual desde 2010 vem apresentando valores negativos. Isso confirma a contribuição das exportações para o município.

São Bento do Sul é considerada a principal economia do planalto norte catarinense e conta com importante participação dos setores de higiene e limpeza; metalurgia; fiação e tecelagem; cerâmica; plástico; e comércio. A indústria de São Bento do Sul responde por aproximadamente 66% do valor adicionado do município, que é a diferença entre as entradas e saídas de uma empresa, ou seja, é o valor agregado ao produto. Em seguida vêm o comércio, com cerca de 13%, e os serviços, com 7%. O valor adicionado da agropecuária corresponde a cerca de 1,5%. O restante do movimento vem de empresas registradas no Simples Nacional ou de setor não identificado. No setor industrial, o segmento metalomecânico já corresponde a 20,5% da atividade econômica são-bentense, seguido pelo segmento de madeira e móveis, com cerca de 15% (MORAES, 2015). Além das empresas moveleiras (tais como Rudnick), outros segmentos têm representatividade no município por meio de indústrias com renome nacional e internacional, destacando-se Tuper, Condor, Tecmatic, Oxford, Buddemeyer e Fiação São Bento.

Nessa direção, a ACISBS (2015) revela que diferentes setores compõem a cadeia produtiva e a economia do município, a qual em termos de indústria de transformação, como anteriormente mencionado, é regida pela cadeia de valor da indústria metalomecânica; do mobiliário; da indústria do plástico; da indústria da fiação e tecelagem; da indústria cerâmica. A referida publicação ainda expressou que, em número de empresas, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, embora a indústria de manufatura tenha presença marcante no contexto do município, como apresenta a tabela 10.

Tabela 7 – Agrupamento dos principais segmentos econômicos – São Bento do Sul – 2014

Indústria	67,0%
Metalomecânica	20,5%
Metalurgia	14,4%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,7%
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,1%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,3%
Móveis/madeiras	13,41%
Fabricação de móveis	12,3%
Fabricação de produtos de madeira	1,1%
Comércio	12,8%
Comércio varejista	5,6%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2,9%
Comércio por atacado	4,2%
Serviços	6,5%
Simples Nacional	10,7%

Fonte: ACISBS (2015 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 39)

Em 2014 o segmento industrial agrupava 67% do que movimentou a economia de São Bento do Sul, seguido pelo comércio, com 12,8%. É importante destacar que o segmento de serviços, com 6,5%, tem potencial de crescimento, considerando o crescimento populacional do município e o seu desenvolvimento econômico.

1.4.3 São Francisco do Sul

O município de São Francisco do Sul está localizado na ilha de mesmo nome, a 37 km de Joinville e a 194 km da capital Florianópolis (figura 5). Segundo dados do IBGE (2018), São Francisco do Sul dispõe de uma área de 498,646 km² e uma população de 51.677 habitantes, conforme estimativa de 2018.

Figura 5 – Mapa de localização do município de São Francisco do Sul



Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 39)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de São Francisco do Sul foi bem superior à do crescimento populacional de Santa Catarina e do Brasil. O percentual de crescimento da população do município do ano 2000 para 2016 foi de 58% (média de 2,9% anuais), enquanto o crescimento populacional do estado foi de 29% (média anual de 1,6%) e o do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como se observa na tabela 11.

Tabela 8 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Francisco do Sul – 2000 a 2016

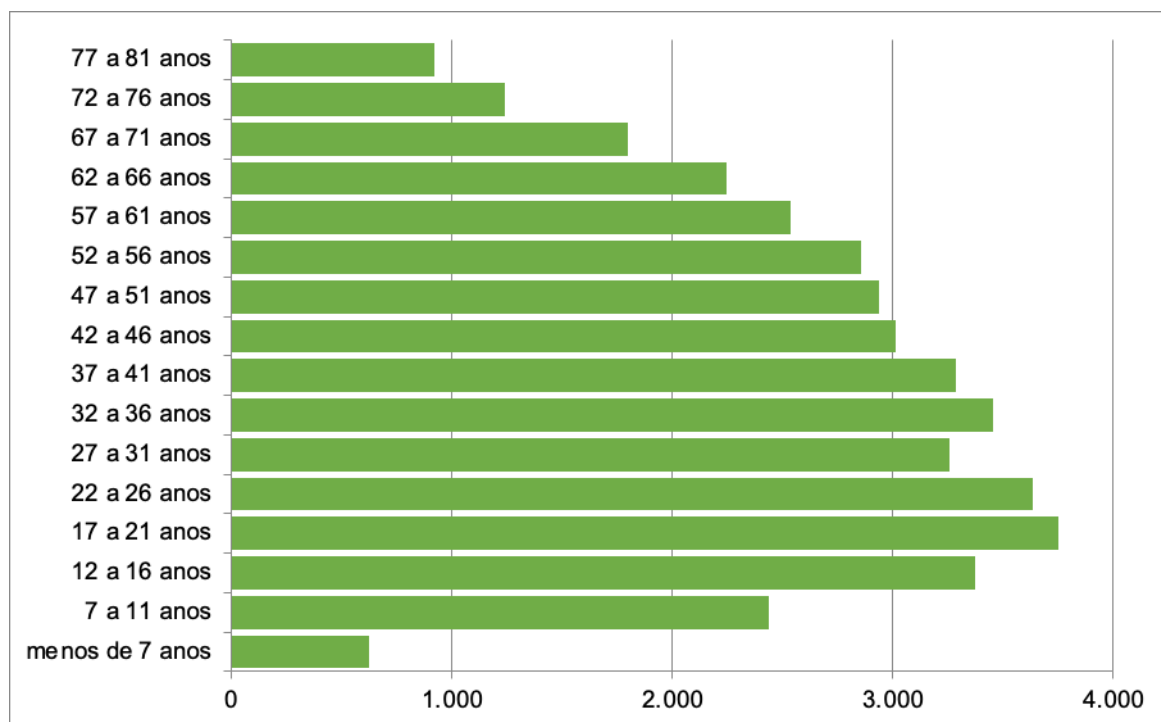
	Brasil		Santa Catarina		São Francisco do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		31.519	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	42.520	34,9%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	48.606	14,3%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	49.658	2,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 40)

O crescimento populacional de São Francisco do Sul pode ser explicado pela implantação de novas empresas e empreendimentos, bem como pela previsão de implantação de novos terminais portuários e de um estaleiro. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da faixa etária entre 21 e 26 anos, conforme gráfico 5.

Gráfico 3 – População por faixa etária – São Francisco do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 40)

São Francisco do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Entretanto a população de São Francisco do Sul é mais jovem, mesmo que se observe uma desaceleração do crescimento populacional. Por outro lado, a cidade também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução significativa na sua taxa de crescimento.

Esse cenário pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tendo em vista que ainda há um número significativo de jovens a entrar no mercado de trabalho. Além disso, deve-se considerar a necessidade de investir em inovação e capacitação, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, São Francisco do Sul é uma cidade portuária e turística. O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior do Brasil em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas. O porto dispõe de acesso rodoviário a Joinville, pela BR-280, num percurso de 40 km, e as composições ferroviárias acessam o porto por meio da estrada de ferro 485, que liga São Francisco do Sul à cidade de Mafra, distante 167 km.

A atividade econômica do município pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 2,1 bilhões (2010) para R\$ 3,78 bilhões (2015), representando um crescimento de 79% nesse período (tabela 12).

Tabela 12 – PIB a preços correntes – São Francisco do Sul – 2010 a 2015

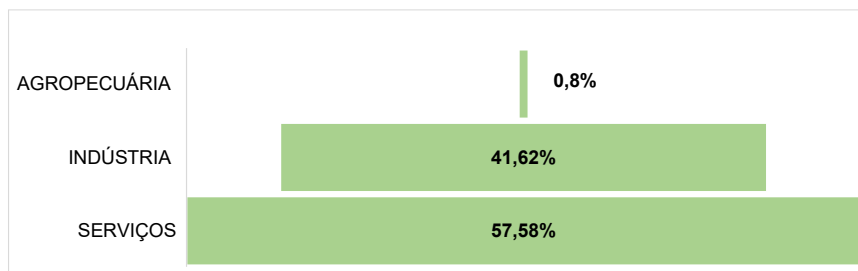
Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 2.107.730,00
2011	R\$ 2.656.569,00
2012	R\$ 2.892.368,00
2013	R\$ 3.279.382,00

2014	R\$ 3.566.016,00
2015	R\$ 3.781.302,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, pg. 41)

A participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul caracteriza-se por ser 41,6% da indústria, 57,6% de serviços e 0,8% da agropecuária, como se observa no gráfico 6.

Gráfico 6 – PIB por setores de atividade (%) – São Francisco do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, pg. 41)

Em São Francisco do Sul, tomando-se como referência dezembro de 2014, existiam 1.764 empresas formais, as quais geraram 11.405 postos de trabalho com carteira assinada (tabela 13). O setor terciário (serviços) é o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos.

Tabela 9 – Número de empresas no Cadastro Central de Empresas – São Francisco do Sul – 2010 a 2014

Número de empresa atuantes	
2010	1.794
2011	1.684
2012	1.719
2013	1.783
2014	1.764

Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, pg. 42)

A economia de São Francisco do Sul gira em torno do seu porto, que é essencialmente exportador. É o principal porto graneleiro do estado e movimentada aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são soja, milho, madeira, papel, compressores, móveis, cerâmica, carne congelada,

autopeças e têxteis. No porto há todo um conjunto de empresas da área de logística, além da rede ferroviária da América Latina Logística (ALL).

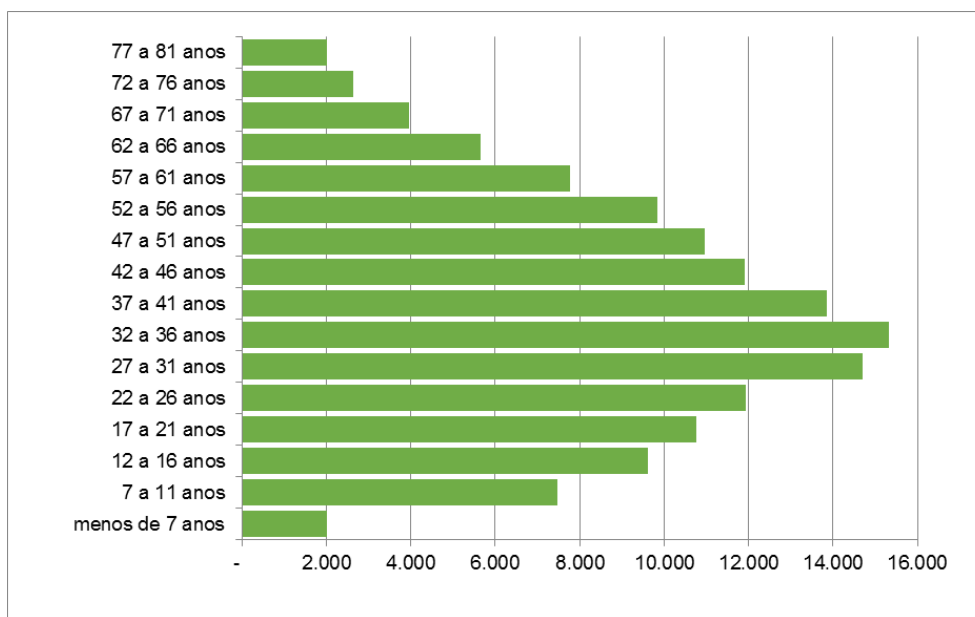
Há poucas indústrias instaladas no município, mas são representativas, em função de seu porte e inserção nacional, com destaque para a indústria de laminação de chapas de aço Arcelor Mittal, a Bunge Alimentos S/A e a indústria de fertilizantes Fecoagro. Ressalta-se ainda a presença, há mais de 20 anos, de um terminal aquaviário da Petrobrás S/A, que opera recebendo petróleo de navios que o descarregam por uma monoboia. O produto é armazenado e enviado por meio de oleoduto até refinarias do Paraná.

A cidade de São Francisco do Sul também é reconhecida no estado de Santa Catarina e no País pelo seu patrimônio cultural e natural. Destaque pode ser dado ao conjunto arquitetônico de sua área central, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É possível citar, especialmente, o Museu Histórico Municipal, o Museu do Mar, o Forte Marechal Luz e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Há ainda de se considerar a existência de praias e o estuário da Baía da Babitonga, com suas inúmeras ilhas e grande biodiversidade de interesse científico. Todas essas atrações tornam o turismo uma atividade relevante, observando-se maior fluxo turístico no verão, quando contingentes de turistas movimentam a economia do município.

1.4.4 Jaraguá do Sul

A população de Jaraguá do Sul apresentou, no ano de 2010, crescimento de 31,9% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 143.123 habitantes, o equivalente a 2,29% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Jaraguá do Sul dispõe atualmente de uma área de 529,447 km² e uma população de 174.158 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população jaraguaense era de 163.735 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 41 anos, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – População por faixa etária – Jaraguá do Sul/SC – 2017*

* Projeção com base no censo de 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg.43)

Jaraguá do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Jaraguá do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução.

Tal cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto no período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores e para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 6,4% no percentual da população economicamente ativa, passando de 55,3% no ano 2000 para 61,7% em 2010 (IBGE, 2016).

A atividade econômica de Jaraguá do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 5,5 bilhões (2010) para R\$ 6,6 bilhões (2015), representando um crescimento de 20% nesse período (tabela 14).

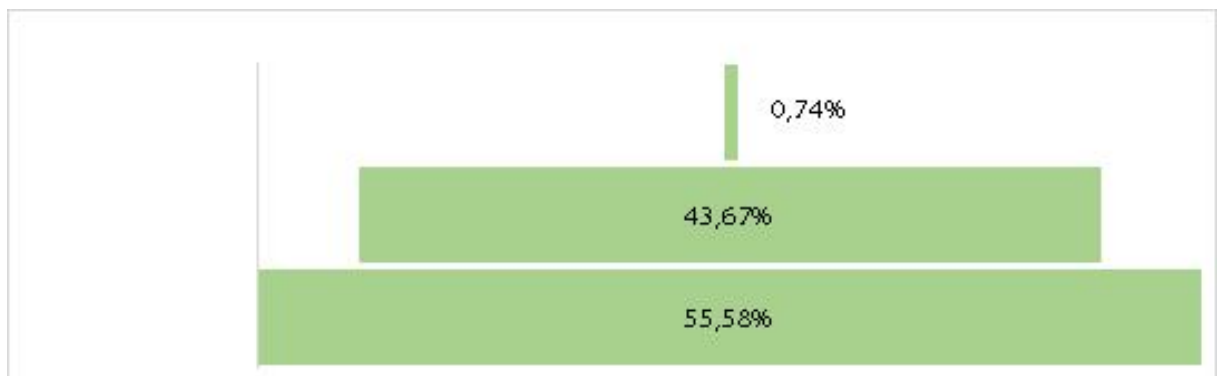
Tabela 14 – PIB a preços correntes – Jaraguá do Sul – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 5.515.806,00
2011	R\$ 6.546.829,00
2012	R\$ 6.844.962,00
2013	R\$ 7.782.911,00
2014	R\$ 7.055.656,00
2015	R\$ 6.631.986,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 43)

A participação dos setores da economia no PIB de Jaraguá do Sul caracteriza-se por ser 43,6% da indústria, 55,5% de serviços e 0,74% da agropecuária, como se observa no gráfico 8.

Gráfico 8 – PIB por setores de atividade (%) – Jaraguá do Sul – 2015

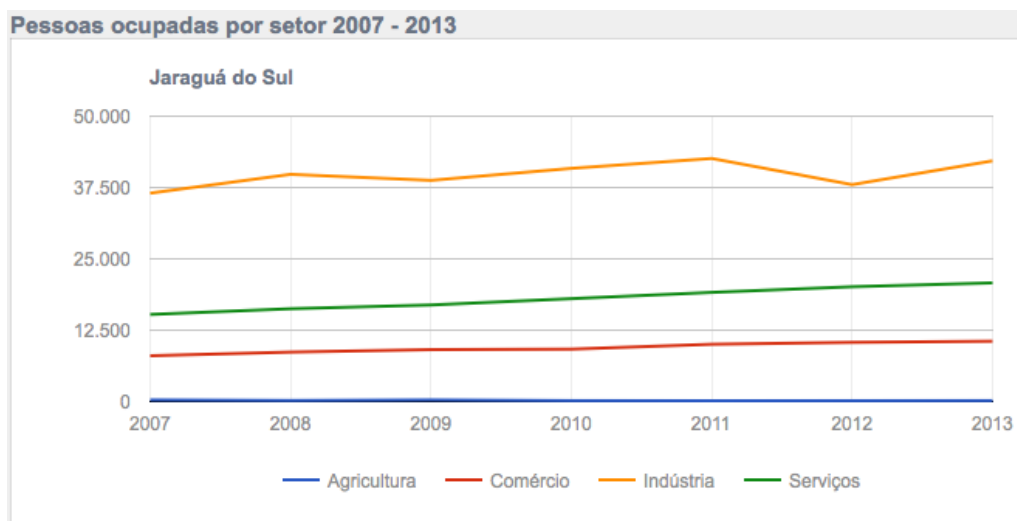


Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 44)

O segmento serviços apresentado no gráfico 8 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 9, em que se tem o número de empregados em Jaraguá do Sul classificado pelos setores de atividade,

pode-se notar que o setor industrial é o maior empregador, totalizando em 2013 42.175 empregados contra 20.787 no setor de serviços e 10.569 no comércio.

Gráfico 9 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Jaraguá do Sul – 2013



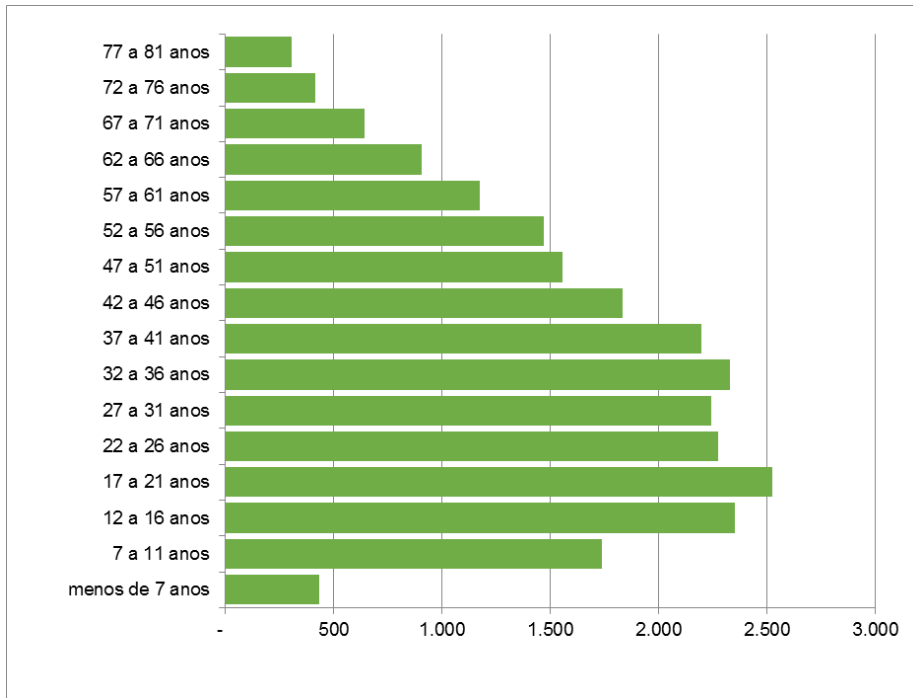
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 44))

1.4.5 Araquari

A população de Araquari apresentou, em 2010, crescimento de 4,9% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 24.810 habitantes, o equivalente a 0,4% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Araquari tem uma área de 383,986 km² e uma população de 36.710 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Araquari era de 32.454 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 41 anos, conforme o gráfico 10.

Gráfico 10 – População por faixa etária – Araquari – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 45)

A população de Araquari configura uma pirâmide etária jovem, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade maior que a nacional, em face da população infantil e jovem. O município apresenta uma parcela considerável da população entre as faixas de 16 a 41 anos, e observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Tal cenário, em curto e médio prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tanto no quesito quantidade como uma oportunidade de qualificar essa mão de obra. Nesse sentido, o município terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 9 pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 41,3% no ano 2000 para 51% em 2010 (IBGE, 2016).

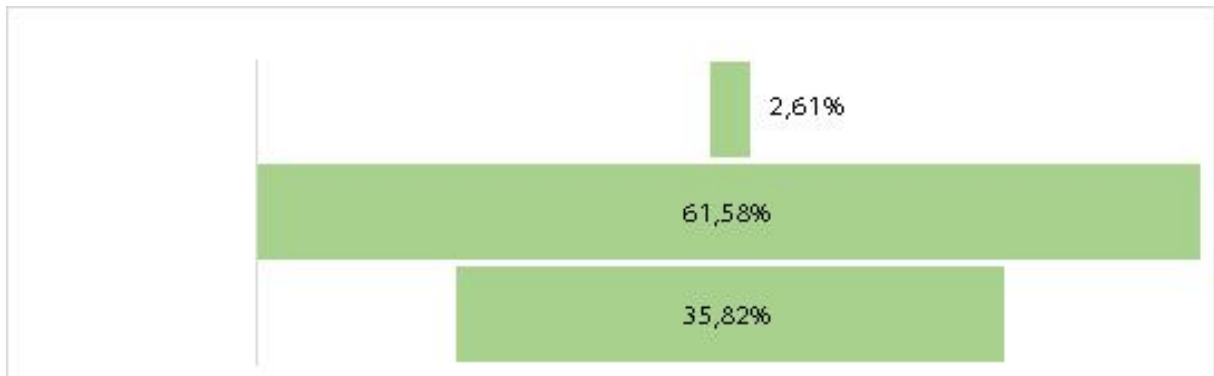
A atividade econômica de Araquari pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 533 milhões (2010) para R\$ 2,7 bilhões (2015), representando um crescimento de 419% nesse período (tabela 15).

Tabela 15 – PIB a preços correntes – Araquari – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 532.600,00
2011	R\$ 690.004,00
2012	R\$ 832.602,00
2013	R\$ 1.017.531,00
2014	R\$ 1.633.989,00
2015	R\$ 2.764.906,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 20149, pg. 45)

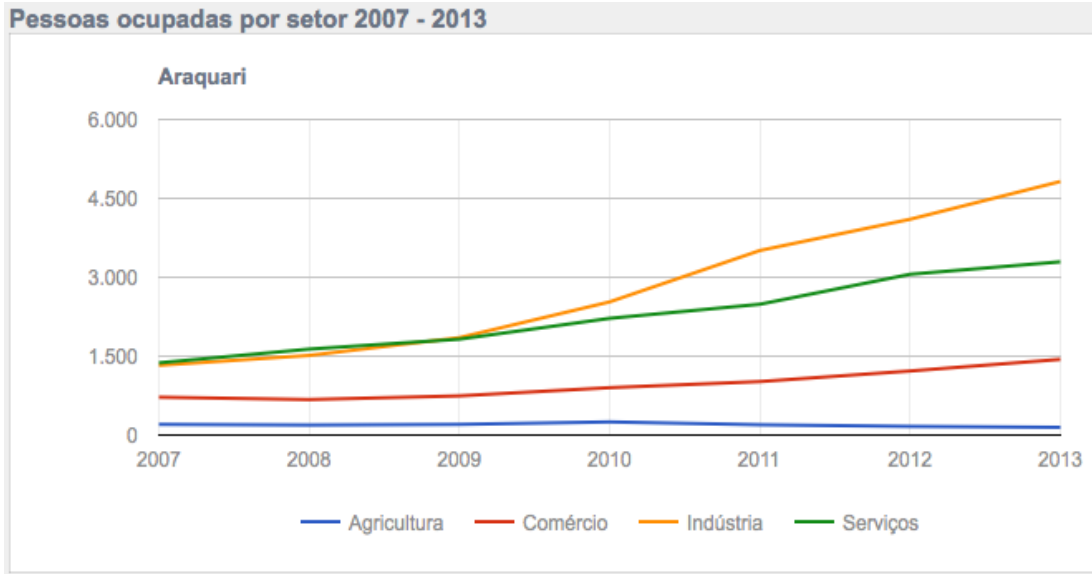
A participação dos setores da economia no PIB de Araquari caracteriza-se por ser 61,6% da indústria, 35,8% de serviços e 2,61% da agropecuária, como se observa no gráfico 11.

Gráfico 11 – PIB por setores de atividade (%) – Araquari – 2013

Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 46)

O segmento serviços apresentado no gráfico 11 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 12, em que se tem o número de empregados em Araquari classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o setor industrial é o maior empregador, totalizando, em 2013, 4.821 empregados, e o setor de serviços vem logo em seguida, com 3.294. O comércio empregou 1.439 em 2013.

Gráfico 12 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Araquari – 2013



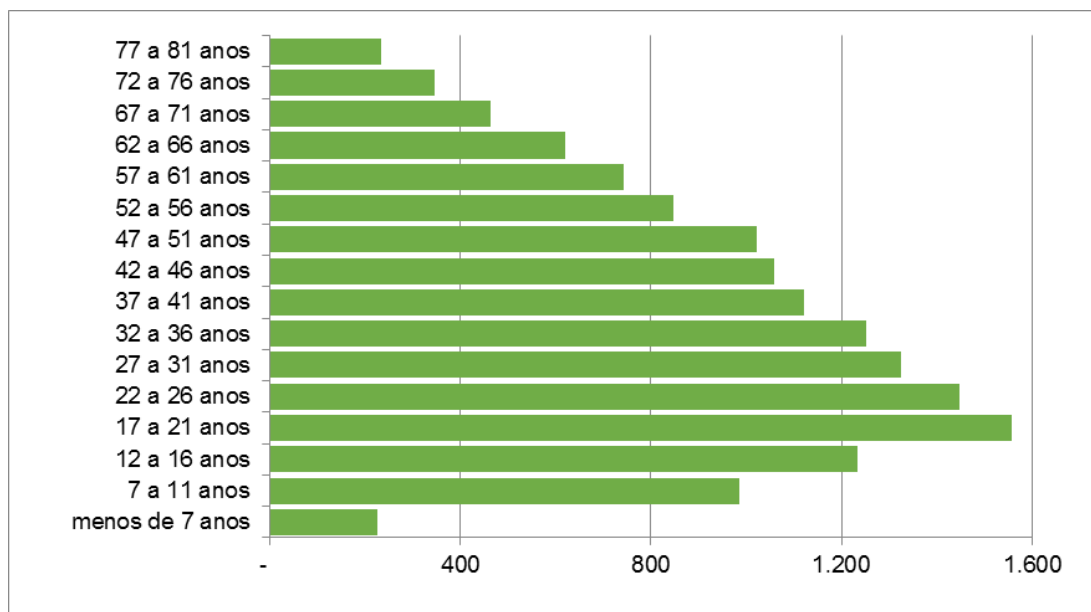
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 46)

1.4.6 Garuva

A população de Garuva apresentou, no ano de 2010, crescimento de 29,7% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 14.761 habitantes, o equivalente a 2,4% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Garuva tem uma área de 501,973 km² e uma população de 17.800 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Garuva era de 16.786 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 41 anos, conforme gráfico 13.

Gráfico 13 – População por faixa etária – Garuva – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg.47)

A população de Garuva configura uma pirâmide etária jovem, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade maior que a nacional, em face da população infantil e jovem. O município apresenta uma grande parcela da população entre as faixas de 16 a 37 anos. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Esse cenário, em curto e médio prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tanto no quesito quantidade como uma oportunidade de qualificar essa mão de obra. Nesse sentido, o município terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 9,6 pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 43,9% no ano 2000 para 53,5% em 2010 (IBGE, 2016).

A atividade econômica de Garuva pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 321 milhões (2010) para 687 milhões (2015), representando um crescimento de 113% nesse período (tabela 16).

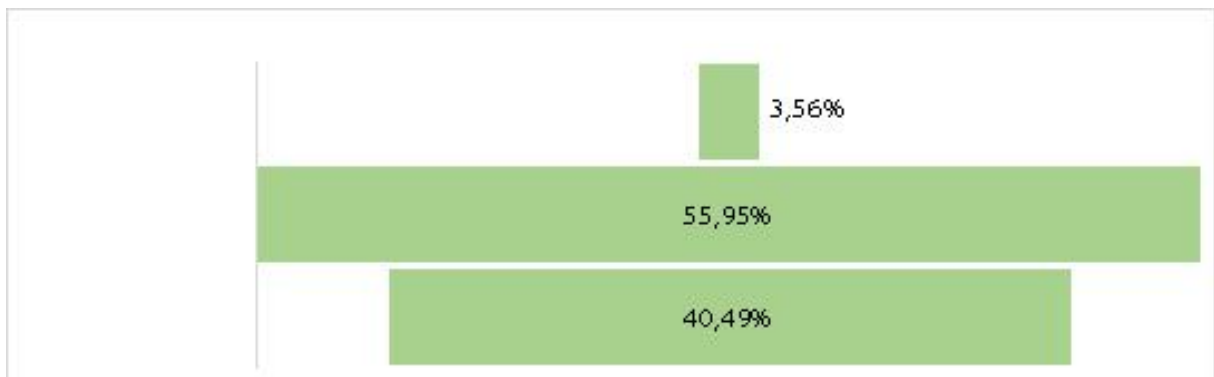
Tabela 16 – PIB a preços correntes – Garuva – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 323.276,00
2011	R\$ 397.889,00
2012	R\$ 455.419,00
2013	R\$ 549.508,00
2014	R\$ 733.700,00
2015	R\$ 686.984,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 47)

A participação dos setores da economia no PIB de Garuva caracteriza-se por ser 6% da indústria e 40,5% de serviços, como se observa no gráfico 14. Garuva também apresenta atividade agropecuária, com 3,56% do PIB.

Gráfico 14 – PIB por setores de atividade (%) – Garuva /SC – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 48)

O segmento serviços apresentado no gráfico 14 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 15, em que se tem o número de empregados em Garuva classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o setor industrial é o maior empregador, totalizando, em 2013, 2.120 empregados; o setor de serviços vem logo em seguida com 1.226. O comércio empregou 728, em 2013.

Gráfico 15 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Garuva – 2013



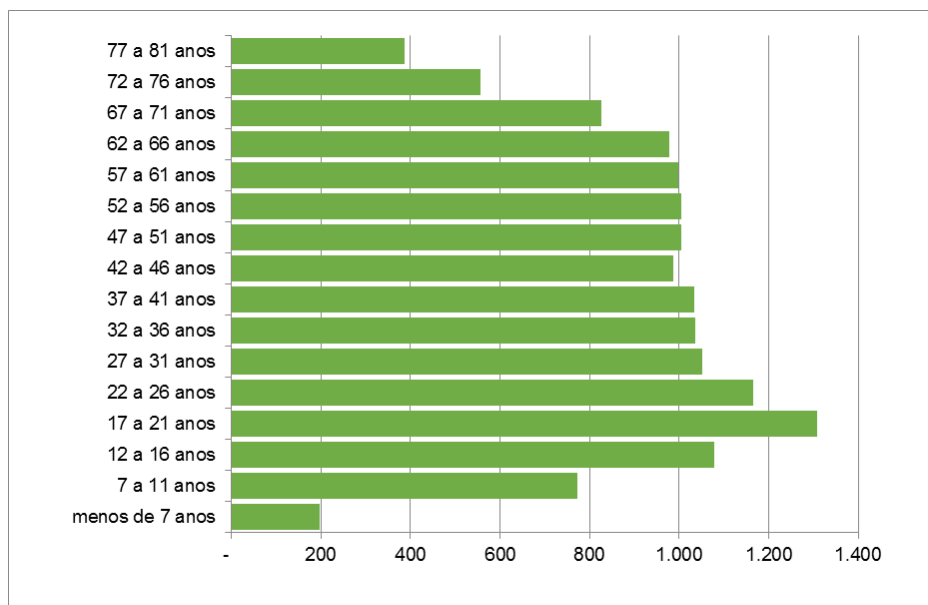
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 48)

1.4.7 Itapoá

A população de Itapoá apresentou, em 2010, crescimento de 67% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 14.763 habitantes, o equivalente a 0,24% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Itapoá tem uma área de 248,409 km² e uma população de 19.963 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Itapoá era de 18.137 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 41 anos (gráfico 16).

Gráfico 16 – População por faixa etária – Itapoá – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 49)

A população de Itapoá configura uma pirâmide etária jovem e adulta. Apresenta uma base larga, a qual se mantém até a faixa etária dos 70 anos, demonstrando que a população de Itapoá é igualmente distribuída por idade. O município apresenta uma grande parcela da população entre as faixas de 17 e 21 anos. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Tal cenário, em curto e médio prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tanto no quesito quantidade como uma oportunidade de qualificar essa mão de obra. Nesse sentido, o município terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 6,3 pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 44,9% no ano 2000 para 51,2% em 2010 (IBGE, 2016).

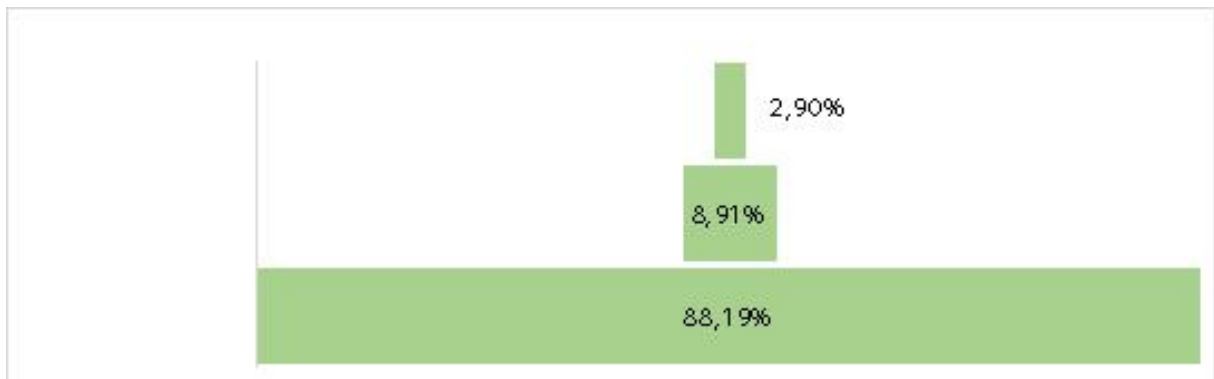
A atividade econômica de Itapoá pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 181 milhões (2010) para R\$ 547 milhões (2015), representando um crescimento de 205% nesse período, conforme apresenta a tabela 17. Essa taxa de crescimento tão expressiva se deve ao início do funcionamento do porto, em julho de 2011.

Tabela 17 – PIB a preços correntes – Itapoá – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 179.832,00
2011	R\$ 403.613,00
2012	R\$ 461.132,00
2013	R\$ 632.481,00
2014	R\$ 456.044,00
2015	R\$ 547.998,00

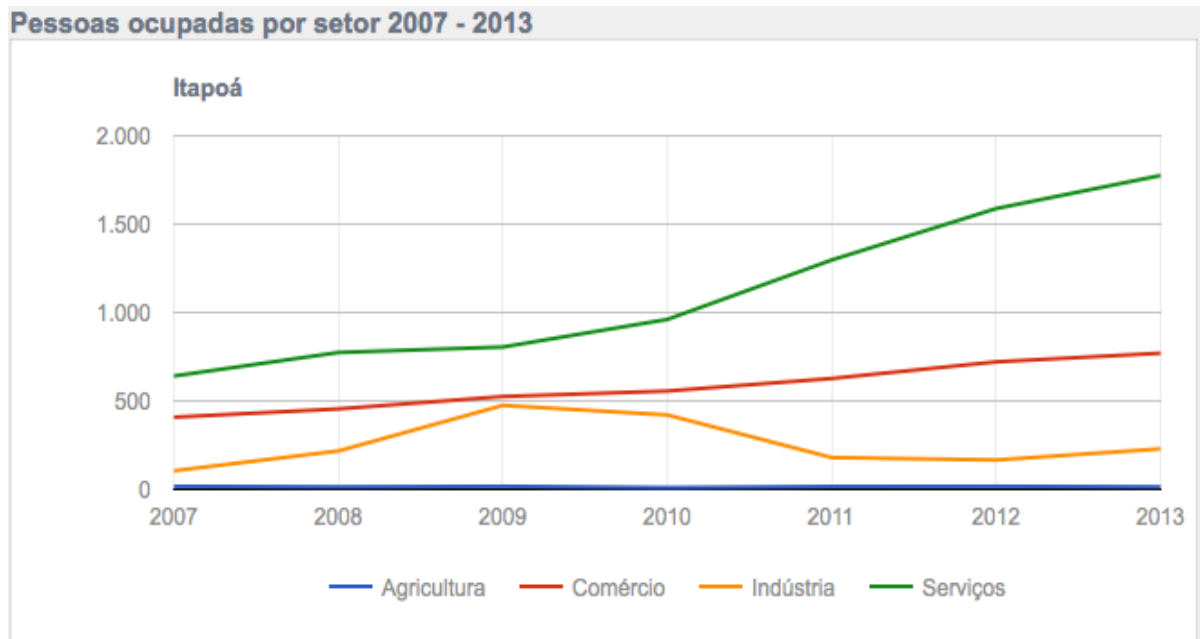
Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 49)

A participação dos setores da economia no PIB de Itapoá caracteriza-se por ser 8,9% da indústria, 88,2% de serviços e 2,9% da agropecuária, como se observa no gráfico 17. Obviamente a participação do setor de serviços no PIB de Itapoá não poderia ser diferente, tendo em vista a operação do porto a partir de 2011.

Gráfico 17 – PIB por setores de atividade (%) – Itapoá – 2015

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 50)

O segmento serviços apresentado no gráfico 17 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 18, em que se tem o número de empregados em Itapoá classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o setor de serviço é o maior empregador, totalizando, em 2013, 1.775 empregados; o setor de comércio vem em seguida, com 770 empregados, e a indústria, com 229.

Gráfico 18 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Itapoá – 2013

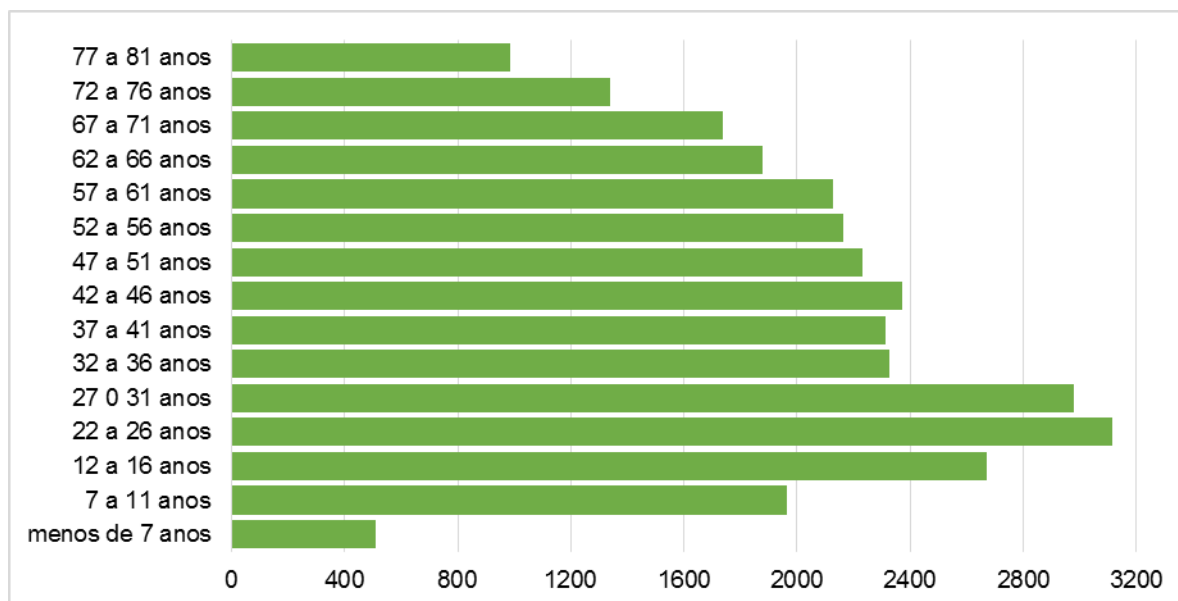
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 50)

1.4.8 Guaratuba

Inicialmente é necessário esclarecer que durante os *workshops* do PEI os gestores da Univille sugeriram a análise de dados a respeito de Guaratuba, no estado do Paraná (PR). As razões para a inclusão de análises sobre essa cidade paranaense dizem respeito ao fato de que atualmente há um contingente de residentes de Guaratuba que se dirigem a Joinville para estudar; há acesso por via terrestre e marítima entre Guaratuba, São Francisco do Sul e Joinville; e existe a perspectiva de atender a população daquele município por meio de um polo de apoio presencial EaD, que poderia ser instalado em Itapoá ou Garuva.

A população de Guaratuba apresentou, em 2010, crescimento de 17,7% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 32.095 habitantes e, conforme a estimativa do IBGE (2018), atualmente o município tem 36.595 habitantes. A extensão territorial é de 1.326,791 km².

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até os 19 anos; os adultos, dos 20 até os 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 12 e 31 anos, conforme gráfico 19.

Gráfico 19 – População por faixa etária – Guaratuba (PR) – 2017*

* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 51)

A população de Guaratuba configura uma pirâmide etária jovem. O município apresenta uma grande parcela da população entre as faixas de 12 e 31 anos. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Tal cenário, em curto e médio prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tanto no quesito quantidade como uma oportunidade de qualificar essa mão de obra. Nesse sentido, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

A atividade econômica de Guaratuba pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 329 milhões (2010) para R\$ 634 milhões (2015), representando um crescimento de 86% nesse período (tabela 18).

Tabela 18 – PIB a preços correntes – Guaratuba (PR) – 2010 a 2015

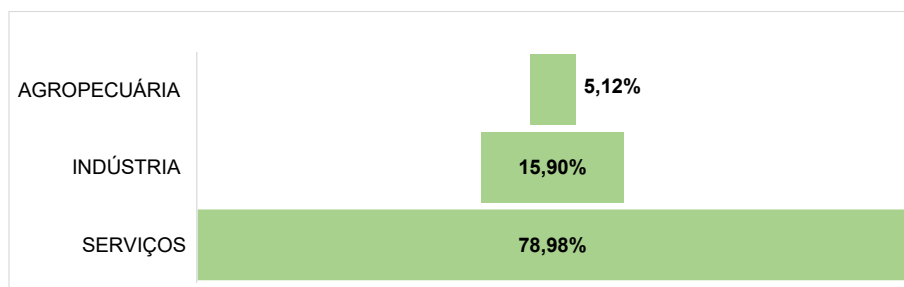
Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$341.184,00
2011	R\$ 369.807,00

2012	R\$ 431.071,00
2013	R\$ 511.962,00
2014	R\$ 565.881,00
2015	R\$ 634.668,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 52)

A participação dos setores da economia no PIB de Guaratuba caracteriza-se por ser 15,9% da indústria e 79% dos serviços, como se observa no gráfico 20. Guaratuba também apresenta atividade agropecuária, com 5,1% do PIB.

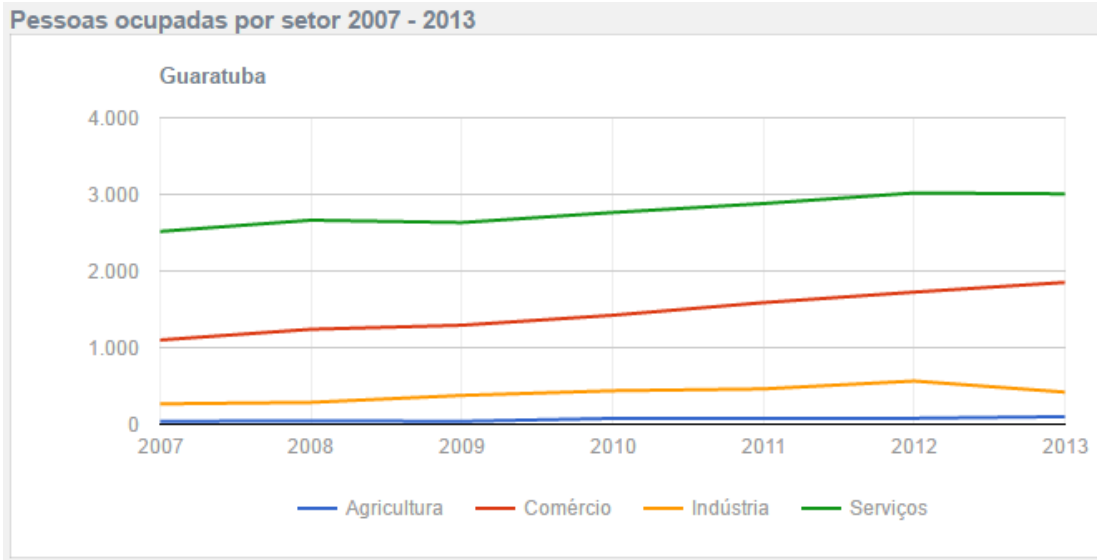
Gráfico 20 – PIB por setores de atividade (%) – Guaratuba (PR) – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 52)

O segmento serviços apresentado no gráfico 20 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 21, em que se tem o número de empregados em Guaratuba classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o setor de serviços é o maior empregador, totalizando, em 2013, 3.007 empregados; o comércio vem em seguida, com 1.851 empregados.

Gráfico 21 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Guaratuba (PR) – 2013



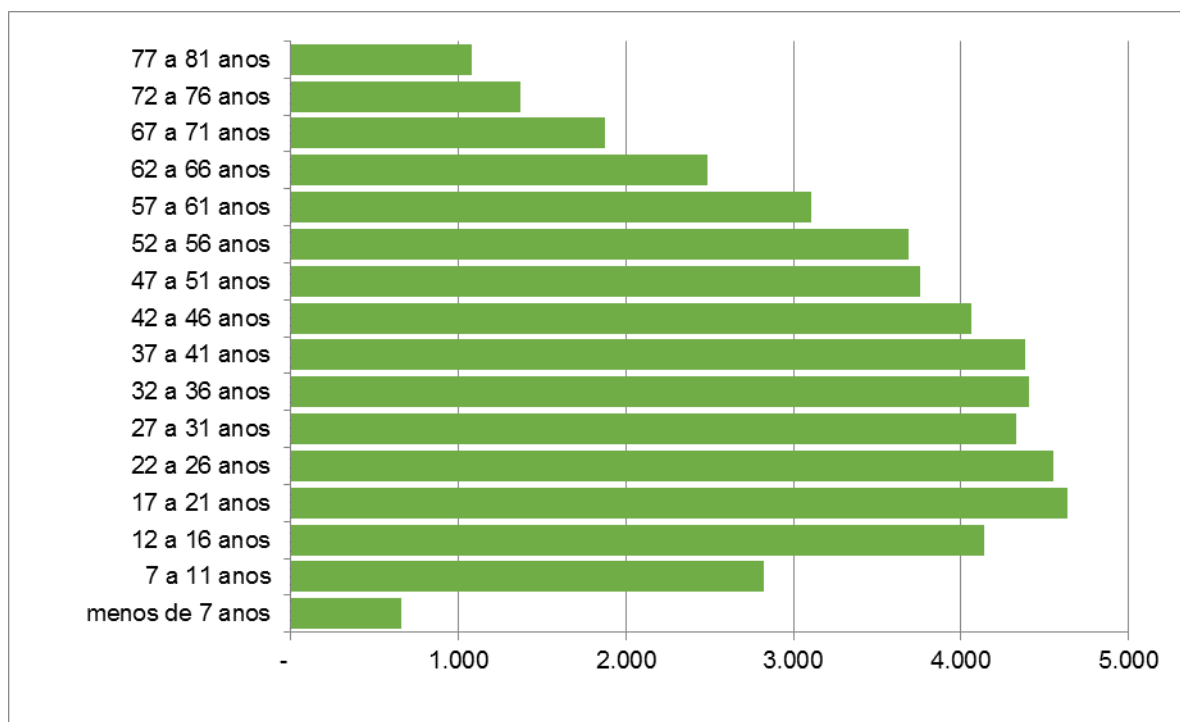
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 52)

1.4.9 Mafra

A população de Mafra apresentou, em 2010, crescimento de 5,95% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 52.912 habitantes, o equivalente a 0,85% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Mafra tem uma área de 1.404,034 km² e uma população de 56.017 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Mafra era de 55.313 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até os 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a distribuição da população entre 12 e 46 anos (gráfico 22).

Gráfico 22 – População por faixa etária – Mafra – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 53)

A população de Maфра configura uma pirâmide etária jovem e adulta. Apresenta uma base larga, a qual se mantém até a faixa etária dos 56 anos, demonstrando que a população de Maфра é relativamente distribuída por idade. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Maфра apresenta uma grande parcela da população entre as faixas de 17 e 41 anos. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Tal cenário, em curto e médio prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tanto no quesito quantidade como uma oportunidade de qualificar essa mão de obra. Nesse sentido, o município terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 11,1 pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 44,2% no ano 2000 para 55,3% em 2010 (IBGE, 2016).

A atividade econômica de Mafra pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 1 bilhão (2010) para R\$ 1,3 bilhão (2015), representando um crescimento de 36% nesse período (tabela 19).

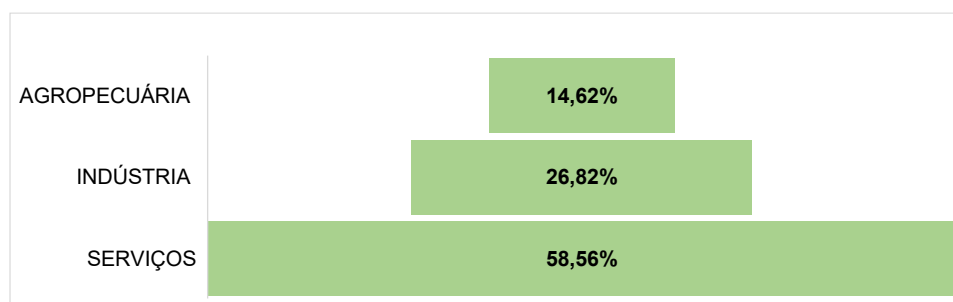
Tabela 19 – PIB a preços correntes – Mafra – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 1.001.513,00
2011	R\$ 1.056.708,00
2012	R\$ 1.194.126,00
2013	R\$ 1.254.306,00
2014	R\$ 1.444.660,00
2015	R\$ 1.360.534,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 54)

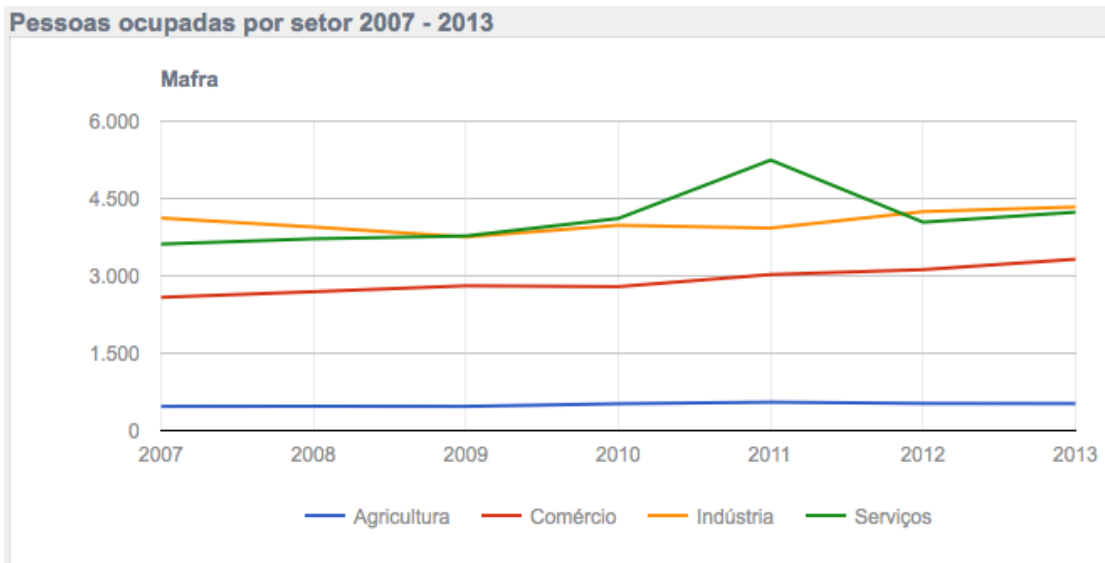
A participação dos setores da economia no PIB de Mafra caracteriza-se por ser 58,5% dos serviços, 26,8% da indústria e 14,6% da agropecuária, como se observa no gráfico 23.

Gráfico 23 – PIB por setores de atividade (%) – Mafra – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 54)

O segmento serviços apresentado no gráfico 23 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, o gráfico 24, em que se tem o número de empregados em Mafra classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que realmente o setor de serviço e o industrial são os que mais empregam, totalizando, em 2013, 4.337 empregados na indústria e 4.235 no serviço. Em 2013 o comércio empregou 3.323, e a agropecuária, 524.

Gráfico 24 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Mafra – 2013

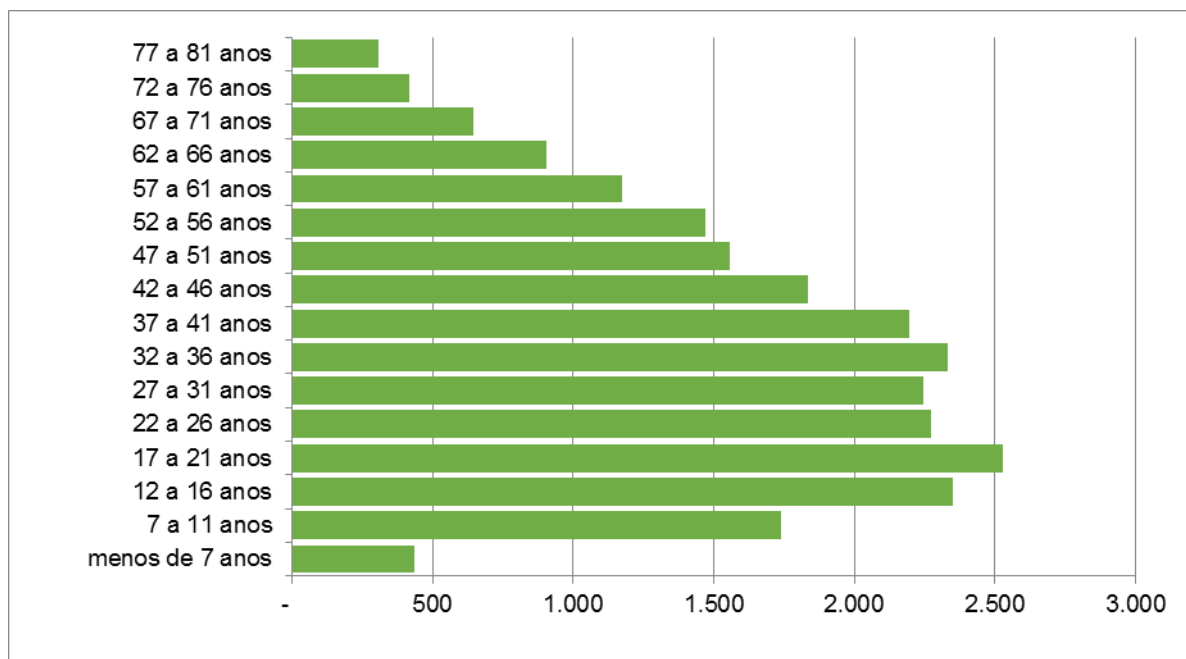
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 54)

1.4.10 Canoinhas

A população de Canoinhas apresentou, no ano de 2010, crescimento de 2,2% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 52.765 habitantes, o equivalente a 0,84% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Canoinhas tem uma área de 1.140,394 km² e uma população de 54.319 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Canoinhas era de 54.188 habitantes. A estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até os 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a distribuição da população entre 12 e 41 anos (gráfico 25).

Gráfico 25 – População por faixa etária – Canoinhas – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborado Com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 55)

Canoinhas vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Canoinhas também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, no período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores e para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 5,3 pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 44,1% no ano 2000 para 49,4% em 2010 (IBGE, 2016).

A atividade econômica de Canoinhas pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 974 milhões (2010) para R\$ 1,45 bilhão (2015), representando um crescimento de 48% nesse período (tabela 20).

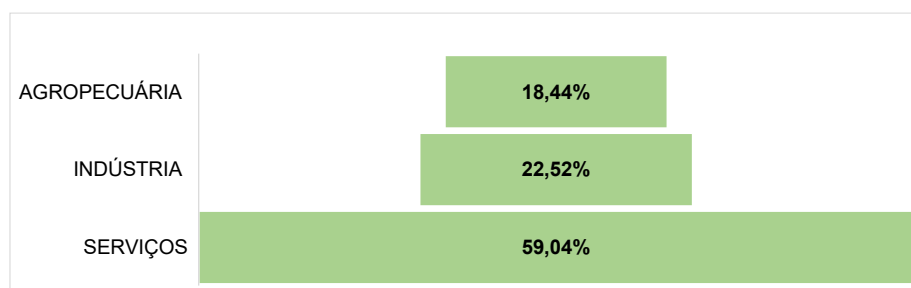
Tabela 20 – PIB a preços correntes – Canoinhas – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 982.357,00
2011	R\$ 1.103.532,00
2012	R\$ 1.217.087,00
2013	R\$ 1.377.032,00
2014	R\$ 1.437.867,00
2015	R\$ 1.456.791,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 56)

A participação dos setores da economia no PIB de Canoinhas caracteriza-se por ser 59% dos serviços e 22,5% da indústria, como se observa no. Canoinhas também apresenta atividade agropecuária representativa, com 18,4% do PIB.

Gráfico 26 – PIB por setores de atividade (%) – Canoinhas – 2015

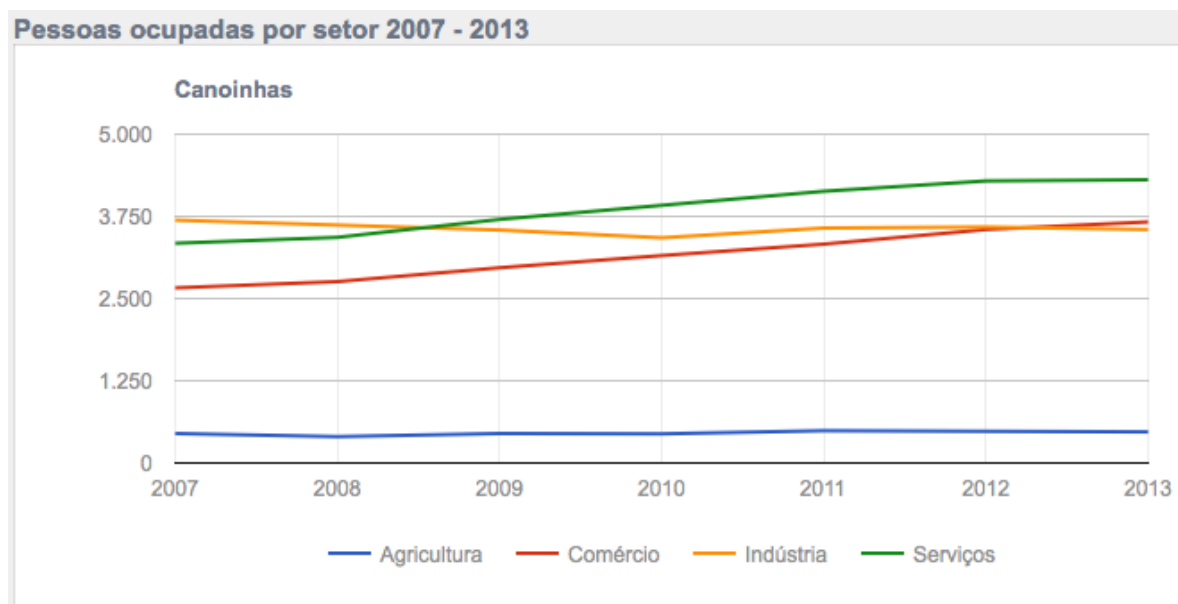


Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 56)

O segmento serviços apresentado no gráfico 26 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 27, em que se tem o número de empregados em Canoinhas classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que realmente o setor de serviços é o que mais emprega, totalizando, em 2013, 4.307 empregados. O comércio e a indústria aparecem como o segundo maior empregador, tendo, em 2013, 3.666 e 3.550 empregados, respectivamente.

Ainda que a contribuição no PIB seja significativa, a agropecuária empregou em 2013 apenas 473 funcionários.

Gráfico 27 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Canoinhas – 2013



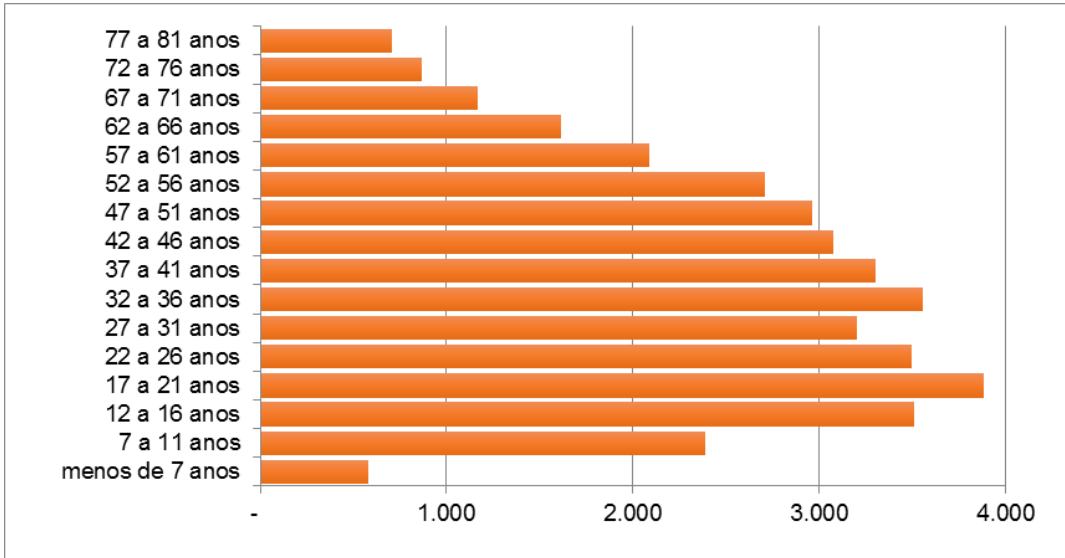
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 57)

1.4.11 Rio Negrinho

A população de Rio Negrinho apresentou, no ano de 2010, crescimento de 5,67% desde o censo demográfico realizado em 2000. Em 2010, a população da cidade era de 39.846 habitantes, o equivalente a 0,64% da população do estado. Segundo dados do IBGE (2018), Rio Negrinho tem uma área de 907,311 km² e uma população de 42.106 habitantes, conforme estimativa de 2018.

O IBGE (2016) estima que em 2015 a população de Rio Negrinho era de 18.137 habitantes. A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até os 19 anos; os adultos, dos 20 aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Projetando essa população para 2017, tem-se a distribuição da população entre 12 e 41 anos (gráfico 28).

Gráfico 28 – População por faixa etária – Rio Negrinho – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 57)

Rio Negrinho vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Rio Negrinho também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, é reduzida.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, no período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores e para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

No decorrer dos dez anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 7,2 % pontos no percentual da população economicamente ativa, passando de 45,1% no ano 2000 para 52,3% em 2010 (IBGE, 2016).

A atividade econômica de Rio Negrinho pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 656 milhões (2010) para R\$ 997 milhões (2015), representando um crescimento de 53% nesse período (tabela 21)

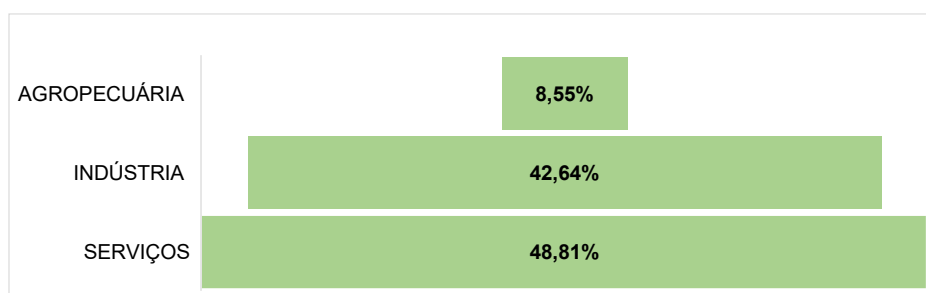
Tabela 21 – PIB a preços correntes – Rio Negrinho – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 653.646,00
2011	R\$ 735.430,00
2012	R\$ 795.632,00
2013	R\$ 869.022,00
2014	R\$ 971.602,00
2015	R\$ 996.921,00

Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 58)

A participação dos setores da economia no PIB de Rio Negrinho caracteriza-se por ser 48,8% dos serviços e 42,6% da indústria, como se observa no gráfico 29. Rio Negrinho também apresenta atividade agropecuária, com 8,55% do PIB.

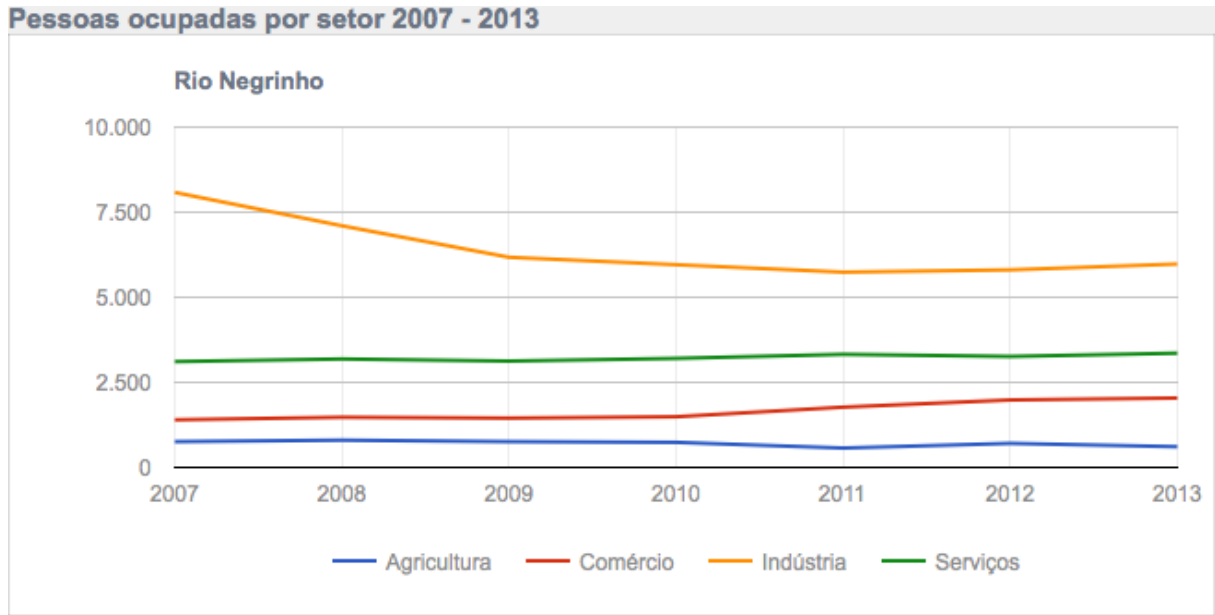
Gráfico 29 – PIB por setores de atividade (%) – Rio Negrinho – 2015



Fonte: IBGE (2018 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 58)

O segmento serviços apresentado no gráfico 29 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, no gráfico 30, em que se tem o número de empregados em Rio Negrinho classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que realmente o setor da indústria é o que mais emprega, totalizando, em 2013, 5.977 empregados. O segmento serviços vem em seguida, com 3.357 empregados, e o comércio, com 2.039. Em 2013 a agropecuária empregou 609 pessoas.

Gráfico 30 – Pessoas ocupadas por setor de atividade – Rio Negrinho – 2013



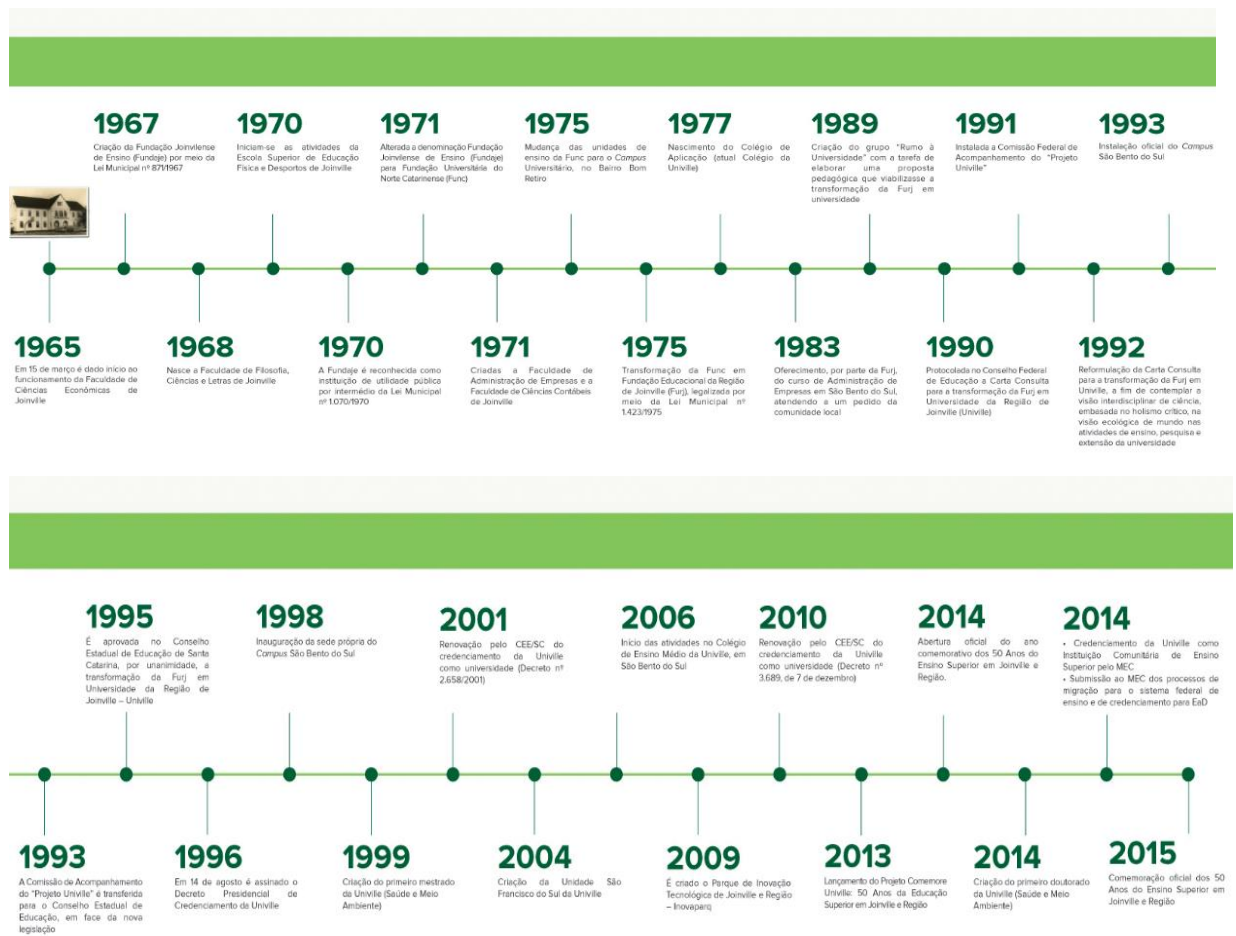
Fonte: IBGE (2016 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 59)

1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com o desenvolvimento da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967 a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174, de 22 de dezembro. Em 1975 todas as unidades da Func foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 50 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos dessa trajetória são ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 6.

Figura 6 – Linha do tempo da educação superior em Joinville



Fonte: Coelho e Sossai (2015 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 12)

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica chamada de Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria com a denominação de Colégio Univille. Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e no ano seguinte também com o de Ciências Contábeis. Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito da cidade. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então as eleições para o dirigente da

Instituição ocorrem por votação secreta pelo Colégio Eleitoral da Instituição, composto pelos profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo. No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a Carta Consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”. Em 1991 a Carta Consulta foi aprovada, e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015). Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Ainda em 1993 foi instalado oficialmente um campus em São Bento do Sul, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana da cidade de São Bento do Sul. Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da

União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Em 2004 a Univille passou a atuar em São Francisco do Sul em unidade própria na cidade, entretanto desde 1993 a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga.

Em 2005 foi criada uma unidade no Centro de Joinville que abriga salas de aula e laboratórios, bem como os ambulatórios universitários e a farmácia-escola, que atendem a população em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2006 o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul foi criado com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. No mesmo ano a Instituição criou o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), que tem entre seus objetivos o estímulo, a promoção e a valorização do conhecimento gerado na universidade. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do Governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). A Univille, por meio do Inovaparq, participa do processo de estruturação e gestão de um ambiente que permite potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a introdução de inovação no ambiente produtivo e social, bem como favorecer a criação e a consolidação de empreendimentos que auxiliam no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e, mediante o Parecer n.º 223, sancionado em 19 de dezembro, aprovou o credenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 foi homologado pelo Decreto do governador do estado de Santa Catarina n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Desde 2007 as instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel desempenhado por essas universidades. O movimento resultou no encaminhamento de um projeto de lei com vistas à regulamentação das instituições comunitárias de educação superior. O projeto foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de ensino superior (Ices). Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passará a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD), incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* em São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC, e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “Muito boas”. Ainda em relação à EaD, em

2016 e 2017 houve mudanças na legislação, o que levou a um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. O credenciamento para a oferta da modalidade EaD foi feito por meio da Portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, do MEC, publicada no Diário Oficial da União n.º 86, de 7 de maio de 2018. O início das operações da EaD-Univille deu-se em outubro de 2018 com a oferta de dez cursos superiores de Tecnologia e 20 cursos de pós-graduação lato sensu. Em 2018 implantaram-se quatro polos próprios: Polo Campus Joinville, Polo Campus São Bento do Sul, Polo Unidade São Francisco do Sul e Polo Unidade Centro Joinville. Além disso, foi implementado o Polo Itapoá por meio de uma parceria. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade.

Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação in loco, promovida pelo Inep, para diversos cursos de graduação. A visita in loco para o credenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Em 2018 houve a ampliação do oferecimento de educação básica por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental – do 6.º ao 9.º ano. O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi concebido por uma equipe de educadores formada por docentes dos Colégios Univille de Joinville e de São Bento do Sul, dos cursos de licenciaturas da Univille, especialistas em educação ambiental e atores da comunidade local. Esse trabalho resultou numa proposta diferenciada, atendendo às características da cidade, com foco no conceito de espaço educador sustentável.

1.6 Corpo dirigente

ALEXANDRE CIDRAL – Reitora

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Vice-Reitora

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

PATRÍCIA ESTHER FENDRICH MAGRI – Pró-Reitora de Ensino

Titulação

Graduação: Educação Física – Universidade Regional de Blumenau - FURB (1987)

Mestrado: Educação e Cultura – Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC (2002)

Doutorado: Saúde e Meio Ambiente – Universidade da Região de Joinville – Univille (2019)

PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANÇA – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Química – Universidade Federal do Paraná - UFPR (1992)

Mestrado: Biologia Celular e Molecular – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (1997)

Doutorado: Ciências – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005)

YONÁ DA SILVA DALONSO – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Titulação

Graduação: Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (1998)

Mestrado: Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo – USP (2004)

Doutorado: Geografia – Universidade do UMinho (2015)

GEAN CARDOSO DE MEDEIROS – Pró-Reitor de Infraestrutura

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul – 1996

Especialização: Empreendedorismo na Engenharia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1999)

Mestrado: Ciências da Computação – UFSC (2002)

EDUARDO SILVA – Diretor Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Filosofia – Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE (2001)

Mestrado: Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville – Univille (2010)

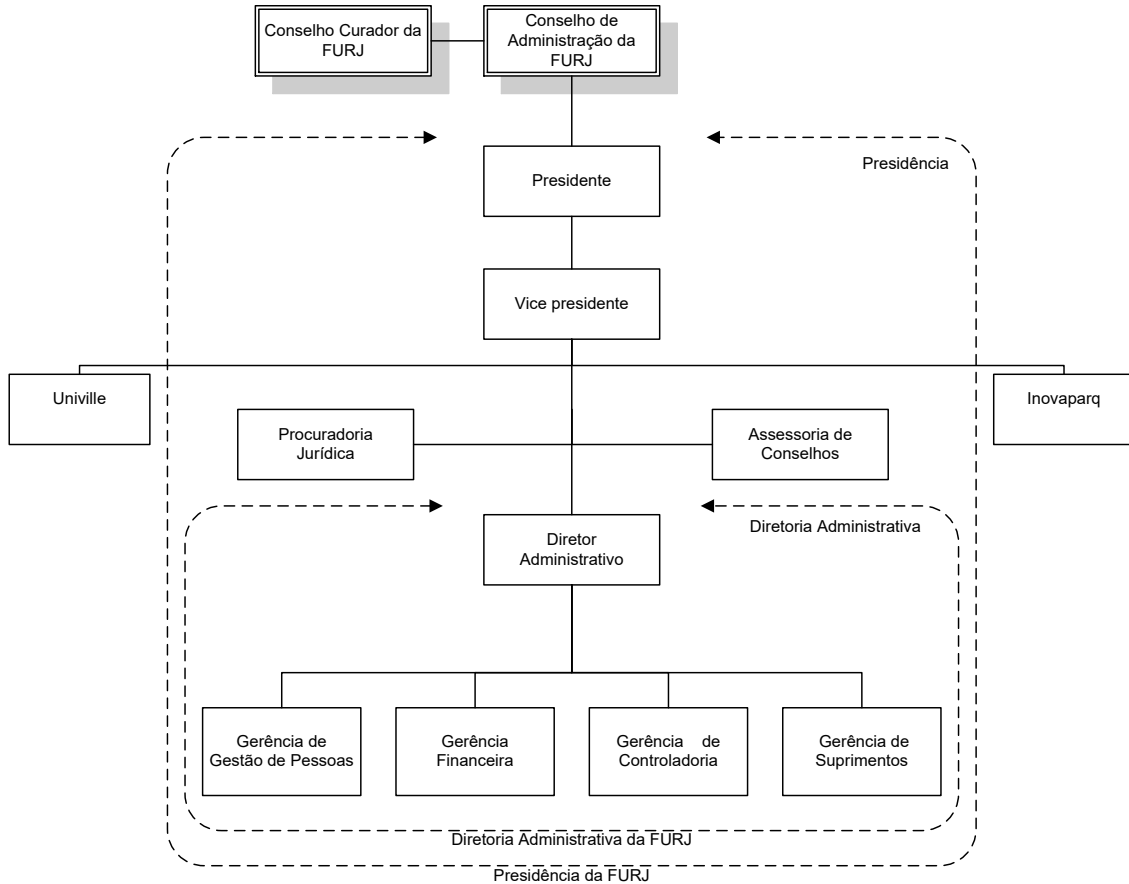
Doutorando em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 7.

Figura 7 – Organograma da Furj

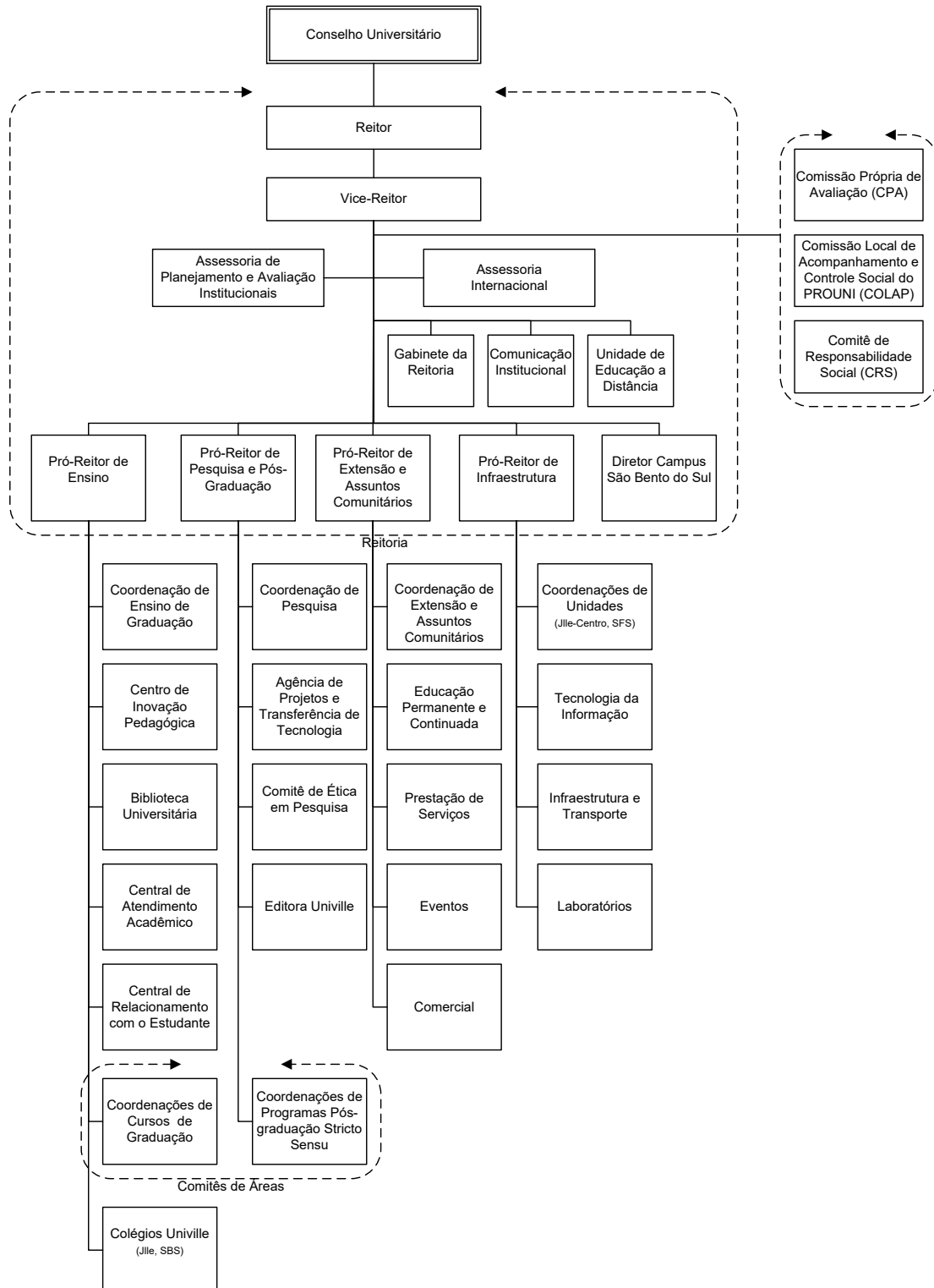


Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparc.

A administração da Univille está organizada em geral, dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016). O organograma da Univille é apresentado na figura 8.

Figura 8 – Organograma da Univille



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos,

consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparq. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014a):

- Presidente da Furj;
- Vice-Presidente da Furj;
- Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
- Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
- Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;
- Um indicado por cada um dos demais *campi* da Univille;
- Um indicado pelos Colégios Univille;

- Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
- Um indicado pelo Inovaparq;
- O último ex-presidente da Furj;
- Um indicado pelas APPs dos Colégios da Univille;
- Um indicado pela Affurj;
- Representantes da comunidade Regional:
 - um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a Furj tenha sede ou extensão;
 - um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;
 - um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;
 - um indicado da comunidade empresarial;
 - um indicado da comunidade científica;
 - um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;
 - um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- examinar, discutir e aprovar:
 - o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;
 - os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;
- as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;
- as diretrizes para investimentos da Furj;
- a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;
- a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;

- a proposta orçamentária do ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
- o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
- a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;
- os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;
- o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações.
- acompanhar a execução orçamentária;
- estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:
 - administração financeira, contábil e auditoria;
 - administração patrimonial;
 - administração de pessoal;
 - avaliação das atividades da Furj.
- deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:
 - os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações com encargo;
 - os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj.
- autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;
- escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;

- homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;
- homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;
- conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;
- julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas Instituições mantidas pela Furj;
- resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj;
- encaminhar ao Conselho Curador as deliberações do Conselho de Administração que necessitem de apreciação e/ou homologação daquele conselho;
 - exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do conselho.

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj

De acordo com o estatuto (FURJ, 2014a), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
- a proposta orçamentária; O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da Furj.
- o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
- contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;

- pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
- a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
- a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
- a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj.
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

1.7.1.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (Furj, 2014), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;
- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;

- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;
- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (Furj, 2014):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente; coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014a).

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede
 - Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte
 - CEP 89219-710 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3461-9000
 - *e-mail*: univille@univille.br
- *Campus* São Bento do Sul

- Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial
- CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
- Tel.: (47) 3631-9100
- *e-mail*: univillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville
 - Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro
 - CEP 89202-207 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3422-3021
 - *e-mail*: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul
 - Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba
 - CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
 - Tel.: (47) 3471-3800
 - *e-mail*: univille.sfs@univille.br

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo docente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:

Câmara de Ensino; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão; Câmara de Gestão.

- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares;
- um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:
 - dois representantes da graduação por *campus*;
 - um representante da graduação por unidade;
 - um representante da pós-graduação *lato sensu*;
 - um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização dos fins da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;
- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;
- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;
- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;
- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;

- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações deste estatuto;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;
- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;
- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor, quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento deste estatuto, do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da

legislação, deste estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;

- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas neste estatuto e no Regimento da Univille.

Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do Conselho Universitário.

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária;
- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Universidade, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;
- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;

- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, por este estatuto, pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as pró-reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;
- zelar pela fiel observância da legislação educacional, deste estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;
- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de *campi* são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de *campus* ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das pró-reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das pró-reitorias de acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela pró-reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

1.7.2.3 *Campi* e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

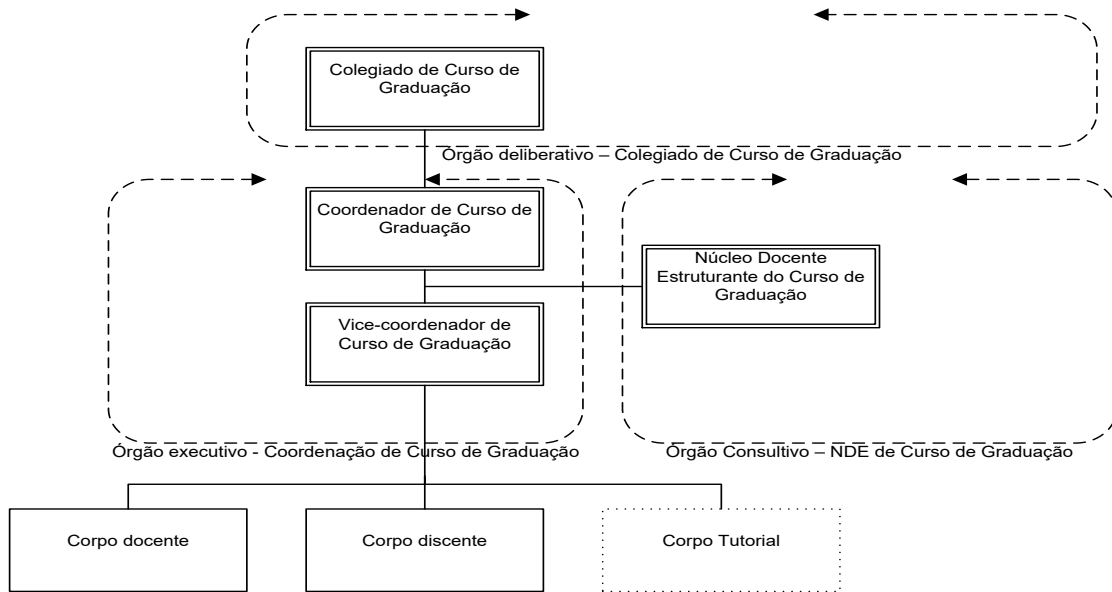
A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 9):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 9 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

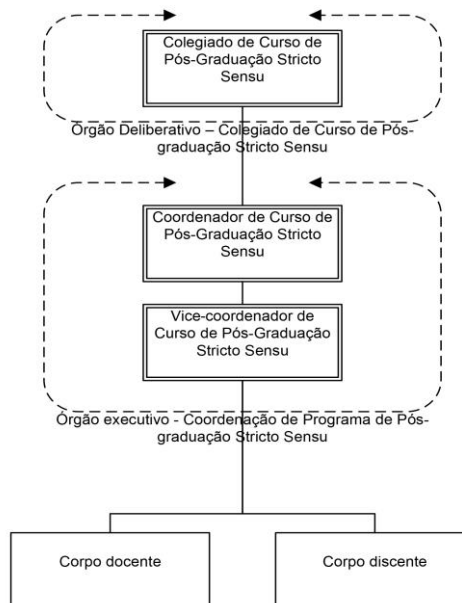


Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 10):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 10 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014a): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD UNIVILLE) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária a sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de

Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina de Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

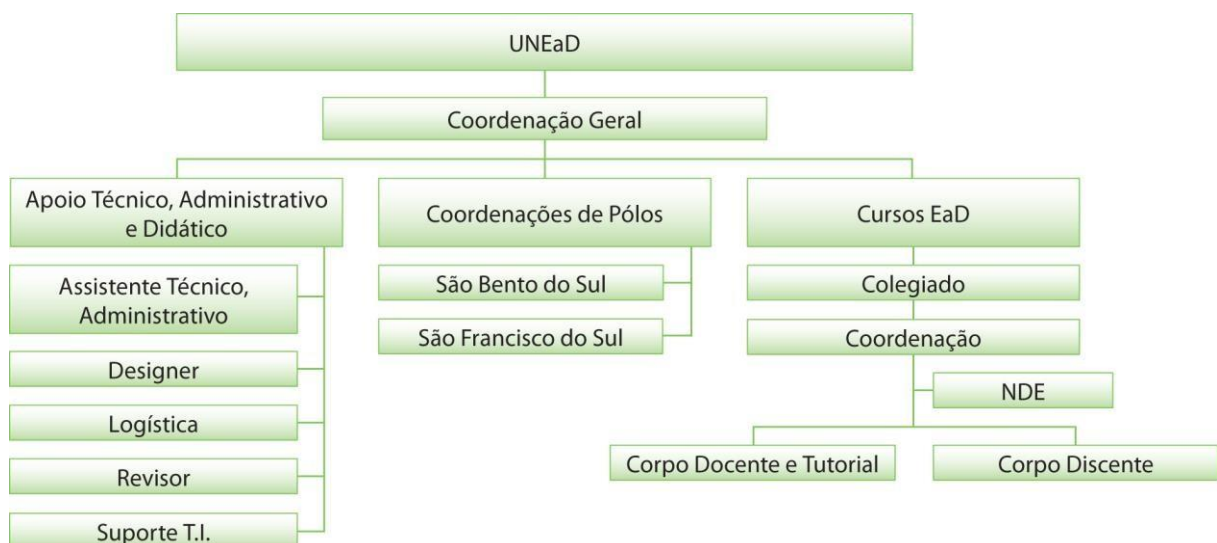
Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade em ead nos seus cursos de graduação presenciais. Com a mudança da legislação (Decreto N.º 9.057/2017), a Univille aguarda a autorização para a oferta dos cursos a distância.

A oferta de cursos na modalidade a distância dará continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoará continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é de responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino (figura 11).

Figura 11 – Organograma da Unidade Ead



Fonte: Unidade de Ensino a Distância (UNEaD)

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A base de trabalho do UNEaD é a sede da Universidade, que está localizada no Bloco B, sala 11, no Campus de Joinville, a partir da qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul é base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão e está situado na cidade de São Bento do Sul na Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Bairro Colonial, CEP: 89288-385; tel.: (47) 3631-9100; e-mail: univillesbs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul

Uma Unidade é uma base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão sem dispor de status de Campus. Atualmente a UNIVILLE conta com duas Unidades, sendo uma delas em São Francisco do Sul na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 - Poste 128 – km 8 – Bairro Iperoba, CEP 89240-000; tel.: (47) 3471-3800; e-mail: univille.sfs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul.

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro

A Unidade Centro de Joinville está localizada na Rua Ministro Calógeras, 439, no Bairro Centro, CEP 89202-207; tel: (47) 3431 0600; e-mail: unidadecentro@univille.br ; Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial na Unidade Centro.

1.7.2.10 Polo de apoio presencial em Joinville no Campus Bom Retiro

A sede, também será um polo de apoio presencial da Univille. Localizada na rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville – SC. CEP 89219-710.

1.7.2.11 Polo de Apoio presencial em Jaraguá do Sul

A universidade também dispõe de polo de apoio presencial na cidade de Jaraguá do Sul localizado na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 744 (4º andar), Centro, Jaraguá do Sul – SC – CEP 89251-840; tel: (47) 3273-1822; e-mail: polojaragua@univille.br.

1.7.2.12 Polo de Apoio presencial em Itapoá

Localizado na região nordeste do estado, o município de Itapoá também conta com um polo de apoio presencial situado na Rua Wellington Rodrigues Junqueira, nº 102 (Residência Príncipe) - Itapoá – SC – CEP 89249-000; tel: (47) 3443-2279; e-mail: poloitapoa@univille.br.

1.7.2.13 Polo de Apoio presencial em Araquari

Localizado na região norte do estado, o município de Araquari também conta com um polo de apoio presencial situado na Rua SC-418, nº 7.231, Itinga, CEP: 89.245-000, Araquari/SC, telefone: (47) 3273-1822.

1.7.2.14 Polo de Apoio presencial em Barra Velha

Localizado na região norte do estado, o município de Barra Velha também conta com um polo de apoio presencial situado Avenida Thiafo Aguiar, 334, Jardim Icarai - CEP 88390-00 – Barra Velha/SC, telefone: (47) 3457-1281.

1.7.2.15 Polo de Apoio presencial em Guaramirim

Localizado na região norte do estado, o município de Guaramirim também conta com um polo de apoio presencial situado na Rua 28 de Agosto, 840, Centro - CEP 89270-000 – Guaramirim/SC, telefone: (47) 3373-0055.

1.7.2.16 Polo de Apoio presencial em Massaranduba

Localizado na região norte do estado, o município de Massaranduba também conta com um polo de apoio presencial situado na Rua 11 de Novembro, 3715, Centro CEP 89108-000 – Massaranduba/SC, telefone: (47) 3379-1574.

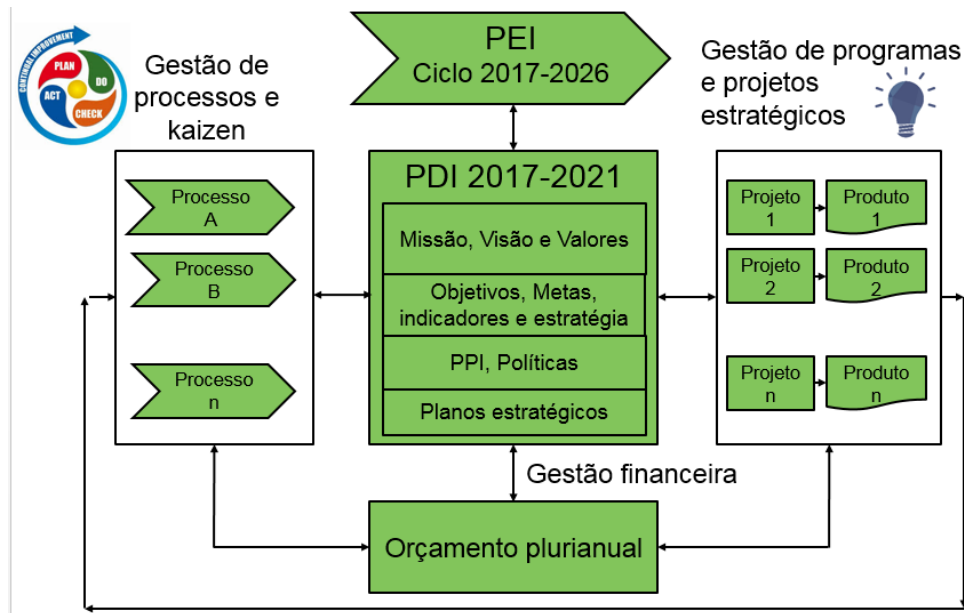
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

A organização e a coordenação do PEI é competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.8.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos e metas institucionais (figura 12).

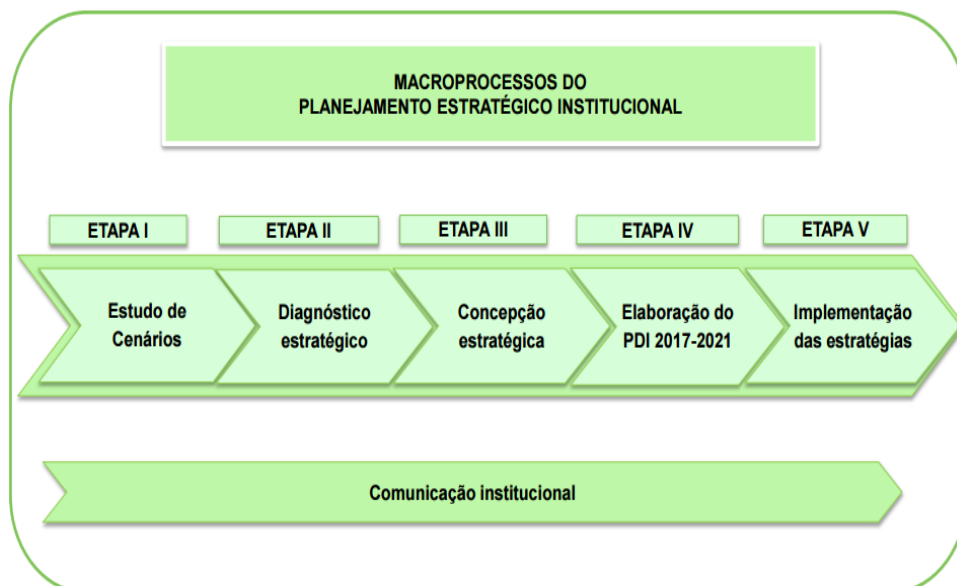
Figura 12 – *Framework* do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior.

Figura 13 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A metodologia está organizada em etapas (figura 13), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de

atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações. As etapas do PEI são:

- **Etapa I – Estudo de cenários:** a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;
- **Etapa II – Diagnóstico estratégico:** foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nestes *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores e foi promovida a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;
- **Etapa III – Concepção estratégica:** nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;
- **Etapa IV – Elaboração do PDI 2017-2021:** o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de propiciar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC;
- **Etapa V – Implementação das estratégias:** é a etapa que ocorre a partir da aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI,

bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 14).

Figura 14 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

1.8.3 Objetivos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Neste sentido, os dados referentes à denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa é vinculado ao Comitê de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas.

2.1.1 Titularidade

O egresso do curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa obterá o título de licenciado em Letras – habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido no *Campus* Joinville, localizado no endereço Rua Paulo Malschitzki, n. 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial. CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: letras@univille.br

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: 1967.

Autorização de funcionamento: Parecer n.º 31/68/CEE, de 25 de março de 1968.

Reconhecimento: Parecer n.º 1147/72/CFE, de 14 de outubro de 1972; Decreto n.º 71.351, de 9 de novembro de 1972.

Renovação de reconhecimento: Parecer n.º 459/94/CEE, de 29 de agosto de 1994; Parecer n.º 035/04/CEE, de 30 de março de 2004; Parecer n.º 209/06/CEE, de 8 de agosto de 2006; Parecer n.º 067/10/CEE, de 27 de abril de 2010; Parecer n.º 262/11/CEE, de 13 de dezembro de 2011; Parecer n.º 236/14/CEE, de 05/08/2014.

Em virtude da migração a Univille para o sistema federal de ensino, o curso de Licenciaturas em Letras foi avaliado em 2019 pelo Ministério da Educação para fins de renovação de reconhecimento do curso (Processo Nº 201605303). O curso foi avaliado com nota 5, numa escala de avaliação que vai de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. A renovação de reconhecimento do curso consta na Portaria SERES nº 237 de 16 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 53 de 19 de março de 2021 (página 60)

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 44 vagas para ingressantes por período letivo.

2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso

O curso possui conceito Enade 4 e CPC 4 obtido no ciclo avaliativo de 2017.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso funciona no turno noturno, das 18h55min às 22h30, de segunda a sexta-feira e aos sábados, das 8h às 11h, com ingresso no primeiro semestre do ano letivo.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 3.666 horas, equivalentes a 4.399 horas-aula para Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado semestral, com duração de 9 semestres.

Ressalta-se que dependendo do número de ingressantes do curso em cada período letivo, a coordenação poderá oferecer um percurso formativo no qual os componentes curriculares poderão ser ofertados em uma sequência que difere da matriz seriada semestral apresentada neste projeto.

Esse percurso formativo diferenciado será promovido de forma a conduzir o estudante a realizar componentes curriculares institucionais e componentes curriculares compartilhados juntamente com outros cursos e de semestres mais avançados, para que posteriormente ele possa retornar e fazer os componentes curriculares específicos, sempre primando pela formação e as competências previstas neste projeto pedagógico, tanto quanto atendendo ao cumprimento integral dos componentes apresentados na matriz constante neste Projeto.

Além disso, este percurso deve atender ao requisito de sustentabilidade econômica e financeira e as normativas internas que tratam da temática.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 9 semestres

Máximo: 14 semestres

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Univille acontece de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Enem Univille: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio do desempenho do candidato na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prova do Enem pode ser realizada por qualquer pessoa que tenha concluído o ensino médio;

c) Processo Seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;

d) Transferência: para esta modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;

e) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

f) ProUni: Para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

g) Reopção de curso: Os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

h) Reingresso: O reingresso é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele estudante que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são caracterizadas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, perfil profissional do egresso, estrutura, conteúdos e atividades curriculares do curso. Também são apresentados aspectos relacionados à metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

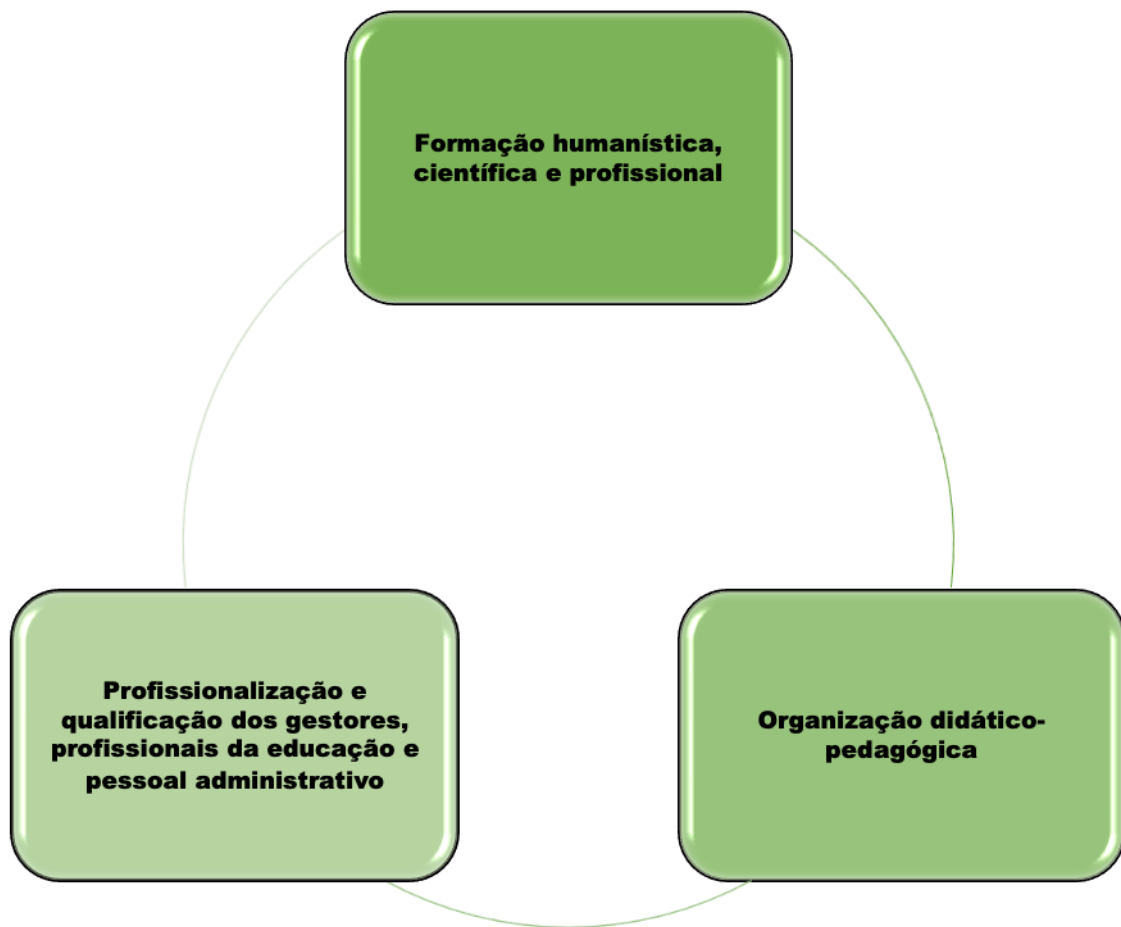
A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 15):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 15 – Macroprocessos do ensino



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

O curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa estrutura-se na concepção de que a cultura humana se fundamenta na linguagem, pautando-se na proposta teórica de Bakhtin, segundo a qual a estrutura da enunciação é social e a língua é histórica e socialmente dinâmica. A educação é concebida como processo de formação e de interação social que conduz à produção científica participativa e crítica, aliando teoria e prática. Objetiva-se o avanço do conhecimento, de forma a tornar possível e habitual trabalhar e refletir a realidade linguística da região. O ensino deverá alicerçar-se nas atividades de pesquisa e extensão, concebendo um profissional de Letras que considere as questões advindas do seu atual campo profissional. Pretende-se a superação da dicotomia entre teoria e prática por meio da práxis.

O curso pressupõe um vínculo com o estudo das línguas e das literaturas e, também, das manifestações artísticas e culturais. Uma de suas principais tarefas é a formação de professores de Ensino Fundamental e Médio, além do trabalho com a arte e a cultura. No que se refere ao profissional de educação em Letras, o

magistério é a atividade primeira que pode ser exercida tanto em instituições de educação como em empresas, ONGs e prestadoras de serviços.

Visando a ampliação e desenvolvimento dos cursos de graduação, a Univille tem trabalhado ao longo dos últimos anos na inovação pedagógica e curricular que é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- a. Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;
- b. A mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;
- c. A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- d. A relação entre teoria e prática;
- e. A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- f. O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- g. O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- h. Avaliação sistemática da aprendizagem e que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- i. Comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

A Inovação Curricular, além de se caracterizar como um processo de mudança planejado e passível de avaliação, é também um movimento que incentiva os NDE e colegiado do curso a debruçar-se sobre o projeto pedagógico e sobre o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de

professores (2019). Assim, a reestruturação aqui proposta incorpora aspectos de inovação curricular como a introdução de disciplinas institucionais, que se direcionam para a formação de um /a professor/a que reflete sobre questões ambientais, sobre direitos humanos, sobre sustentabilidade, que seja empreendedor, que tenha domínio da leitura e da escrita, bem como esteja atento às possibilidades oferecidas pelo uso das novas tecnologias. Outro ponto a ser destacado se refere à integração entre as diferentes licenciaturas, a partir do compartilhamento de disciplinas de cunho pedagógico. Instaura-se, assim, a possibilidade do diálogo entre as diferentes áreas de formação, incluindo-se aqui, também o Bacharelado em Artes Visuais e em Letras.

As atividades de extensão ganham maior visibilidade a partir da reestruturação proposta. As linhas de extensão do curso visam operacionalizar a interface entre linguagens e ensino escolar, contemplando: Práticas de leitura; Práticas sociais de linguagem e Novas linguagens e ensino. As atividades de extensão do Curso variam entre projetos, programas, cursos e eventos destinados ao atendimento à comunidade em geral. Com a Curricularização da Extensão, novas possibilidades se delineiam, envolvendo o domínio da língua padrão e a Língua Inglesa.

No que se refere às atividades de pesquisa, o curso apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Leitura e produção textual; Tecnologias educacionais; Papel do professor na escola e Práticas de letramento, que se mantêm e se ampliam com a nova configuração que a matriz apresenta.

Os graduados de Letras estão sendo preparados para atuar, especialmente como professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Para além do ensino de aspectos gramaticais, o graduado de Letras deve reconhecer as múltiplas possibilidades de usos linguísticos, configurados nos gêneros discursivos, nos quais, cada vez mais, as múltiplas linguagens se imbricam. Há, portanto, de se reconhecer que os textos são multissemióticos. Daí a ênfase, durante o curso, em atividades de leitura (e leitura crítica), perceptível a partir dos projetos e programas de pesquisa e extensão, cujas ações são socializadas para toda a comunidade em variados eventos. A atitude investigativa e questionadora, que se pretende que oriente o fazer pedagógico do graduado em Letras, é proposta em atividades de pesquisa desenvolvidas em diferentes componentes curriculares, e, principalmente,

durante o Estágio Curricular Supervisionado, para que a sua intervenção pedagógica seja pautada em questões de investigação sustentadas por repertórios teóricos metodológicos e análises de resultados da experiência realizada.

Portanto, no curso de Letras o ensino deverá ultrapassar o simples repasse de conhecimento, alicerçando-se nas atividades de pesquisa e extensão. Conseqüentemente, deverá romper com a visão tradicional, adequando seu currículo a uma nova concepção de profissional de Letras, que considere as questões advindas do seu atual campo profissional. Há, pois, um desafio que constitui a essência da atividade do professor de Letras: a relação entre teoria e prática, ou seja, a Universidade produz o conhecimento que é disseminado por meio do ensino de educação básica.

No curso de Letras, o ensino terá como objetivos a mediatização, a sistematização, a apropriação do saber, o desenvolvimento e a aquisição de habilidades específicas ao exercício do magistério, em resposta às mudanças havidas nesse campo profissional.

Com o intuito de manter com a realidade circundante um processo constante de reflexão, a fim de apreender o real e propor alternativas transformadoras, a pesquisa estará presente, procurando desenvolver nos alunos a competência técnico-científica e abrindo-lhes espaço para a cidadania.

E, para avaliar a qualidade do saber produzido e promover o fortalecimento do ensino e da pesquisa no que diz respeito a sua relevância para a sociedade, os alunos de Letras deverão, por intermédio da extensão, socializar o conhecimento produzido, interseccionando o conhecimento científico e o conhecimento popular.

O ensino de graduação visa possibilitar a conquista de instrumentos para a autonomia profissional, técnica e ética e a ampliação da prática da cidadania numa política integrada com a educação básica, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão. Compreende-se a Universidade como um lócus privilegiado para o diálogo entre sujeitos comprometidos com as demandas da educação superior e suas conseqüências em outros níveis de ensino e em outras atividades decorrentes de sua esfera de atuação.

O PPI da Univille aborda a concepção de ser humano com duas facetas – uma individual e outra coletiva – e entende que a diversidade cultural o faz

diferente. Assim, a sociedade é entendida como um conjunto de relações sociais que tem como bases estruturantes: diversidade/homem/educação. O curso de Letras, na sua proposta, ao integrar a noção de homem/sociedade, aprofunda as reflexões no seu objeto específico, que é o estudo da linguagem.

Assim, a Licenciatura em Letras tem como objetivo formar profissionais de educação na área de Letras que respondam à realidade social e intervenham nela de forma ética, estética e democrática. Levando em consideração as diretrizes específicas do curso de Letras, o graduado deverá demonstrar domínio ativo e crítico da Língua Portuguesa e da Língua Inglesa e suas respectivas literaturas utilizando-se das teorias desse campo de conhecimento, bem como de sua aplicação ao ensino-aprendizagem, e na reflexão sobre a prática pedagógica e a necessária adequação do seu fazer pedagógico, considerando o aluno como centro de todo o processo. Do mesmo modo, deverá demonstrar capacidade de desempenhar o papel de multiplicador ético e comprometido com a formação de leitores, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros (linguísticos), fomentando o desenvolvimento da cultura, da estética e das relações sociais pela linguagem. O perfil do graduado deverá incluir as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão, avaliação e produção de textos de gêneros variados;
- Interpretação de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicitação dos processos ou argumentos utilizados para justificar sua análise;
- Descrição e justificativa das peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, com especial destaque para variações regionais e socioletais e para as especificidades da norma padrão;
- Domínio de repertório de termos especializados por meio dos quais se pode discutir e transmitir a fundamentação do conhecimento da língua e da literatura;
- Compreensão dos fatos da língua e condução de investigações de língua e linguagem, por intermédio da análise de diferentes teorias, bem como da sua aplicação a problemas de ensino e aprendizagem da língua portuguesa;
- Apreensão crítica de obras literárias, não somente por meio de uma interpretação derivada do contato direto com elas, mas, também, pela mediação de obras de

crítica e de teorias literárias;

- Identificação da multiplicidade de discursos presentes no texto literário;
- Contextualização do texto literário;
- Domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa;
- Domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições sob as quais a escrita se torna literatura;
- Capacidade de pesquisar e articular informações linguísticas, literárias, culturais e educacionais;
- Capacidade de atuar como professor, pesquisador e consultor, com as diferentes manifestações linguísticas possíveis, sendo usuário, enquanto profissional, da norma padrão;
- Compreensão do processo de aquisição e aprendizagem de língua materna;
- Capacidade de desempenhar papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
- Atitude investigadora que favoreça processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias;
- Atitude investigadora que favoreça o processo de continuidade na área didático-pedagógica.

O curso de Letras pressupõe um vínculo com o estudo da língua, das literaturas e, também, das manifestações artísticas e culturais. Uma de suas principais tarefas é a formação de professores de ensinos fundamental e médio, mas estende-se ao trabalho com a arte e a cultura.

No que se refere ao profissional de educação em Letras, o magistério é a atividade primeira que pode ser exercida tanto em instituições de educação como em empresas, ONGs e prestadoras de serviços, pois a educação é considerada um caminho para a melhoria das relações humanas na sociedade pós-moderna e como marco diferencial num mercado competitivo.

As opções de trabalho para os formados em Letras têm aumentado nos últimos anos. Dessa maneira, o curso de Letras visa à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e de suas culturas para que atuem como professores e pesquisadores, assim como críticos literários, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais etc.

Outras atividades ganham importância, como a área de editoração e revisão textual, que se apresentam como oportunidades para os formados em Letras.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 16):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 16 – Macroprocessos da extensão



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto, considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;

- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

O curso de Letras desenvolve atividades de extensão por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de extensão, projetos de extensão do próprio curso ou de outros cursos da Univille, bem como na organização e participação em eventos e cursos. A seguir, atividades voltadas para a extensão na Univille de que o curso participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão da Univille. Os professores podem submeter propostas por meio do Edital Interno de Extensão. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Área de Extensão da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): por acreditar que os resultados de ensino, pesquisa e extensão constituem uma criação conjunta entre professores e acadêmicos, anualmente a Univille promove um seminário institucional com o intuito de apresentar as ações relativas a projetos nessas áreas e promover uma reflexão sobre sua indissociabilidade e os desafios da multidisciplinaridade. As atividades incluem palestras e relato de experiências por parte de professores e estudantes engajados em diferentes projetos da universidade. Os estudantes do curso podem

participar desse evento por meio de apresentação de trabalhos ou assistindo a sessões técnicas e palestras;

- c) **Semana da Comunidade:** anualmente a Univille realiza um evento comemorativo de seu credenciamento como Universidade. Durante a semana são promovidas diversas ações com vistas a oferecer à comunidade externa a oportunidade de conhecer instituições e sua ação comunitária. O curso participa, por meio de um estande, da Feira das Profissões, oferecendo à comunidade informações sobre o curso e a carreira na área. Também são apresentados os protótipos e os modelos dos projetos permanentes apoiados pelo curso. Além disso, durante a semana, os estudantes podem participar de palestras com os mais diversos temas: empregabilidade, mobilidade acadêmica, saúde, cidadania, direitos humanos;
- d) **Realização de eventos:** o curso promove eventos relacionados à área de formação, tais como palestras, cursos e oficinas, os quais ocorrem ao longo do ano e atendem os estudantes e a comunidade externa. Alguns deles são realizados por meio de parcerias estabelecidas pelo curso;
- e) **Prestação de serviços:** por meio da Área de Prestação de Serviços da Univille, o curso está apto a oferecer treinamentos, assessorias e consultorias a instituições, organizações e comunidade externa na área do curso, de acordo com as competências existentes.

As linhas de extensão do curso visam operacionalizar a interface entre linguagens e ensino escolar, contemplando: Práticas de leitura; Práticas sociais de linguagem e Novas linguagens e ensino.

As linhas de extensão do curso visam operacionalizar a interface entre linguagens e ensino escolar, contemplando: Práticas de leitura; Práticas sociais de linguagem e Novas linguagens e ensino.

As atividades de extensão do Curso variam entre projetos, programas, cursos e eventos destinados ao atendimento à comunidade em geral:

- a) A linguagem da não-violência na escola: uma possibilidade para a construção da cultura da paz: objetiva conscientizar os sujeitos envolvidos com a

educação de que o uso da linguagem nas relações sociais cotidianas pode estar impregnado de violência para que eles consigam, mediante leitura crítica de diferentes gêneros textuais de circulação, estabelecer pelo diálogo as negociações para os conflitos inerentes às relações humanas. Em 14 anos de atuação, estiveram envolvidos cerca de 250 acadêmicos como multiplicadores da proposta por meio de oficinas, palestras e cursos oferecidos para a educação básica, associações de bairros, ongs etc. O projeto tem um caráter interdisciplinar, pois além do envolvimento de uma professora do curso de Ciências Biológicas, estudantes de diversos cursos, além dos de licenciatura, participam como bolsistas ou voluntários, entre eles estão Direito, Psicologia, Medicina, Design, Administração, Ciências Contábeis. Anualmente, ocorre o Simpósio Edupaz, abordando temáticas emergentes, em parceria com o curso de Psicologia e o Programa de Pós-graduação em Educação. As ações do Edupaz têm potencial para serem curricularizadas, visto que os fundamentos teórico-metodológicos, que embasam o Projeto, pressupõem o desenvolvimento de um olhar crítico e comprometido com a sociedade.

b) Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij): responsável pela promoção, crítica e circulação da Literatura Infantil Juvenil na região norte do Estado. Mantém os seguintes projetos: Liberte um livro, Correio Literário e Liberte um poema. Em andamento, há o Grupo de Contação de Histórias. Em 2018, foi dado início a um projeto de pesquisa sobre o hibridismo na literatura contemporânea.

c) Programa Institucional de Incentivo à Leitura (Proler/Univille): atua em parceria com a Rede de Estudos Avançados em Leitura RELER- Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC – Rio - ILer Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, estruturada nos eixos de formação de leitores, teorias da leitura, práticas de leitura, leitura e interdisciplinaridade. Desenvolve ações institucionais e comunitárias em parceria com: a) Presídio Regional de Joinville Soldado Jackson dos Santos, no projeto A Leitura como Instrumento de Ressocialização e Cidadania: Remição Penal, que promove o exercício da cidadania e a inclusão social de pessoas apenadas por meio da leitura do literário e da produção de resenhas críticas, estando envolvidos acadêmicos de Letras na avaliação dessas resenhas.

Anualmente, em parceria com o Curso, o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e o PROLIJ, promove o Encontro Anual do PROLER-JOINVILLE/PROLIJ/ Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura.

d) Projeto Salve o Cinema: desde 2004, dirigido para a formação de público e discussão da linguagem cinematográfica e como atividade transversal acoplada ao curso.

Considerando a extensão como experiência de aprendizagem que se constitui de forma dialógica nos territórios, compreendemos que a sua curricularização provoca a incorporação de saberes construídos nessa trajetória, constituindo o currículo como um itinerário formativo. Desse modo, é possível mudar a concepção pedagógica de ensino pelo viés metodológico, conceitual e pela relação permanente com a sociedade.

Assim, a experiência da curricularização proporciona a produção de um currículo indissociável que viabiliza a intencionalidade pedagógica da extensão e possibilita a formação integral em todas as suas dimensões, repensando as ações docentes, investigativas e com a comunidade. Isto posto, a Univille tem por objetivos em relação à curricularização da extensão:

1. Promover a formação integral do estudante a partir de uma proposta curricular indissociável que oportunize a vivência e o reconhecimento de outras realidades sociais, identificar o profissional em formação com um projeto de sociedade e de mundo, o reconhecimento da construção epistemológica e a construção da identidade cidadã;
2. Identificar temas emergentes das situações vividas no encontro com a comunidade, suas realidades e demandas, as quais poderão se traduzir em produção de novos conhecimentos;
3. Consolidar a vocação comunitária da Univille, tornando a Instituição cada vez mais reconhecida perante a sociedade;
4. Contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas por meio da vivência das questões emergentes das diversas comunidades;
5. Ser um eixo norteador para a inovação curricular e pedagógica e integração entre diferentes cursos e áreas;
6. Contribuir para a engenharia econômica dos cursos na busca pela sustentabilidade.

A curricularização é a compreensão de que um currículo não pode ser distanciado das realidades. Por isso, tem o desafio de transversalizar projetos pedagógicos, com a especificidade do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e de cada contexto histórico-social.

Considerando a extensão como experiência de aprendizagem que se constitui de forma dialógica nos territórios, compreendemos que a sua curricularização provoca a incorporação de saberes construídos nessa trajetória, constituindo o currículo como um itinerário formativo.

A experiência da curricularização proporciona a produção de um currículo indissociável que viabiliza a intencionalidade pedagógica da extensão e possibilita a formação integral em todas as suas dimensões, repensando as ações docentes, investigativas e com a comunidade.

A Univille traçou como objetivos para a curricularização da extensão, práticas pedagógicas que venham:

- Promover a formação integral do estudante a partir de uma proposta curricular indissociável que oportunize a vivência e o reconhecimento de outras realidades sociais, identificar o profissional em formação com um projeto de sociedade e de mundo, o reconhecimento da construção epistemológica e a construção da identidade cidadã;
- Identificar temas emergentes das situações vividas no encontro com a comunidade, suas realidades e demandas, as quais poderão se traduzir em produção de novos conhecimentos;
- Consolidar a vocação comunitária da Univille, tornando a Instituição cada vez mais reconhecida perante a sociedade;
- Contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas por meio da vivência das questões emergentes das diversas comunidades;
- Ser um eixo norteador para a inovação curricular e pedagógica e integração entre diferentes cursos e áreas;
- Contribuir para a engenharia econômica dos cursos na busca pela sustentabilidade.

Metodologia

A metodologia desenvolvida para as disciplinas de Vivências de Extensão na

Univille segue a organização por projeto, adotando os quatro passos descritos a seguir como metodologia propulsora para a criação de experiências personalizadas e significativas para o acadêmico e para a comunidade.

1. Comunidade

Estabelecer relação de ensino e aprendizagem com a comunidade.

2. Demandas

Identificar quais as necessidades declaradas e não declaradas da comunidade e estabelecer quais serão trabalhadas no período letivo vigente.

3. Solução

Desenvolvimento de referencial teórico, discussões, pesquisas e debates sobre o tema da demanda com intuito de gerar propostas de solução.

4. Feedback

Apresentar para a comunidade as propostas desenvolvidas ao longo do período letivo para aplicação ou aperfeiçoamento da proposta.

Dessa forma, o curso de Licenciatura em Letras busca atender a curricularização da extensão por meio da interface entre os projetos/programas de extensão e os espaços educativos, formais e não formais. A centralidade das ações será a linguagem em suas mais diversas manifestações, verbais e não verbais, na modalidade escrita e na modalidade oral, em atividades de leitura, produção escrita e envolvendo a oralidade.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os

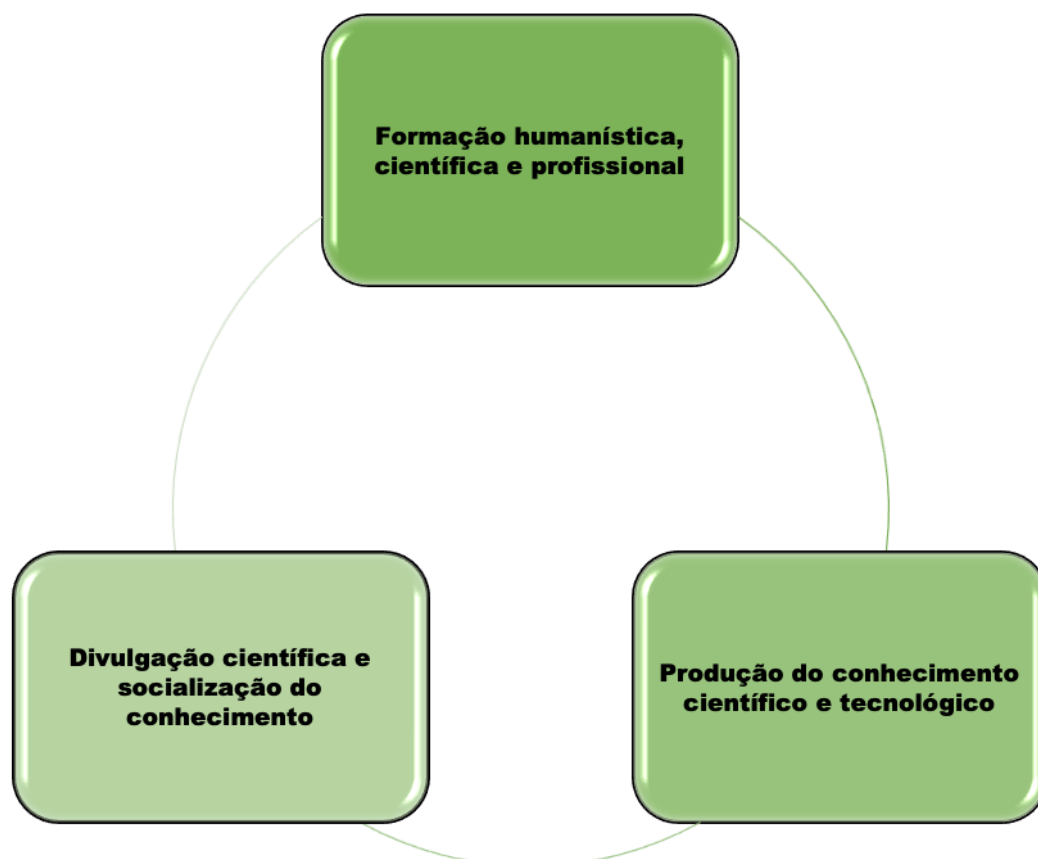
estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 17):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 17 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso de Letras desenvolve atividades de pesquisa por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de pesquisa. A seguir, atividades voltadas para a pesquisa na Univille de que o curso participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Univille. Os alunos podem submeter propostas por meio do Edital Pibic, e os professores, por meio do Edital Interno de Pesquisa. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): participação do corpo docente e discente do curso como ouvinte e/ou como palestrante.

O curso apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Leitura e produção textual; Tecnologias educacionais; Papel do professor na escola e Práticas de letramento.

O letramento tem sido tematizado em pesquisas desenvolvidas desde 2005. Os letramentos (literários, digital e acadêmico) têm sido focalizados em diferentes trabalhos, tanto em nível de mestrado como na graduação, consolidando-se como uma temática urgente e necessária no campo da formação de professores. A pesquisa Ações de letramento no trabalho e na formação docente em contextos educativos, com a participação de professores, estudantes e egressos do curso, objetiva compreender como se configuram ações de letramento no trabalho e na formação docente em contextos educativos.

As pesquisas dirigidas para leitura e produção textual operam interfaces entre leitura e o uso das tecnologias educacionais, especialmente por meio da criação de blogs, canais nas redes sociais, e afins, nos quais são postadas produções resultantes de reflexões sobre o literário. Um dos objetivos é analisar a experiência estética da leitura de textos literários mediada por recursos tecnológicos. Foram articuladas estratégias de leitura com imbricações tecnológicas diversas, como o acesso à Biblioteca Digital do Portal Nupill (www.nupill.org), com visitas a obras de diversos autores representativos da Literatura Brasileira; uso de software específico de leitura desenvolvido pela Univille em parceria com a UFSC e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali); projeto Relógio de Ouro, que contém as obras de Machado de Assis; acesso às obras dos autores contemporâneos e catarinenses Alcides Buss

e aos poemas visuais e animações de Arnaldo Antunes e de Augusto de Campos, para posterior discussão.

O Prolij fomenta um Projeto de Pesquisa que estuda os processos de hibridização dentro da Literatura Infantil e Juvenil, a partir de pressupostos teóricos e das análises de diferentes livros que se tornam objeto de discussão. O projeto incrementou estudos sobre o tema que deve se encaminhar para uma possível linha de pesquisa nova no curso, proporcionando desdobramentos de estudos que podem se transformar em argumentos e ideias para Trabalhos de Conclusão de Estágio e de Curso.

O espaço da pesquisa aliada à extensão torna-se marca do programa que, atendendo às demandas e solicitações, começa a preparar seus próprios seminários, como o Abril Mundo, e projetos de pesquisa sobre literatura voltados à comunidade.

Pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos, endereçadas a crianças e jovens na contemporaneidade, resultou em publicações da coleção **Livro dos Livros** – Resenhas do Prolij, uma coletânea de resenhas como sugestão aos interessados em obras de qualidade no campo infantil, infanto juvenil e juvenil, sobre várias temáticas, incluindo aquelas voltadas para a cultura afro-brasileira e indígena, além de narrativas visuais e obras teóricas.

O Programa Institucional de Incentivo à Leitura PROLER/UNIVILLE integrou o Projeto Universal CNPq, *A mediação em leitura na escola: contribuições do programa PIBID na formação de leitores UNIVALI/UNIVILLE/FURB/UFSC* com articulações com os Programas de Educação da Univali e Furb. Tem como objetivo realizar análises dos processos de mediação em leitura nas escolas onde o PIBID de Letras atua, identificando como os licenciandos (bolsistas do PIBID) operam a mediação em leitura na Educação Básica na região de Joinville. Houve a produção/edição do livro **Mediações do Literário**, organizado por Adair de Aguiar Neitzel; Gicele Maria Cervi e Taiza Mara Rauen Moraes (Editora CRV, Curitiba, 2019).

O projeto de extensão Edupaz tem buscado desenvolver pesquisas teóricas e aplicadas sobre diferentes temáticas com o objetivo de qualificar as ações de intervenção, entre as quais pode-se destacar: preconceito contra idosos (ageísmo), violência contra profissionais da saúde e cyberbullying.

3.4 Histórico do curso

O Curso de Letras da Universidade da Região de Joinville - Univille – teve início em 1968, quando foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, autorizada a funcionar pelo Parecer nº 31/68 do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 25 de março de 1968, com os cursos de Geografia, História, Letras e Matemática. Integrava a, então, Fundação Joinvilense de Ensino (FUNDAJE), criada pela Lei Municipal nº 871/67 de 17 de julho de 1967.

Através da Lei nº 1174, de 22 de dezembro de 1971, a FUNDAJE foi transformada em Fundação Universidade Norte Catarinense (FUNC). Em 22 de dezembro de 1975, a Lei nº 1423 modificou a denominação da FUNC para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) e a Lei nº 1490, de 10 de dezembro de 1976, alterou a forma organizacional da instituição. Em março de 1990, a Carta-Consulta para a transformação da FURJ em Universidade foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE), tendo recebido aprovação através do Parecer nº 199/91 daquele Conselho, em abril de 1991, o mesmo acontecendo com o Projeto de Universidade em novembro de 1991 (Parecer nº 670/71). Em 5 de dezembro de 1995, a Universidade da Região de Joinville (Univille) foi reconhecida através do Parecer nº 214/95 do Conselho Estadual de Educação, vindo a ser credenciada por Decreto Presidencial em 14 de agosto de 1996.

Em sua implantação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionou nas dependências do Colégio Santos Anjos onde ficou até o final de 1974. Em 1975, a faculdade mudou-se para instalações próprias da então FUNC, no Campus Universitário, onde se encontra até hoje.

Em 1972, através do Parecer 1147/72, aprovado em 4 de outubro de 1972, e pelo Decreto Federal nº 71.351/72, de 9 de novembro de 1972, foi reconhecida a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville com os cursos de Geografia, História, Matemática e Letras (modalidade Português e Inglês), com 40 vagas anuais, por série, dos cursos mantidos.

Em 1981, no intuito de dar sequência à implantação das metas previstas no seu Plano Quadrienal de Desenvolvimento apresentado à Secretaria de Educação, em observância ao previsto no Plano Estadual de Educação, a FURJ encaminhou ao Conselho Estadual de Educação pedido de aumento em 40 (quarenta) do número de vagas no curso de Letras, alegando, entre outras razões, a falta de professores

de Português e de Inglês habilitados, na área de influência, e a possibilidade de contar com professores de tempo integral e a profissionalização de seu corpo docente (Parecer nº 320/81, aprovado em 10 de novembro de 1981).

No livro de registro de Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, na ata nº 31/83, de 6 de junho de 1983 (fl. 41) consta que “foi demonstrada a necessidade do remanejamento de vagas para 1984, sendo proposto o seguinte: 70 vagas para Letras noturno, divididas em duas turmas de 35, 30 vagas para Letras vespertino”. Isso explica a oferta de 100 vagas para o curso de Letras em 1984, embora não haja nenhum documento oficial do Conselho Estadual de Educação, emitindo parecer a respeito.

Em agosto de 1985, tendo em vista o número reduzido de alunos que optaram pela licenciatura única em Inglês (ata 64/85 de 1º/7/85), foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação uma exposição de motivos, através da qual se propunha o retorno da oferta de licenciatura conjunta (Português - Inglês), com a mesma grade curricular, sem a proposta de inserção ou eliminação de disciplina (s). Tal proposta, segundo os alunos, oportunizaria não só um mais amplo mercado de trabalho, mas também, no estudo de línguas e literaturas diversas, um enriquecimento cultural para todos. Analisado o pedido, a proposta foi aprovada através do Parecer nº 278/86, de 23 de abril de 1986.

Em 1989, o Departamento houve por bem aumentar a carga horária de algumas disciplinas (Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, Teoria da Literatura, Linguística), introduzindo, também, a disciplina Teoria e Prática de Produção de Textos, com o objetivo de desenvolver a habilidade de escrita de textos literários e científicos, elevando a duração do curso para cinco anos. O projeto mereceu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação (Parecer nº 266/89, de 18/7/89).

Em 1990, considerando o baixo índice de procura pelo período matutino e, conseqüentemente o desnível cada vez mais acentuado entre os alunos dos dois turnos, foi solicitado ao Conselho Estadual de Educação, o remanejamento das 40 (quarenta) vagas do período matutino para o noturno, que foi aprovado em 2 de outubro de 1990, pelo Parecer nº 224/90/CEE, para, no máximo, dois vestibulares.

Através do Parecer nº 158/92/CEE, aprovado em 22 de setembro de 1992, o Conselho Estadual de Educação emitiu parecer favorável à prorrogação do

remanejamento de vagas do período matutino para o noturno, por não haver dispositivo legal impeditivo (art. 11 e seguintes, Resolução nº 10/84/CEE/SC).

Em 1994, a vivência ao longo do curso de Letras aliada à evolução dos estudos da Linguística geral e especial, bem como o aprimoramento dos métodos de ensino aprendizagem de línguas fortaleceram o desejo de tornar o curso mais dinâmico e de acordo com as modernas metodologias de ensino em tal campo. Assim, justificou-se a reformulação da grade curricular que mereceu a aprovação do Conselho Estadual de Educação registrada no Parecer nº 243/94, de 8 de novembro de 1994.

Em reunião realizada em 03 de julho de 1996, já reconhecida a Univille como Universidade, o Colegiado de Letras propôs a retirada do pré-requisito Literatura Brasileira II para a disciplina Literatura Inglesa, do 3º ano, e obteve a aprovação do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) através do Parecer nº 138/96, de 05 de setembro de 1996.

Entendendo que, no projeto de integração dos países do Mercosul, o papel da Universidade não se resume apenas em intenções econômicas e comerciais, mas também em políticas de intercâmbio nas áreas da educação e da cultura, em 1996, o Departamento de Letras propôs complementação do curso com habilitação em Língua Espanhola e literaturas correspondentes aos egressos do curso de Letras. O curso, fruto de convênio com a Secretaria de Estado da Educação, e integrante do Programa Magister, tinha como objetivos específicos: estimular os acadêmicos à aquisição de um referencial teórico, a pesquisa como princípio científico e educativo; o conhecimento que viabilize a instrumentalização dos futuros profissionais para o domínio de conteúdos, tecnologias, métodos, processos e recursos indispensáveis ao exercício da docência; desenvolver, através das ementas das diversas disciplinas, temas ou conteúdos relacionados aos problemas sociais, objetivando o desenvolvimento de uma visão/ação reflexiva e crítica. Foi aprovado pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) em 5 de setembro de 1996, através do Parecer nº 148/96. Iniciado em 20 de janeiro de 1997, foi oferecido em regime especial, em blocos, num total de 832 h/a, tendo sido integralizado em quatro semestres, com aulas nas sextas feiras, sábados, feriados e períodos de férias. Esse curso foi reconhecido em 14 de março de 2000, pelo Parecer 049/2000 CEE.

Em 1998, foi aprovado pelo departamento aumento de 40 vagas para implantação do curso - período matutino no Campus de São Bento do Sul. Tendo

em vista a baixa procura, decidiu-se oferecer em 2001, o curso em regime modular, apenas para habilitação em Língua Portuguesa (Parecer nº 244/98 – Resolução 11/98 – Conselho Universitário em 26/11/98 – 08/10/98). Nesse ano também houve uma Adequação da Grade Curricular do Curso à Resolução 02/98/CEPE, Processo nº 016/9811, aprovado pelo Parecer nº 257/98 – 19/11/98.

Em março de 1999, iniciou-se um processo de reestruturação do Curso, atendendo ao que preconiza a Lei 9.394 de 20/12/1996 (LDB). As discussões promovidas no Departamento, através de reuniões e consulta aos alunos sobre o processo de mudança, apontaram alguns caminhos como a possibilidade de uma grade curricular mais flexível e dinâmica, que possibilitasse o desenvolvimento de múltiplas competências e habilidades; uma proposta teórico-metodológica renovada; a ampliação do campo de atuação do formado em Letras. O currículo foi elaborado a partir de eixos, a saber: Fundamentação, Linguística, Língua, Literatura, Licenciatura e Complementação.

O eixo de Fundamentação contemplava as disciplinas de formação geral, obrigatórias na Universidade: Metodologia da Pesquisa, Filosofia e Educação Física. O eixo de Linguística foi dividido em: Linguística, Linguística de Língua Portuguesa e Linguística de Língua Inglesa. O eixo da Língua foi dividido em: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Latina. O eixo da Literatura foi dividido em: Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literaturas de Língua Inglesa e Literatura Infantil-Juvenil. O eixo da licenciatura foi dividido em: Didática, Psicologia, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Prática de Ensino sob a Forma de Estágio Supervisionado. O eixo da complementação foi uma das inovações na reestruturação do Curso de Letras da Univille, pois nele foram oferecidas as disciplinas Eletivas que complementaram os eixos teóricos ou abriram novas perspectivas de atuação profissional para o aluno. Essas disciplinas estavam ligadas a um dos eixos do curso e eram cursadas em Letras, a partir de um rol de disciplinas oferecidas naquele ano, ou em outros cursos, a partir do currículo e da disponibilidade de vaga. A carga horária das disciplinas eletivas foi contemplada na grade curricular do curso.

A partir dessas mudanças, o aluno pôde optar, no momento da entrada do curso, pela dupla habilitação (5 anos), pela habilitação em português (4 anos) e pela habilitação em inglês (4 anos).

A reestruturação do curso, aprovada pelo Parecer 219/99, foi implantada em 2000 mostrando-se bastante produtiva, tanto nas opções pelas habilitações quanto das eletivas. A partir dessa mudança, solicitou-se o aumento de vagas em Joinville, para o período matutino, aprovado pelo Parecer nº 236/99/CEPE, de 02 de setembro de 2000.

Durante o ano de 2000, o Departamento refletiu sobre a implantação do curso e verificou a necessidade de se rever a opção pela habilitação e pelas disciplinas eletivas no 1º ano. Discutiu-se sobre o processo e chegou-se à conclusão de que as dificuldades de opção deram-se pelo não conhecimento suficiente das áreas. Decidiu-se, então, em reunião de Departamento, pelo ajuste da grade de modo a permitir ao aluno o conhecimento das áreas para posterior opção pela habilitação e eletivas. Propôs as seguintes alterações: 1) que o 1º ano do curso fosse um núcleo comum para as três habilitações; 2) que a opção pela habilitação fosse feita ao final do 1º ano, a partir do conhecimento e experimentação das áreas; 3) que as eletivas fossem oferecidas a partir do 2º ano, quando o aluno teria repertório teórico e prático suficientes para uma opção consciente.

Em fevereiro de 2001, sob a chefia de Marly Krüger de Pesce, foram iniciadas as discussões do primeiro documento que embasou a resolução CNE/CP1. Parte do documento apontava a preocupação com a dicotomia entre teoria e prática. Nesta ocasião, o colegiado compreendeu que o professor de língua não poderia trabalhar apenas com o conhecimento específico, mas também preocupar-se com a metodologia a ser adotada com vistas a trabalhar o conteúdo na educação básica. Naquele ano, percebeu-se que alguns professores começaram efetivamente a trabalhar nesta perspectiva. Outra ação desenvolvida pelo departamento foi em relação ao estágio, antes entendido como atividade possível de ser desenvolvida apenas no final do curso. Foi constituída uma comissão que elaborou um regulamento, no qual constasse a antecipação de parte da carga horária do estágio a partir da segunda metade do curso. A regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado deu-se em 19 de setembro de 2002, pelo Parecer 256/02 CEPE.

Em fevereiro de 2003, apresentou-se a Resolução CNE/CP2, a primeira proposta com os eixos temáticos, e discutiu-se a efetivação dos itens abordados, como a metodologia e a concepção de avaliação. Foi constituída uma comissão de professoras para elaborar o projeto de reestruturação. Em reunião departamental de julho de 2003, foi apresentada a evolução dos trabalhos, no que concerne à

filosofia do curso, ao perfil do profissional e a alguns objetivos. Em setembro, foi realizada uma reunião extraordinária para discussão da matriz curricular e do ementário. O projeto foi apreciado e, após votação, aprovado pelo colegiado. Em 27 de novembro de 2003 foi aprovada pelo CEPE a reestruturação do curso (Parecer nº 343/03).

Em agosto de 2004, tendo em vista a possibilidade de aumentar o interesse dos alunos por uma licenciatura em Letras com menor duração, mas com a mesma Matriz Curricular, o Departamento de Letras propôs um remanejamento da carga horária do turno matutino, possibilitando que o aluno se habilite em Língua Portuguesa no período de três anos, ou em Língua Portuguesa e Língua Inglesa em quatro anos. Assim, de acordo com essa proposta, o turno da manhã passou a ter 5 h/a, ao invés das 4 h/a diárias oferecidas até então, o que resultou na redução de um ano para cada uma das habilitações (Parecer nº 429/04/CEPE – 25/11/04).

A reestruturação do curso (2003) e o remanejamento da carga horária do turno matutino (2004) exigiram análise do posto e do proposto. Assim formaram-se equipes para estudo e assentamento à nova realidade. Isso resultou em mudanças substanciais no estágio curricular supervisionado, mais entrosamento entre os professores e suas respectivas disciplinas, maior divulgação de cursos e eventos que possibilitam ao acadêmico a realização das 200 horas de atividades científico-acadêmicas (Horas Complementares).

Em maio de 2006, o colegiado de Letras, ciente sobre a carga horária de 400h de Estágio Curricular Supervisionado a partir da metade do curso e motivado pela: 1) necessidade de diários de classe para acompanhamento dos alunos; 2) exigência do programa de informática da Secretaria Acadêmica que emite diários de classe de acordo com o explícito, por série, na matriz, e 3) necessidade da Divisão Financeira de calcular as mensalidades do aluno, fazer orçamento e pagar professores de acordo com o que está discriminado na matriz curricular, aprovou a adequação da matriz curricular na qual o Estágio Curricular Supervisionado aparece explícito em cada série, a partir da metade do curso. Essa adequação da matriz curricular foi aprovada pelo parecer nº 067/06/CEPE – de 18 de maio de 2006.

Nesse mesmo ano, houve a Renovação do Reconhecimento do Curso de Letras pelo Parecer nº 209/06/CEE – 08/08/06, Resolução nº 056/CEE – 08/08/06 e Decreto nº 4663 – 25/08/06. Em 2007, em vista das mudanças conjunturais na área sócio-educacional, o Departamento inicia estudos sobre novas mudanças que

atendessem às necessidades do momento. Todos os professores foram convidados para reuniões semanais nas quais se discutiram as concepções do curso, seus objetivos e o perfil profissiográfico do licenciado em Letras para, então, delinear uma nova proposta curricular.

Para otimizar os recursos, foi proposto que as disciplinas pedagógicas comuns às outras licenciaturas da Univille sejam compartilhadas. Assim, os alunos poderão ser agrupados, possibilitando uma visão interdisciplinar que favoreça as discussões de temas transversais o que enriqueça a visão educacional do acadêmico como futuro docente.

Sob coordenação da Pró-reitoria de Ensino (PROEN), em 2008, os chefes das licenciaturas aprofundaram os estudos sobre a ideia de compartilhamento de disciplinas, analisando a viabilidade mediante as necessidades e possibilidades no currículo de seus cursos. Foi elaborada uma proposta, levada aos respectivos colegiados. O Departamento de Letras teve a sua proposta de reestruturação aprovada em reunião, no dia 06 de agosto do ano corrente, lavrada em ata.

3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

O curso de Letras trata, fundamentalmente, da linguagem verbal, numa visão artístico-cultural e social de língua e literatura. Desse modo, preocupa-se com as possibilidades de expressão do ponto de vista tanto comunicativo quanto interativo e criativo.

A linguagem imprime-se historicamente por meio das relações dialógicas dos interlocutores dos discursos, possibilitando ao homem que se constitua pela interação com o outro. Para Bakhtin (1992, p. 41), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios humanos”.

Destarte, o conhecimento da linguagem verbal, propiciado no curso de Letras da Univille, é essencial para a formação de professores que vão lidar com o ensino de língua por intermédio da própria língua. Para esses e outros profissionais da área da linguagem, como revisores, críticos, secretários, o curso proporciona o conhecimento da estrutura da língua e de suas possibilidades criativas e o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual.

A formação de professores torna-se um desafio para as políticas governamentais, na medida em que é necessário garantir índices respeitáveis na área educacional e suprir as vagas para docentes.

Em todas as licenciaturas o número de matrículas vem diminuindo em relação à oferta de vagas e, mesmo que o número de inscritos seja superior ao número de vagas ofertadas, também apresenta queda, em alguns casos de modo significativo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, implantada mediante Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2020, estabelece que a formação docente deve ter como fundamentos:

- I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e
- III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. (BRASIL, 2019, Art. 5º)

E estabelece os princípios norteadores da formação, de acordo com a BNCC, em seu artigo 6º:

- I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;
- II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;
- III - a colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos previstos na política nacional de formação de professores para a Educação Básica;
- IV - a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância;
- V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;
- VI - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;
- VII - a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;
- VIII - a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente;
- IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso

permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e

X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) versa sobre a formação de profissionais em educação e explicita vigorosamente os seguintes pontos, que permitem reestruturar os cursos de licenciatura com indicativos de qualidade e inovação:

- A docência como base na formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico;
- O trabalho pedagógico como foco formativo;
- A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica em todos os seus níveis e modalidades e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- A ampla formação cultural;
- A criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola desde o início do curso;
- A incorporação da pesquisa como princípio formativo;
- A possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;
- O desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- A reflexão sobre a formação para o magistério.

No âmbito das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no Brasil, a formação inicial de professores tem ganhado especial atenção com o lançamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2009. Tendo como objetivo fomentar a formação docente, caracteriza-se pela distribuição de bolsas a estudantes das licenciaturas e a professores da educação básica e de instituições de ensino superior. O desenvolvimento do programa pauta-se em ações didático-pedagógicas planejadas em conjunto entre as diferentes instâncias envolvidas.

O curso de Letras teve subprojetos aprovados no Programa Institucional de Iniciação à Docência, com 20 vagas, entre os anos de 2013 a início de 2018.

Também havia a possibilidade de estudantes de Letras participarem do Subprojeto Interdisciplinar. No formato atual do Pibid, são 8 alunos de Letras participando. Das principais características do programa é a significativa aproximação entre escola e Universidade, com o pleno envolvimento dos professores das duas instâncias e dos bolsistas em atividades didático-pedagógicas. Os professores da Educação Básica, identificados no programa como Supervisores, são reconhecidos como co-participantes no processo formativo dos novos professores. Nos eventos relacionados ao Pibid, esses professores marcam sua presença. Também é preciso destacar que dos 3 supervisores atuantes no Subprojeto de Letras (de 2013 a 2018), 2 são egressos do curso.

São nítidas as contribuições trazidas pelo programa para todas as licenciaturas. Em Letras não é diferente. Além da compreensão de uma formação inicial em que teoria e prática não mais despontem de forma dicotômica e dissociada, mas que se fundem em um todo consistente que faça sentido para o futuro professor, o Pibid tem contribuído para a manutenção de muitos estudantes no curso. A parceria entre escola e universidade também tem ressignificado as discussões sobre a formação de professores de língua.

Em 2018, a Univille aderiu ao Programa de Residência Pedagógica como uma forma de ampliar o debate sobre a relevância e a necessidade de qualidade durante a formação inicial de professores buscando um novo olhar reflexivo para com as unidades públicas de ensino presentes na região e nas quais a IES atua. O Programa de Residência Pedagógica vem articular as ações previstas no Estágio Curricular Obrigatório, potencializando a formação dos estudantes, por meio da permanência do licenciando na escola e nas turmas com as quais irá desenvolver as ações, por um tempo maior, caracterizando uma imersão no cotidiano escolar. Os professores das escolas públicas atuam como preceptores, contribuindo na formação dos futuros docentes.

Joinville é a maior cidade catarinense, com aproximadamente 577.077 habitantes (IBGE/2017). A Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense, onde Joinville está inserida, abrange 26 Municípios com uma população de 1.363.845 habitantes. É pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), e está em 28 30 ° lugar no ranking nacional do Produto Interno Bruto - PIB. A

cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico.

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos (alemães, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos. O crescimento da cidade, em termos espaciais, esteve diretamente vinculado à expansão econômico industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional e foi acompanhada de investimentos em educação, cultura e tecnologia. Um exemplo disto está na conquista da única escola do Balé Bolshoi, fora do seu país de origem, bem como a organização do maior festival de dança do mundo.

A instalação de grandes montadoras de automóveis (General Motors e a BMW), na vizinha cidade de Araquari, bem como o crescimento e profissionalização do comércio através da instalação de novos centros comerciais, geram um novo estágio de desenvolvimento. Este cenário de transformações, na área da educação, implica uma permanente reflexão sobre as práticas profissionais para que haja maior adequação às redes públicas e privadas de ensino.

O ensino em Joinville acompanhou a evolução do setor econômico da cidade. Joinville tem a 4ª maior rede de ensino da Região Sul do país, o que representa um significativo campo de atuação para os formados no Curso que atendem, ainda, as cidades da microrregião. Há significativa demanda por professores habilitados, exigência das redes públicas, além das escolas particulares que absorvem os professores formados pela Universidade. Diante do exposto, é considerável o papel do curso de Letras para Joinville e região, cumprindo seu papel na formação de professores desde 1968.

É a estes novos cenários que se delineiam no contexto social que os graduados de Letras estão sendo preparados para atuar, especialmente como professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Para além do ensino de aspectos gramaticais, o graduado de Letras deve reconhecer as múltiplas possibilidades de usos linguísticos, configurados nos gêneros discursivos, nos quais, cada vez mais, as múltiplas linguagens se imbricam. Há, portanto, de se reconhecer que os textos são multissemióticos. Daí a ênfase, durante o curso, em atividades de leitura (e leitura crítica), perceptível a partir dos projetos e programas de pesquisa e extensão, cujas ações são socializadas para toda a comunidade em variados

eventos. A atitude investigativa e questionadora, que se pretende que oriente o fazer pedagógico do graduado em Letras, é proposta em atividades de pesquisa desenvolvidas em diferentes componentes curriculares, e, principalmente, durante o Estágio Curricular Supervisionado, para que a sua intervenção pedagógica seja pautada em questões de investigação sustentadas por repertórios teóricos metodológicos e análises de resultados da experiência realizada.

Dessa forma, o curso de Licenciatura em Letras busca atender a curricularização da extensão com o propósito de promover a reflexão e a inserção social do estudante a fim de possibilitar uma formação cidadã e comprometida com as questões da comunidade, especialmente da comunidade escolar. Tal inserção poderá ocorrer por meio da interface entre os projetos/programas de extensão e os espaços educativos, formais e não formais.

3.6 Proposta filosófica da instituição e do curso

A Univille é uma instituição educacional que tem a missão de “Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental”. Com base nisso, suas atividades estão fundamentadas nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos apresentados na sequência que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021.

3.6.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais

competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things – IoT*) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em

uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;

- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;
- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 18:

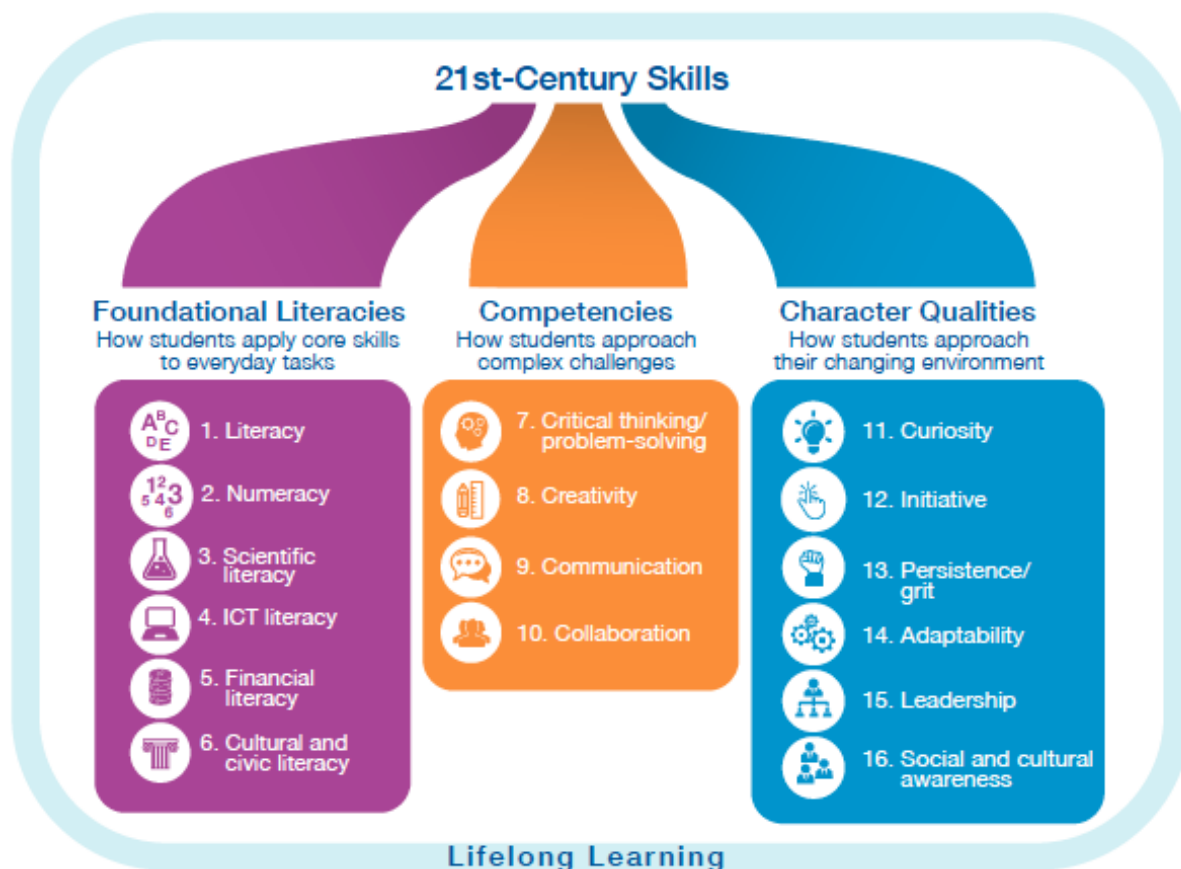
Figura 18 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011 apud PDI 2017-2021, 2019, pg. 61)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015), publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 19) necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 19 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015 apud PDI 2017 – 2021, pg. 62)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado

pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 2):

Quadro 2 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta		Tema
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE	Ensino fundamental

3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento	Ensino médio
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica	Tempo integral
7	<p>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; - Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; - Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2 	Qualidade da educação básica/Ideb
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto

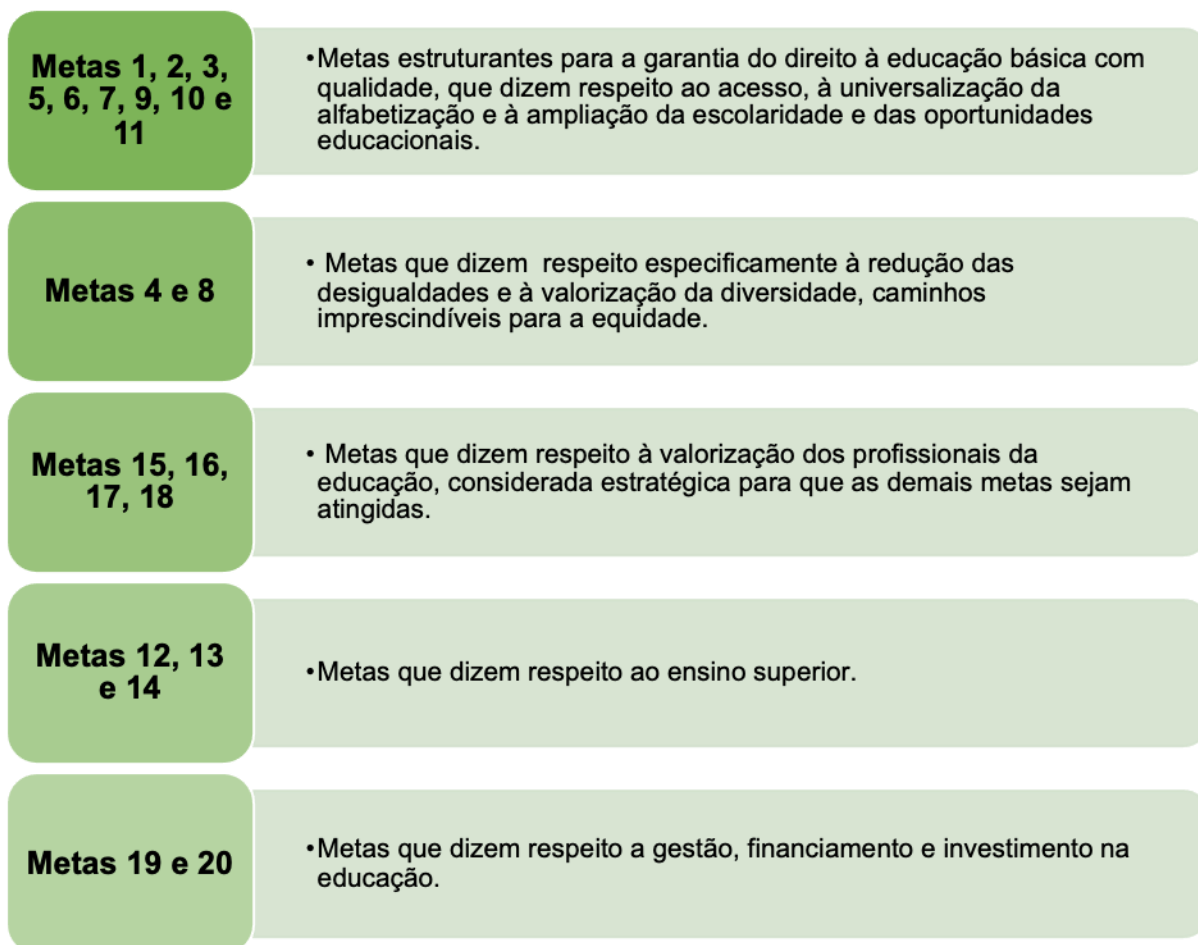
10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público	Educação profissional técnica de nível médio
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com

		escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso
19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b apud PDI 2017-2021, 2019, p. 63-65)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 20 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (MEC 2014):

Figura 20 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille,

enquanto Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.6.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável

e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações.[...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.6.3 Concepção filosófica do Curso

A cultura humana fundamenta-se na linguagem; assim, para a superação de obstáculos no que se refere à interação social, faz-se necessária a ação de profissionais visando à resolução de questões na área. Portanto, o domínio da linguagem em geral e de seus múltiplos recursos expressivos, inclusive os estéticos, deve sustentar os estudos de Letras. Pautando-se em Bakhtin (1985), a revelação dos sentidos da linguagem ocorre na passagem da imagem para o símbolo. A proposta estilístico-sociológica está calcada no pressuposto de que a língua é um fenômeno vivo, concreto e que se desenvolve num embate de forças centrípetas e centrífugas dinamizadoras e em permanente mudança. A concepção de linguagem adotada está baseada no princípio ideológico do enunciado como uma produção

humana, como um conjunto de produções conceituais coletivas, constantemente perpassadas pelo “dialogismo”. Compreende-se, então, que a estrutura da enunciação é puramente social, que a língua varia de acordo com a época e os grupos sociais e que sua existência está em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. Assim, o uso da língua, como forma de marcar os sujeitos, será investigado em teorias e análises discursivas.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional, a educação deve contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes de seu papel social e profissional, com uma visão inovadora no sentido de colaborar para um avanço tecnológico e científico calcado em valores humanísticos e éticos.

Entendendo-se por sociedade o conjunto das relações sociais entre seus marcos referenciais, percebe-se que a conexão entre universidade, sociedade, homem e educação é intrínseca à filosofia da própria Univille; por conseguinte, essa filosofia expressa-se neste projeto pedagógico e nos projetos de cada curso que compõe a Universidade.

Desse modo, considerando de um lado a complexidade da sociedade e de outro o homem como um ser ético, a educação será concebida não apenas como processo de formação, mas também de interação social que conduz à produção científica participativa e crítica, aliando teoria e prática.

Portanto, no curso de Letras o ensino deverá ultrapassar o simples repasse de conhecimento, alicerçando-se nas atividades de pesquisa e extensão. Conseqüentemente, deverá romper com a visão tradicional, adequando seu currículo a uma nova concepção de profissional de Letras, que considere as questões advindas do seu atual campo profissional. Há, pois, um desafio que constitui a essência da atividade do professor de Letras: a relação entre teoria e prática, ou seja, a Universidade produz o conhecimento que é disseminado por meio do ensino de educação básica.

O curso de Letras quer fazer avançar o conhecimento, de forma a tornar possível e habitual trabalhar e refletir a realidade linguística da região em todos os níveis – social, político, econômico, educacional e cultural –, desde a esfera mais próxima até as mais distantes.

No curso de Letras, o ensino terá como objetivos a mediatização, a sistematização, a apropriação do saber, o desenvolvimento e a aquisição de

habilidades específicas ao exercício do magistério, em resposta às mudanças havidas nesse campo profissional.

Com o intuito de manter com a realidade circundante um processo constante de reflexão, a fim de apreender o real e propor alternativas transformadoras, a pesquisa estará presente, procurando desenvolver nos alunos a competência técnico-científica e abrindo-lhes espaço para a cidadania.

E, para avaliar a qualidade do saber produzido e promover o fortalecimento do ensino e da pesquisa no que diz respeito a sua relevância para a sociedade, os alunos de Letras deverão, por intermédio da extensão, socializar o conhecimento produzido, interseccionando o conhecimento científico e o conhecimento popular.

O ensino de graduação visa possibilitar a conquista de instrumentos para a autonomia profissional, técnica e ética e a ampliação da prática da cidadania numa política integrada com a educação básica, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão. Compreende-se a Universidade como um locus privilegiado para o diálogo entre sujeitos comprometidos com as demandas da educação superior e suas consequências em outros níveis de ensino e em outras atividades decorrentes de sua esfera de atuação.

O curso de Letras da Univille estrutura-se na concepção de que a cultura humana se fundamenta na linguagem, tendo por base a proposta teórica de Bakhtin, segundo a qual a estrutura da enunciação é social e a língua é histórica e socialmente dinâmica. Assim, o estudo das letras é efetuado no domínio da linguagem e dos múltiplos recursos expressivos, incluindo os estéticos – abordagem estética, sociológica. Portanto, a língua é estudada como um fenômeno vivo e concreto em permanente mudança, e a linguagem é concebida como produção humana sócio-histórica. Em decorrência, a superação dos obstáculos para a interação social pela língua será efetuada por profissionais que resolvam questões na área. Entende-se que o profissional da área de Letras atuará em educação básica (ensinos fundamental e médio) de forma reflexiva para intervir na realidade por meio de práticas que ultrapassem os valores do “senso comum”.

Duas referências fundamentam a proposta filosófica do curso de Letras na Univille: o projeto da Universidade e a avaliação dos profissionais diante dos problemas que atualmente atingem os ensinos fundamental e médio. Assim a universidade procura dar respostas aos problemas de seu tempo, bem como busca alternativas e perspectivas para a conquista da qualidade de vida. Para tanto,

compreende o conhecimento como um processo contínuo de construção que reflete as próprias contradições da sociedade, exigindo uma abordagem crítica capaz de propor uma contínua melhoria dessa sociedade.

O PPI da Univille aborda a concepção de ser humano com duas facetas – uma individual e outra coletiva – e entende que a diversidade cultural o faz diferente. Assim, a sociedade é entendida como um conjunto de relações sociais que tem como bases estruturantes: diversidade/homem/educação. O curso de Letras, na sua proposta, ao integrar a noção de homem/sociedade, aprofunda as reflexões no seu objeto específico, que é o estudo da linguagem. Vale ressaltar que as novas DCN (2019), colocam no Inciso I, do Art. 8º, que “[...] o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta” é um dos fundamentos pedagógicos dos cursos de formação de professores.

Missão do curso: Formar profissionais que intervenham de forma ética e democrática no contexto sócio-educacional, aplicando os conhecimentos adquiridos.

3.7 Objetivos do curso

3.7.1 Objetivo geral do curso

Formar profissionais de educação na área de Letras que respondam à realidade social e intervenham nela de forma ética, estética e democrática.

3.7.2 Objetivos específicos do curso

- Propiciar uma formação teórica e prática voltada para o conhecimento das grandes transformações da sociedade, de modo que os profissionais sejam capazes de aplicar conhecimentos e habilidades adquiridos e conduzir investigações para as questões da linguagem, quer relacionadas à comunicação, quer relacionadas ao ensino;
- Proporcionar uma formação humanística, em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;

- Relacionar os conteúdos com a realidade circundante para interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação.
- Propor experiências e atividades no contexto escolar que possibilitem a formação para a docência visando a relação entre teoria e prática.

3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.8.1 Perfil profissional do egresso

Metas delineadas para o profissional licenciado na Univille:

- Desenvolver compreensão das abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes em sua área de conhecimento, incluindo as tecnologias da informação;
- Desempenhar a função de educador, fundamentado em uma formação humanística, em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;
- Interferir no contexto social, mediante a proposição e a implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, pelo envolvimento com a realidade que o cerca, considerando a multidimensionalidade do trabalho pedagógico;
- Planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão criando condições de inovação em sua área de atuação;
- Apresentar senso crítico perante a realidade sociocultural;
- Perceber-se como profissional da educação (identidade na docência).

Levando em consideração as diretrizes específicas do curso de Letras, o graduado deverá demonstrar domínio ativo e crítico da Língua Portuguesa e da Língua Inglesa e suas respectivas literaturas utilizando-se das teorias desse campo de conhecimento, bem como de sua aplicação ao ensino-aprendizagem, e na reflexão sobre a prática pedagógica e a necessária adequação do seu fazer pedagógico, considerando o aluno como centro de todo o processo. Do mesmo modo, deverá demonstrar capacidade de desempenhar o papel de multiplicador

ético e comprometido com a formação de leitores, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros (linguísticos), fomentando o desenvolvimento da cultura, da estética e das relações sociais pela linguagem. O perfil do graduado deverá incluir as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão, avaliação e produção de textos de gêneros variados;
- Leitura de enunciados em diferentes linguagens e capacidade de efetuar as respectivas traduções;
- Interpretação de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicitação dos processos ou argumentos utilizados para justificar sua análise;
- Descrição e justificativa das peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, com especial destaque para variações regionais e socioletais e para as especificidades da norma padrão;
- Domínio de repertório de termos especializados por meio dos quais se pode discutir e transmitir a fundamentação do conhecimento da língua e da literatura;
- Compreensão dos fatos da língua e condução de investigações de língua e linguagem, por intermédio da análise de diferentes teorias, bem como da sua aplicação a problemas de ensino e aprendizagem da língua portuguesa e da língua inglesa;
- Apreensão crítica de obras literárias, não somente por meio de uma interpretação derivada do contato direto com elas, mas, também, pela mediação de obras de crítica e de teorias literárias;
- Identificação da multiplicidade de discursos presentes no texto literário;
- Contextualização do texto literário;
- Domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa e língua inglesa;
- Domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições sob as quais a escrita se torna literatura;
- Capacidade de pesquisar e articular informações linguísticas, literárias, culturais e educacionais;
- Capacidade de atuar como professor, pesquisador e consultor, com as diferentes manifestações linguísticas possíveis, sendo usuário, enquanto profissional, da norma padrão;
- Compreensão do processo de aquisição e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira;

- Capacidade de desempenhar papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
- Atitude investigadora que favoreça processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias;
- Atitude investigadora que favoreça o processo de continuidade na área didático-pedagógica.

3.8.2 Campo de atuação profissional

O curso de Letras pressupõe um vínculo com o estudo da língua, das literaturas e, também, das manifestações artísticas e culturais. Uma de suas principais tarefas é a formação de professores de ensinos fundamental e médio, mas estende-se ao trabalho com a arte e a cultura.

No que se refere ao profissional de educação em Letras, o magistério é a atividade primeira que pode ser exercida tanto em instituições de educação como em empresas, ONGs e prestadoras de serviços, pois a educação é considerada um caminho para a melhoria das relações humanas na sociedade pós-moderna e como marco diferencial num mercado competitivo.

As opções de trabalho para os formados em Letras têm aumentado nos últimos anos. Dessa maneira, o curso de Letras visa à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e de suas culturas para que atuem como professores e pesquisadores, assim como críticos literários, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais etc.

Outras atividades ganham importância, como a área de editoração e revisão textual, que se apresentam como oportunidades para os formados em Letras.

3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal finalidade materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante

de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular, incluindo-se aqui a curricularização da extensão;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.
- o acesso a componentes curriculares institucionais voltados aos temas transversais e oportunidade de contato com estudantes de cursos diversos.

As intenções curriculares deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), construído coletivamente por professores e estudantes, estão em sintonia com o Projeto Pedagógico Institucional, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações legais. As DCN de 2019, preveem uma carga horária mínima de 3200 horas para os cursos de formação de professores, com a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Na matriz que segue, tal distribuição da carga horária foi observada, bem como a exigência de 10% de atividades de curricularização. Tais atividades foram compreendidas como atividades práticas, uma vez que se propõem a envolver o estudante em ações destinadas para o público-alvo da Educação Básica.

3.9.1 Matriz curricular

Quadro 3 – Matriz curricular do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa

Semestre	Disciplinas	Carga horária teórica (hora/aula)	Carga horária prática (hora/aula)	Total da Carga horária (hora/aula)	Total da Carga horária (horas)	Semipresencial (%=h/a)	Carga horária operacional (h/a)
1º	Leitura e Escrita e Tecnologias ²	72	-	72	60	50%=36h/a	36
	Eixo I - Ética e Competências Socioemocionais ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36
	Língua Inglesa I ³	72	-	72	60	-	72
	Língua Portuguesa I – Morfossintaxe ³	72	-	72	60	-	72
	Linguística Geral ³	72	-	72	60	-	72
	Introdução à Teoria Literária ³	72	-	72	60	-	72
	Total da Carga Horária	432	0	432	360	108	360
2º	Eixo IV - Pensamento científico na abordagem e problematização da (s) realidade (s) e na proposição e construção de soluções ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36
	Diversidade ²	36	-	36	30	50%=18h/a	18
	Educação Inclusiva ²	36	-	36	30	50%=18h/a	18
	Vivências de Extensão I	18	54	72	60		18
	Língua Inglesa II ³	72	-	72	60	-	72
	Língua Portuguesa II – Morfossintaxe ³	72	-	72	60	-	72
	Literatura Brasileira I ³	72	-	72	60	-	72
Total da Carga Horária	378	54	432	360	162	306	
3º	Psicologia da Educação ²	72	-	72	60	50%=36h/a	36
	Eixo III Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36

	Vivências de Extensão II	18	54	72	60		18
	Língua Inglesa III ³	72	-	72	60	-	72
	Língua Portuguesa III – Sintaxe ³	72	-	72	60	-	72
	Linguagem e Processos Cognitivos ⁴	36	-	36	30	-	36
	Linguística Aplicada à Língua Portuguesa	36	-	36	30	-	36
	Total da Carga Horária	378	54	432	360	162	306
4º	Didática ²	72	-	72	60	50%=36h/a	36
	FILOSOFIA ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36
	Vivências de Extensão III	18	54	72	60		18
	Língua Inglesa IV ³	72	-	72	60	-	72
	Língua Portuguesa IV – Sintaxe ³	72	-	72	60	-	72
	Literatura Brasileira II ³	72	-	72	60	-	72
	Total da Carga Horária	378	54	432	360	162	306
5º	História da Educação ²	72	-	72	60	50%=36h/a	36
	Eixo V - Inovação e Empreendedorismo De Base Tecnológica, De Negócios E Social ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36
	Vivências de Extensão IV	18	61	79	66		18
	Língua Inglesa V ³	72	-	72	60	-	72
	Estudos Semânticos e Pragmáticos ³	36	-	36	30	-	36
	Literatura Infantil Juvenil ^{3 4}	72	-	72	60	-	72
	Estudos do Cânone Literário ³	36	-	36	30	-	36
Total da Carga Horária	378	61	439	366	162	306	
6º	Libras e Códigos de Comunicação ²	72	-	72	60	50%=36h/a	36
	Eixo II - Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social ^{1 2}	72	-	72	60	100%=72h/a	36
	Língua Inglesa VI ³	72	-	72	60	-	72
	Letramentos ⁴	36	-	36	30	-	36

	Tradução e Versão ³	36	-	36	30	-	36
	Literaturas de Língua Portuguesa ³	72	-	72	60	-	72
	Análise de Discurso ³	72	-	72	60	-	72
	Total da Carga Horária	432	0	432	360	108	360
7º	Políticas Públicas ²	36	-	36	30	50%=18h/a	18
	Gestão Escolar ²	36	-	36	30	50%=18h/a	18
	Vivências de Extensão V	18	54	72	60		18
	Língua Inglesa VII ³	72	-	72	60	-	72
	Crítica Literária ³	72	-	72	60		72
	Linguística Aplicada à Língua Estrangeira	36	-	36	30	-	36
	Metodologia do Ensino de LP I	36	-	36	30	-	36
	Metodologia do Ensino de LI I	36	-	36	30	-	36
	Total da Carga Horária sem Estágio	342	54	396	330	90	306
	Estágio Curricular Supervisionado de LP I	18	102	120	100	-	36
	Estágio Curricular Supervisionado de LI I	18	102	120	100	-	36
	Total da Carga Horária com Estágio	378	258	636	530	90	378
8º	Estudos Culturais ²	36	-	36	30	50%=18h/a	18
	Vivências de Extensão VI	18	54	72	60		18
	Língua Inglesa VIII ³	72	-	72	60	-	72
	Literaturas de Língua Inglesa ³	72	-	72	60		72
	Fonética e Fonologia	72	-	72	60	-	72
	Metodologia do Ensino de LP II	36	24	60	50	-	36
	Metodologia do Ensino de LI II	36	24	60	50	-	36
	Total da Carga Horária sem Estágio	342	102	444	370	72	324
	Estágio Curricular Supervisionado de LP II	36	84	120	100	-	36
	Estágio Curricular Supervisionado de LI II	36	84	120	100	-	36
Total da Carga Horária	414	270	684	570	72	396	

9ª	Estágio Curricular Supervisionado de LP III	54	186	240	200	-	54
	Estágio Curricular Supervisionado de LI III	54	186	240	200	-	54
	Total da Carga Horária	108	372	480	400	0	108
	Total da carga horária das séries	3276	1123	4399	3666	1026	2826
	Total da carga horária do curso			4399	3666	1026	2826

Fonte: Coordenação de Letras

1. Disciplina a ser oferecida aos sábados.
2. Disciplinas que compõem o Núcleo Pedagógico Integrador (NPI).
3. Compartilhada com o Bacharelado em Letras.
4. Compartilhada com o Curso de Pedagogia.

3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico

A seguir a ementa e a referência básica e complementar de cada disciplina da matriz proposta.

1º SEMESTRE

Leitura escrita e tecnologias

Papel das tecnologias de informação e comunicação no ensino. Produção de textos com suporte de novas mídias.

Bibliografia básica:

BRETON, Phillipe. *A Argumentação na Comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro, 2 ed. Bauru: Edusc, 2003.

NÖTH, Winfried e SANTAELLA, Lúcia. *Imagem: Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

RANGEL, Mary. *Educação com Tecnologia: texto, hipertexto e leitura*. 1ª ed. Porto Alegre: Wak, 2012.

Bibliografia complementar:

MARCUSCHI, Luiz Antonio e XAVIER, Antonio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

FRAISSE, Emmanuel, POMPOUGNAC, Jean-Claude, POULAIN, Martine. *Representações e Imagens da Leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SILVA, Márcio Seligmann-Silva (org.). *Palavra e imagem: memórias e escrituras*. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WALTY, Ivete Lara Camargos, FONSECA, Mª Nazreth Soares e CURY, Maria 117 BARROS, Diana Pessoa de. A comunicação Humana. In. *Introdução à Linguística – I Objetos Teóricos*. (org.) José Luiz Fiorin. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, José, Luiz. Teoria dos Signos. In *Introdução à Linguística – I Objetos Teóricos*. (org.) José Luiz Fiorin. São Paulo: Contexto, 2002.

_____ A Linguagem em Uso. In *Introdução à Linguística – I Objetos Teóricos*. (org.) José Luiz Fiorin. São Paulo: Contexto, 2002.

TATIT, Luiz. Abordagem do texto. In *Introdução à Linguística – I Objetos Teóricos*. (org.) José Luiz Fiorin. São Paulo: Contexto, 2002.

Eixo I – Ética e Competências Socioemocionais

História, Epistemologia e conceito de ética. Ética, moral e valores. Ética, fatores/competências socioemocionais, aprendizagem e autonomia. Ética nas relações de trabalho. Escolhas e carreira profissional. Ética, política e sociedade contemporânea.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Língua Inglesa I

Desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos do cotidiano no tempo presente, passado e futuro simples. O estudo de Língua Inglesa considerando a abordagem discursivo-textual no processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

Paul.COE, Norman; HARRISON, Mark; PETERSON, Ken. *Oxford practice grammar: basic*. New York: Oxford University Press, 2015.

MURPHY, R. *Essential grammar in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

OXENDEN, Clive; SELIGSON, Paulo; LATHAM - KOENIG, Christina. *American English File – Student book and Workbook 1*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Bibliografia complementar:

Penguin Readers. Levels 1 and 2. Essex: Pearson.

Easy Readers. Stages 1 and 2. Oxford: Oxford University Press.

Longman Structural Readers - Stage 1/2, Longman, 2015.

Língua Portuguesa I - Morfossintaxe

Introdução aos estudos de morfossintaxe da Língua Portuguesa. Categorias linguísticas e função sintática. Descrição, análise e uso. A morfologia e o texto. Atividades de práticas vivenciadas a partir de estudos específicos da disciplina.

Bibliografia básica:

CARONE, F. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1999.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia complementar:

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

FREITAS, H.R. *Princípios de morfologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo. SP: Ática, 2002.

LAROCCA, M.N.C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontos, 1994.

PERINI, Mario A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2001.

SANDMANN, Antônio. *Morfologia geral*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA e SILVA, M. C. P e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez, 2015-2016

Linguística Geral

A Linguística enquanto ciência. Língua e linguagem. Funções da linguagem. Dupla articulação. Conceitos de gramática. Contribuições de Saussure. Abordagens linguísticas. A contribuição de Bakhtin.

Bibliografia básica:

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 26ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

Bibliografia complementar:

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2005.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987. *E-book*.

Periódicos *on-line* da área de Letras.

Introdução à Teoria da Literatura

Natureza do fenômeno literário. Teoria dos gêneros literários; Gêneros clássicos e sua diluição. Discussão e interpretação do texto literário como objeto estético em suas várias manifestações.

Bibliografia básica:

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006. <https://interartesufgd.files.wordpress.com/2016/05/eagleton-teoria-da-literatura.pdf>

ECO, Umberto. *Sobre a Literatura*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MOISES, Massaud. *A criação literária – Teoria e Prosa*. Ed. ver. e atual., São Paulo, Cultrix, 2012.

Bibliografia complementar:

ECO, Umberto. CARRIERE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro, Record, 2010.

MACHADO, Maria. *Texturas*. Nova Fronteira, 2002.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. Princípios – 166. 7.ed. São Paulo. Ática, 2007.

<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/soares-gecc82neros-literacc81rios.pdf>

2º SEMESTRE

Eixo IV - Pensamento científico na abordagem e problematização da (s) realidade (s) e na proposição e construção de soluções

Fundamentos da ciência. Tipos de conhecimento. Abordagens e instrumentos de pesquisa. Ética em Pesquisa. Linguagem e escrita científica. Normas para elaboração de trabalhos técnico-científicos . Base de dados. O projeto de pesquisa. Universidade como campo de ciência.

Bibliografia Básica:

- BELL. Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2018. SAGAH 9645
- KOLLER. Silvia H. et al. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014. SAGAH 1362
- LOZADA. Gisele. **Metodologia científica**. SAGAH 18806
- NUNES. Karina da Silva. **Metodologia científica**. SAGAH 18813
- UNIVILLE. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos**, 2019
- UNIVILLE. **Guia para elaboração de projetos**, 2006.

Bibliografia Complementar:

- AGUIAR. Fernanda Rocha de. **Pesquisa aplicada às relações públicas**. SAGAH 20915
- ASSUMPÇÃO. Camila. **Metodologia da pesquisa em serviço social**. SAGAH 20562
- RODRIGUES. Viviane Maria. **Processo de trabalho em serviço social**. SAGAH 18779
- SANTOS. Pricila Kohls dos. **Tecnologia de informação no ensino de ciências**. Porto Alegre: Sagah, 2018. SAGAH 14207

Diversidade

Marcos legais: DUDH, CF, LDB e ECA; Diversidade como princípio formativo:

sujeitos da diversidade, princípios e dimensões pedagógicas da diversidade; política pelo direito à diversidade; Diversidade no currículo. Desafios contemporâneos da escola em relação à vivência das diferenças.

Bibliografia básica:

FERRAZ, Carolina Valença, LEITE Glauber Salomão (coord.). *Direito à diversidade*. São Paulo: Atlas, 2015.

CENGAGE LEARNING. *Diversidade, currículo e projetos pedagógicos: a nova dinâmica da escola atual*. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2016.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. *Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação de Educação. *Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*. Disponível em: Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br>

[Torres, MARCO Antonio. *A diversidade sexual na educação e nos direitos de cidadania LGBT na escola*. – 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.](#)

Bibliografia complementar:

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

KRONBAUER, Selenir C. G.; STRÖHER, Marga Janete. *Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores*. São Paulo: Paulinas, 2009.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação de Educação. *Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense*. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>

TEIXEIRA, Cintia Maria. *Gênero e diversidade: formação de educadores/es*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Educação Inclusiva

Políticas públicas educacionais voltadas para a educação especial numa perspectiva inclusiva: Pressupostos filosóficos e pedagógicos. Deficiências, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades.

Bibliografia básica:

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de*

Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica*, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Bibliografia complementar:

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo>

GOES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANG, Adriana Lia Frizman de (Orgs.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO I

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa II

Desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos do cotidiano no tempo presente, passado e futuro simples. O estudo de Língua Inglesa considerando a abordagem discursivo-textual no processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

Paul.COE, Norman; HARRISON, Mark; PETERSON, Ken. *Oxford practice grammar: basic*. New York: Oxford University Press, 2015.

MURPHY, R. *Essential grammar in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

OXENDEN, Clive; SELIGSON, Paulo; LATHAM - KOENIG, Christina. *American English File – Student book and Workbook 1*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Bibliografia complementar:

Penguin Readers. Levels 1 and 2. Essex: Pearson.

Easy Readers. Stages 1 and 2. Oxford: Oxford University Press.

Longman Structural Readers - Stage 1/2, Longman, 2015.

Língua Portuguesa II - Morfossintaxe

A morfossintaxe da Língua Portuguesa. Estrutura e princípios de formação de novas palavras em língua portuguesa a partir das propostas da NGB e reflexão sobre as diferentes análises e suas implicações na caracterização do processo de sua constituição morfológica.

Bibliografia básica:

BASILIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. 3a. edição (2a reimpressão), São Paulo: Editora Contexto, 2014 (2004).

CARONE, Flávia B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

Bibliografia complementar:

CAMARA JR, J.M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

FREITAS, H.R. *Princípios de morfologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo. SP: Ática, 2002.

MACEDO, W. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

SÂNDALO, F. Morfologia. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2001.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: Princípios de Análise*. 4a. edição (2a reimpressão), São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PERINI, Mario A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2001.

SOUZA e SILVA, M. C. P e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez, 2015.

Literatura Brasileira I

A formação da identidade nacional através da Literatura Brasileira e sua inserção cultural investigando diferentes representações literárias por meio de análise e interpretação de textos fundantes.

Bibliografia básica:

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 52 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

_____. *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6º ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 2000.

Bibliografia complementar:

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CANDIDO, Antonio. e CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: Da Origem ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1997.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. 2ª ed., Ilheus, BA: Editus, 2000.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*. Edição eBooks Brasil. Fonte Digital: Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro: www.bn.br [http://www.bn.br/bib virtual/acervo]

3º SEMESTRE

Psicologia da Educação

Processo histórico das relações entre Psicologia e a Educação. Desenvolvimento e aprendizagem, suas relações com fatores socioculturais e suas implicações. Contribuições da psicologia da educação aos processos educativos. Singularidades no processo ensino-aprendizagem (tópicos especiais).

Bibliografia básica:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2009.

COLL, Cesar; PALÁCIOS, Jésus MARCHESI, Alvaro.(Orgs). *Desenvolvimento Psicológico e educação: Psicologia da Educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2007, v. 2.

MYERS, David G; DEWALL Nathan. *Psicologia* - 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

Bibliografia complementar:

CASTORINA, José A; BAQUERO, Ricardo J. *Dialética e psicologia do desenvolvimento: o pensamento de Piaget e Vygotsky*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COLL, César [et al.] *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva*. Porto Alegre : Artmed, 2007. (v. 1)

LURIA, Alexandre Romanovich; LEONTIEV, Alexis; VYGOTSKY, Lev. *Psicologia e Pedagogia - Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento*. São Paulo, Centauro, 2013.

MAHONEY, Abigail; ALMEIDA, Laurinda ramalho (orgs) *Henri Wallon: Psicologia e Educação*. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTROCK, John W. *Psicologia educacional*. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

INSTITUCIONAL III (Eixo III: SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL)

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO II

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa III

Compreensão e expressão oral e escrita de ações/experiências que expressam continuidade temporal, planos futuros, e relações de comparação. Leitura e escrita de textos inclusive em meios eletrônicos, considerando a ampliação do vocabulário de forma significativa. O processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa a partir de uma abordagem discursivo-textual.

Bibliografia básica:

LATHAN-KOENIG, C. OXEDEN, C.SELIGSON, P. *American English File 2*, student book and workbook, second edition, Oxford, Oxford University Press, 2013.

EASTWOOD, J. *Oxford Practice Grammar Basic*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MURPHY, R. *Grammar in Use: a self-study reference and practice for basic students*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia complementar:

MURPHY, R. *Essential grammar in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OXFORD, *Dicionário Port-Inglês/ Inglês-Port*. New York: Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, J. C. *Interchange 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Língua Portuguesa III- Sintaxe

Teoria Gerativa e sua relação com a gramática tradicional; Derivação dos sintagmas nominais; Derivação dos sintagmas verbais; Oração subordinada substantiva; Oração subordinada adjetiva.

Bibliografia básica:

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; QUAREZEMIN, Sandra. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Bibliografia complementar:

NEVES, M. H. de M. *Gramática na escola*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

OTHERO, G. & KENEDY, E. (Org.). *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. SP: Contexto, 2015.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 2003.

Linguagens e processos cognitivos

Concepções de aquisição de linguagem. Relação entre a aquisição da linguagem e as tecnologias digitais de informação e comunicação. Estudo de processos cognitivos envolvidos no desenvolvimento linguístico.

Bibliografia básica:

COLL, Cesar e MONEREO, Carlos. *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

QUADROS, Ronice Müller de e FINGER, Ingrid. (orgs.) 2.ed. *Teorias de Aquisição da linguagem*. Florianópolis: UFCS, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia complementar:

AIMARD, Paule. *O Surgimento da linguagem na criança*. Porto Alegre, ARTMED, 1998.

ARAUJO, Julio Cesar e RODRIGUES, Bernerdete Biasi (orgs.). *Interação na internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.

GROLLA, Eliaine e SILVA, Maria Cristina Figueiredo. *Para conhecer a aquisição da linguagem*. SP: Contexto, 2014.

Linguística Aplicada à Língua Portuguesa

O ensino da língua materna. A noção de gêneros discursivos. Os atos de ler e escrever e suas implicações. Produção e aplicação de sequências didáticas.

Bibliografia básica:

BAGNO (Org.) Marcos. *Linguística da norma*. 2a. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2007.

SCHNEUWLY, Bernard. & DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

Bibliografia complementar:

BUNZEN, Clecio. & MENDONÇA, Márcia (Org.s). *Português no Ensino Médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Periódicos *on-line* da área de Letras e de Educação.

SIGNORINI, Inês. & FIAD, Raquel Salek (Org.). *Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

4º SEMESTRE

Didática

Didática: aspectos conceituais e seus pressupostos. Documentos Oficiais: BNCC: conhecimento, competências e habilidades; Currículo Catarinense: princípios básicos e percursos formativos. Planejamento e seus elementos fundamentais. Avaliação: instrumentos e critérios. A didática e as novas tecnologias. Ensinar e aprender: abordagens contemporâneas.

Bibliografia básica:

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Ministério de Educação e Cultura – MEC, Brasília, 2019.

COSCARELLI, C.V. *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. São Paulo: Autêntica, 2003.

CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE, Florianópolis, SC, 2019.

GOODSON, Ivor. *O currículo em Mudança*. Estudos na construção Social do Currículo. Porto: Porto, 2001.

Bibliografia complementar:

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SACRISTÁN, Gimeno J. *Educar por competências: o que há de novo?* Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Filosofia – não foram encaminhadas as informações.

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO III

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância

da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa IV

Compreensão e expressão oral e escrita de ações/experiências que expressam continuidade temporal, planos futuros, e relações de comparação. Leitura e escrita de textos inclusive em meios eletrônicos, considerando a ampliação do vocabulário de forma significativa. O processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa a partir de uma abordagem discursivo-textual.

Bibliografia básica:

LATHAN-KOENIG, C. OXEDEN, C. SELIGSON, P. *American English File 2*, student book and workbook, second edition. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EASTWOOD, J. *Oxford Practice Grammar Basic*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

MURPHY, R. *Grammar in Use: a self-study reference and practice for basic students*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia complementar:

MURPHY, R. *Essential grammar in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OXFORD, *Dicionário Port-Inglês/ Inglês-Port*. New York, Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, J. C. *Interchange 2*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Língua portuguesa – Sintaxe II

Orações subordinadas adverbiais; teoria temática; teoria do caso; mova alfa; sintaxe na educação básica.

Bibliografia básica:

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; QUAREZEMIN, S. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Bibliografia complementar:

NEVES, M. H. de M. *Gramática na escola*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

OTHERO, G. & KENEDY, E. (Org.). *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. SP: Contexto, 2015.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 2003.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Literatura Brasileira II

Leitura e análise crítica do movimento da Literatura Brasileira do modernismo ao pós-modernismo.

Bibliografia básica:

FÉLIX, Louva Otero et al. *Mitos e heróis: construções do imaginário*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bibliografia complementar:

BOAVENTURA, Maria Eugênia. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Ática, 1995.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2002.

MONTEIRO FIGUEIREDO, Carlos Augusto de. *O mapa e a trama: Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2002.

5º SEMESTRE

História da Educação

Educação como prática e representação históricas; história da educação e ofício de professor; ideias, instituições, sujeitos e práticas educacionais em perspectiva global: mundos antigo, medieval, moderno e contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011.

MANACORDA, Mario Alighero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia complementar:

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. [Pensadores sociais e história da educação](#). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo (org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (orgs.). [História da educação: ensino e pesquisa](#). Belo Horizonte: Autência, 2006 (História da Educação).

RIBEIRO, Max Elisandro dos Santos (et. al.). [História da educação](#). Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. [História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais](#). São Paulo: Salta, 2015.

As referências cujos títulos estão com hiperlink estão disponíveis na biblioteca virtual "Minha Biblioteca".

INSTITUCIONAL: Eixo V – Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica, de Negócios e Social

Inovação e empreendedorismo. Empreendedorismo de base tecnológica e social. Ecosistema de inovação e negócios disruptivos. Tecnologia aplicada a negócios inovadores e tendências. Sistemas de Inovação: políticas, instituições e financiamentos. Inteligência competitiva.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO IV

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa V

O processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa a partir de uma abordagem discursivo-textual. Compreensão e expressão oral e escrita de ações e experiências que expressam situações no condicional e na forma indireta. Leitura e interpretação de textos autênticos. Produção textual e práticas orais.

Bibliografia básica:

EASTWOOD, J. *Oxford Practice Grammar Intermediate*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

LATHAN-KOENIG, C. OXEDEN, C. *American English File 3, student book and workbook*. Second edition, Oxford, Oxford University Press, 2013.

MURPHY, R. *Grammar in Use, a self-study reference and practice for intermediate students*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia complementar:

OXFORD. *Dicionário Port-Inglês/ Inglês-Port*. New York, Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, J. C. *Interchange 3*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

YULE, G. *Oxford Practice Grammar Advanced*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Oxford Bookworms – níveis 3 e 4, OUP, 2007. eBooks de estória (Macmillan Education – níveis 3 e 4, 2015)

Estudos Semânticos e Pragmáticos

Noções básicas de semântica: sentido e referência; a natureza do significado, a noção de verdade e sua relação com o significado; a noção de modelo de mundos possíveis. A significação das palavras: sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade, contradição, pressuposição. Princípios de análise.

Bibliografia básica:

FIORIN, J. L. *A linguagem em uso. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Pragmática. Em: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Linguística: princípios de análise*. Vol. II. São Paulo: Contexto, 2003.

ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia complementar:

COSTA, J. C. da. Texto e contextos (na interface semântica/pragmática). *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, n. 23, p. 85-96, abr. 2004.

ILARI, R. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

Literatura Infantil-juvenil

Panorama histórico, teoria, análise e didática da Literária Infantil Juvenil. Literatura, intertextualidade e hibridismo nas obras para crianças e jovens. Leituras em contraponto: interfaces com novas mídias. Literatura Infantil Juvenil pós Lobato.

Bibliografia Básica:

CAGNETI, Sueli de Souza. *Leituras em contraponto – novos jeitos de ler*. São Paulo: Paulinas, 2013.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: Teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa. *Literatura ontem, hoje, amanhã*. São Paulo: UNESP, 2018.

Bibliografia complementar:

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos contos de fadas*. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama Histórico da Literatura Infantil Juvenil*. São Paulo: Ática, 1991.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2014.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. *A Literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Estudos do Cânone Literário

Leitura e discussão de obras canônicas da literatura brasileira. Leitura comparativa de diversos discursos narrativos e poéticos contemporâneos.

Bibliografia básica:

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura, política, identidades: ensaios*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial*. Brasília/DF: Ed. UnB, 1997.

Bibliografia complementar:

BAUMAN, Zygmunt. *A arte da Vida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FÉLIX, Louva Otero *et alli*. *Mitos e heróis: construções do imaginário*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Linguagens Líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

6º SEMESTRE

Libras e Código de Comunicação

Língua, sociedade e cidadania. Processo de comunicação e recursos mediadores para o ensino. Língua brasileira de sinais. Sistema Braille, Sorobã e Tecnologia Assistiva.

Bibliografia básica:

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KARNOPP, Lodenir Becker. *Práticas de leitura e escrita entre surdos*. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro;

MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org). *Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012. P.153-171.

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosangela. *Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência física*. São Paulo, Moderna, 2010.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. *Grafia Braille para a língua portuguesa*. Brasília: SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>

SASSAKI, Romeu. *Por que o termo "Tecnologia Assitiva"?* 1996. Disponível em: <http://www.cedionline.com.br/ta.html>.

INSTITUCIONAL VI (Eixo 2: CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL)

Língua Inglesa VI

O processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa a partir de uma abordagem discursivo-textual. Compreensão e expressão oral e escrita de ações e experiências que expressam situações no condicional e na forma indireta. Leitura e interpretação de textos autênticos. Produção textual e práticas orais.

Bibliografia básica:

LATHAN-KOENIG, C. OXEDEN, C. *American English File 3*, student book and workbook, second edition. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EASTWOOD, J. *Oxford Practice Grammar Intermediate*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MURPHY, R. *Grammar in Use*, a self-study reference and practice for intermediate students. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia complementar:

OXFORD, *Dicionário Port-Inglês/ Inglês-Port*. New York: Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, J. C. *Interchange 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

YULE, G. *Oxford Practice Grammar Advanced*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Oxford Bookworms – níveis 3 e 4, OUP, 2007. eBooks de estória (Macmillan Education – níveis 3 e 4, 2015).

Letramentos

Cultura escrita e letramento. Letramento, alfabetização, escolarização, cidadania. Eventos e práticas de letramento. Modelos de letramento. Mito do letramento. Novos letramentos. Professores como agentes de letramento.

Bibliografia básica:

Glossário CEALE: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da., ROHLING, Nívea. & RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos de letramento: glossário para leitores iniciantes*. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Bibliografia complementar:

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento*: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *A formação do professor*: perspectivas da Linguística Aplicada. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

MARINHO, Marildes. & CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.s). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo; UNESP, 2004.

RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.) *Letramento no Brasil*: reflexões a partir do INAF. São Paulo: Global, 2010

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

ROJO, Roxane. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais*: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Tradução e Versão

Introdução aos estudos da tradução. Tradução e versão de textos de inglês e português; leitura e produção escrita de gêneros textuais.

Bibliografia básica:

ARROYO, R. *Oficina de tradução*: a teoria na prática. SP: Ática, 2000.

LAGES, S. K. *Walter Benjamin*: tradução e melancolia. SP: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio. *Traduzir com autonomia*: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia Complementar:

KANE S., Thomas. *The oxford essential guide to writing*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MEURER, J. L. & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais*. São Paulo: EDUSC, 2002.

PINCAS, Anita. *Teaching English writing*. Book. London: Macmillan, 1992.

PAES, J.P. *Tradução a ponte necessária*. SP: Ática, 1990.

Literaturas de Língua Portuguesa

Periodização histórica da Literatura Portuguesa. Cânones da literatura portuguesa. Estudos das principais características e vertentes. Autores contemporâneos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Bibliografia básica:

CEREJA, William Roberto; MAGALHAES, Thereza Amalia Cochar. *Literatura Portuguesa - em diálogo com outras literaturas de língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 2009.

NICOLA, José de. *Painel da Literatura em Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2011.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2008.

Bibliografia complementar:

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa - Volume I Idade Média*. 3º ed. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/estudos-literarios-critica-literaria/1188-1188/file.html>.

_____. *História da Literatura Portuguesa - Volume II Renascença*. 3º ed. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/estudos-literarios-critica-literaria/1189-1189/file.html>.

_____. *História da Literatura Portuguesa - Volume III os Seiscentistas*. 3º ed. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/estudos-literarios-critica-literaria/1190-1190/file.html>

BUENO, Aparecida de Fátima Bueno et alii (Org.). *Literatura portuguesa: história, memória e perspectivas*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2007.

CAMPARATO JUNIOR, João Adalberto. *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa*. Curitiba: CRV, 2016.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

_____. *Antologia Poética de Fernando Pessoa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

SARAMAGO, José. *Que farei com este livro?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense: 1998.

_____. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

_____. *Memorial do convento: romance*. 22 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17a ed. Porto: Porto, 1996.

_____. *Iniciação à Literatura Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/estudos-literarios-critica-literaria/39-39/file.html>.

Análise do discurso

Conceitos das principais perspectivas da Análise de Discurso e categorias descritivo-analítico-interpretativas em estudos discursivos da vertente francesa. Princípios teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso. Descrição, análise e interpretação dos modos de produção de sentido: prática de análise. Análise do discurso na educação básica. Prática pedagógica.

Bibliografia básica:

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

Bibliografia complementar:

ATHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estad. 2. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.s) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos Sentidos*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 2.ed. Campinas-SP: Pontes, 1997.

7º SEMESTRE

Políticas Públicas

Educação básica: Legislação, Normas, Etapas e Modalidades; e as transformações da sociedade contemporânea; Estado e políticas de financiamento em educação.

Bibliografia básica:

BALL, Sthephen; MAINARDES, Jefferson. *Políticas educacionais, questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação escolar, políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. *Políticas públicas no Estado constitucional*. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

APPEL, Michel; BEAN, James. *Escolas democráticas*. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A educação como política pública*. Campinas / SP: Autores Associados, 2004.

LEAL, Ana Christina Darwich Borges[et al.]. *Direito, políticas públicas e desenvolvimento* - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO; Belém, PA: CESUPA, 2013.

Gestão Escolar

Fundamentos conceituais e legal, os princípios da organização e da gestão escolar. Dimensões da organização: Planejamento e organização do trabalho escolar. Acompanhamento/Monitoramento de processos e avaliação institucional. Gestão de resultados educacionais. Indicadores educacionais. Dimensões da implementação: gestão democrática e participativa. Gestão da cultura e do cotidiano escolar: pessoas, administrativa, pedagógica, contexto e comunidade. Atribuições e competências profissionais do pessoal da escola.

Bibliografia básica:

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf

MONTEIRO, Eduardo. *Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social*. Eduardo Monteiro, Artur Motta; organização Andrea Ramal. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2013. [recurso eletrônico]

SANT`ANNA, Geraldo José. *Planejamento, gestão e legislação escolar*. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia complementar:

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa, et al. *Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas*. Curitiba: CRV, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br>

LEI COMPLEMENTAR Nº 170. Disponível em:

www.google.com.br/search?q=lei+complementar+170%2F98+sc&oq=lei+complementar+170+de+sc&ags=chrome.2.69i57j0l3.14460j1j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. São PAULO: Heccus, 2013.

SILVA, Janaina Almeida da Costa. *Qualidade na educação* [recurso eletrônico] – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO V

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa VII

Produção de textos de opinião, orais e escritos, que contemplem o tempo passado perfeito e a voz passiva. Leitura e interpretação de textos autênticos. Relação do aprendizado de Língua Inglesa com o processo de ensino.

Bibliografia básica:

GEORGE, Yule. *Oxford Practice Grammar Advanced*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MURPHY, R. *English Grammar in use: a self- study reference and practice book for intermediate students*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Oxeden, C.; LATHAM - KOENIG, C. *American English File 4 Student Book and Workbook*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Bibliografia complementar:

COLLINS, W. & SON. *Dicionário Português - Inglês*. São Paulo: Siciliano, 1998.

Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics. Essex: Longman, 1992.

RIGGENBACH, Heidi; SAMUDA, Virginia. *Grammar Dimensions Two – 2º ed*. Boston: Heinle & Heinle, 1993.

Crítica Literária

História da Literatura/ Crítica Literária: aproximações e contrapontos O lugar da crítica e as correntes críticas do século XX e XXI. Análises críticas aplicando as metodologias de pesquisa em literatura.

Bibliografia básica:

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

PROPP, Wladimir. *A morfologia do conto maravilhoso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Bibliografia complementar:

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3 ed. Tradução Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Difel., 2007.

BAKHTIN, M. e VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

J AUS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1994.

LAROSSA, Jorge B. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. Revista Brasileira de Educação. Jan/fev/Mar/abr 2002, n.19.

Linguística Aplicada à Língua Estrangeira

Concepções de língua e de aprendizagem para o processo de aquisição de língua estrangeira e identidade cultural. Inglês como língua franca. Bilinguismo. Principais abordagens e métodos do ensino de língua estrangeira.

Bibliografia básica:

BROWN, H. Douglas. *Principles of language learning and teaching*. 4th. ed. United States: Pearson Longman, 2015.

LARSEN-FREEMAN, Diane. *Techniques and principles in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RICHARDS, J.C. & RODGERS, T. S. *Approaches and methods in language teaching*. 3rd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Linguística aplicada: ensino de língua e comunicação*. SP: Pontes, 2005.

ELLIS, Rod. *Understanding second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

LIGHTBOWN, P & SPADA, N. *How languages are learned*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca edited by Jennifer Jenkins, Will Baker, Martin Dewey. London/ New York: Routledge, 2017.

MCKAY, Sandra. *Teaching English as an International Language: An Introduction to the Role of English as an International Language and Its Implications for Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I

Políticas oficiais; concepções de linguagem e de ensino de língua e literatura; métodos e estratégias para o desenvolvimento das habilidades no uso da língua; competências e habilidades necessárias ao professor.

Bibliografia básica:

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GERALDI, João W. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 1996.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.

VEIGA, I.P.A. (org.). *Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo*. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. – São Paulo. Editorial, 2007.

BAGNO. M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. – São Paulo: Parábola Editora, 2007.

LEITE, S.A.S. (org.). *Afetividade: as marcas do professor inesquecível*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018.

LIBÂNEO, J. C.; SUANO, M. V. R.; LIMONTA, S.V. (orgs). *Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança: diferentes olhares para a didática*. Goiânia: CEPED/Editora PUC Goiás, 2011.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas-SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991

Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I

Diretrizes oficiais. Análise do ensino de Línguas Inglesa na realidade educacional brasileira. Desenvolvimento das habilidades de uso da Língua Inglesa e gêneros textuais.

Bibliografia básica:

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. USA: Prentice Halls Regents, 2007.

ELLIS, Rod. *Understanding second language acquisition*. 2nd. ed. UK: Oxford University Press, 2015.

HAMER, Jeremy. *The Practice of English Language teaching*. 6th. ed. England: Pearson, 2010.

Bibliografia complementar:

BAMFORD, J. and DAY, R. R. *Extensive reading activities for teaching language*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2004.

BROWN, H. Douglas. *Principles of language learning and teaching*. USA: Prentice Halls Regents, 1987.

LITTLEWOOD, W. *Foreign and second language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

NUNAN, David. *Designing tasks for communicative classroom*. UK: Cambridge University Press, 2004.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias. São Paulo: Parábola, 2014.

RICHARDS, J. C. and RODGERS, T. S. *Approaches and methods in language teaching*. England: Cambridge University Press, 1991.

Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa I

Estudos sobre a dimensão social da docência. Papel do professor de Língua Portuguesa na sociedade brasileira. Ambientação no espaço escolar. Inserção nas atividades da escola Observação de prática pedagógica. Reflexão e análise das atividades de inserção.

Bibliografia básica:

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, M. A.; BIANCHI, R. *Orientação para estágio em licenciatura*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos et all. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARIN, Alda Junqueira. *Didática e o trabalho docente*. 2. ed. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005.

Bibliografia Complementar:

GUARNIERI, Maria Regina. (org.) *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. Campinas: Autores Associados, 2000.

GUEDES, Paulo Coimbra. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LIMA, Licínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

Estágio Curricular Supervisionado de Língua Inglesa I

Estudos sobre a dimensão social da docência. Papel do professor de Língua Inglesa na sociedade brasileira. Ambientação no espaço escolar. Inserção nas atividades da escola. Observação de prática pedagógica de diferentes componentes curriculares. Reflexão e análise das atividades de inserção.

Bibliografia básica:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos et all. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

NÓVOA, António. *Imagens do futuro presente*. Lisboa: EDUCA, 2009.

LIMA, Licínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIN, Alda Junqueira. *Didática e o trabalho docente*. 2. ed. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZABALA, A. *A Prática educativa: Como Ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

8º SEMESTRE

Estudos Culturais

Conceito de cultura. Estudos culturais: perspectivas teórico-metodológicas. Interfaces entre os estudos culturais e os estudos *queer*, pós-coloniais e decoloniais. Identidade e diferença cultural. Tradução e hibridismo intercultural. Políticas de reconhecimento na contemporaneidade. Estereotipagem como prática de construção de significados. Práticas de consumo cultural: estratégias e táticas.

Bibliografia básica:

COSTA-Bernardino, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica 2018.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

Bibliografia complementar:

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron C. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: EDUSP, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO VI

Extensão e práticas comunitárias como metodologia de ensino. Contato com a comunidade. Construção de conhecimento associado às vivências comunitárias. Intervenção de ações na/para a comunidade. Processos de relação com a comunidade. A Universidade e os princípios da extensão universitária. A relevância da extensão universitária para a sociedade. A extensão universitária na Univille (histórico, projetos, programas, prestação de serviços, números e indicadores).

Bibliografia básica:

Inserção Curricular da Extensão: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 208p. : il. ; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2020. 204p. e-ISBN: 978-65-87719-07-8

Língua Inglesa VIII

Produção de textos de opinião, orais e escritos, que contemplem o tempo passado perfeito e a voz passiva. Leitura e interpretação de textos autênticos. Relação do aprendizado de Língua Inglesa com o processo de ensino.

Bibliografia básica:

GEORGE, Yule. *Oxford Practice Grammar Advanced*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MURPHY, R. *English Grammar in use: a self- study reference and practice book for intermediate students*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Oxeden, C.; LATHAM - KOENIG, C. *American English File 4 Student Book and Workbook*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Bibliografia complementar:

COLLINS, W. e SON. *Dicionário Português - Inglês*. São Paulo: Siciliano, 1998.

Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics. Essex: Longman, 1992.

RIGGENBACH, Heidi; SAMUDA, Virginia. *Grammar Dimensions Two – 2º ed*. Boston: Heinle & Heinle, 1993.

Literaturas de Língua Inglesa

Leitura e discussão de obras canônicas dos principais autores das literaturas da língua inglesa nos gêneros poesia, contos e romance.

Bibliografia básica:

GOWER, Roger. *Past into present: an anthology of British and American literature*. Essex: Longman, 1990.

GREENBLATT, S. *The Norton Anthology of English Literature*. NY: W. W. Norton & Company; 10th Ed, 2018.

JOHNSON, David (Ed.). *A Historical companion to postcolonial thought in English*. New York: Columbia University Press, 2005.

Bibliografia complementar:

ABRAMS, M. H. *A glossary of literary terms*. 7a ed. Fort Worth: Harcourt Brace, 1999.

BLADBURY, Malcon. *O romance Americano moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

CAMARGO, Marisis Aranha. *Basic Guide to American Literature*. São Paulo: Pioneira, 1986.

LAZARUS, N. *The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies* (Cambridge Companions to Literature) Cambridge University Press, 2004.

Fonética e Fonologia

Fonética e introdução à Fonologia da Língua Portuguesa. Descrição, análise e uso. Ortoépia e prosódia. Aplicação da fonética e fonologia no estudo de línguas.

Bibliografia básica:

CRYSTAL, D. Dicionário de linguística e fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HENRIQUES, C. C. *Fonética, fonologia e ortografia: estudos fono-ortográficos do português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 1999.

Bibliografia complementar:

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 2003.

_____. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática*. Campinas: Editora do Autor, 2002.

Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II

Políticas oficiais; métodos e estratégias para o desenvolvimento das habilidades no uso da língua; planejamento de ensino e planos de aula; sistemática de avaliação.

Bibliografia básica:

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GERALDI, João W. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 1996.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.

VEIGA, I.P.A. (org.). *Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo*. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. – São Paulo: Editorial, 2007.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. – São Paulo: Parábola Editora, 2007.

IMBERNÓN, F. *Inovar o ensino e a aprendizagem na universidade*. Trad. Silvana Cabucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012. (Col. Questões de nossa época, v. 40).

LEITE, S.A.S. (org.). *Afetividade: as marcas do professor inesquecível*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, L, da M. *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas-SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2004.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991

Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II

Planejamento de ensino e planos de aula. Avaliação da aprendizagem. Recursos tecnológicos e sua aplicabilidade. Metodologia para o ensino de inglês para crianças

Bibliografia básica:

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. USA: Prentice Halls Regents, 2007.

ROCHA, C. H.; BASSO, E. A. *Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores*. 1ª ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2008.

SARDINHA, Tony Berber. *Tecnologias e mídias no ensino de inglês*. SP: MacMillan, 2012.

Bibliografia complementar:

BROWN, H. Douglas. *Principles of language learning and teaching*. USA: Prentice Halls Regents, 1987.

COLL, Cesar. e MONEREO, Carlos. *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RICHARDS, J. C. and RODGERS, T. S. *Approaches and methods in language teaching*. England: Cambridge University Press, 1991.

SLATTERY, M. and WILLIS, J. *English for primary teachers*. UK: Oxford University Press, 2003.

Estágio Curricular Supervisionado II - Língua Portuguesa

Inserção do acadêmico no espaço educacional. Atividades práticas ligadas ao ensino de Língua Portuguesa: observação de aulas. Reflexão e análise das atividades de inserção. Projeto de regência.

Bibliografia:

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, M. A.; BIANCHI, R. *Orientação para estágio em licenciatura*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

MARIN, Alda Junqueira. *Didática e o trabalho docente*. 2. ed. São Paulo: Junqueira & Marin, 2005.

VEIGA, I. P. A.; LOPES, A.O. *Lições de didática*. Campinas: Papyrus, 2005.

Bibliografia complementar:

BUNZEN, Clézio, MENDONÇA, Márcia (Orgs). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GUARNIERI, Maria Regina. (org.) *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. Campinas: Autores Associados, 2000.

GUEDES, Paulo Coimbra. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KLEIMAN, Angela B. *A formação do professor: perspectiva da linguística aplicada*. Campinas- SP: Mercado das Letras, 2001. (Coleção ideias sobre linguagem).

Estágio Curricular Supervisionado II - Língua Inglesa

Inserção do acadêmico no espaço educacional. Atividades práticas ligadas ao ensino de Língua Inglesa: observação de aulas. Reflexão e análise das atividades de inserção. Projeto de regência.

Bibliografia básica:

RICHARDS, J.C. and LOCKART, A. *Reflective teaching in the second language classroom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WILLIAMNS, Marion; BURDEN, Robert L. *Psychology for language teachers: a social constructivist approach*. UK: Cambridge university Press, 1997.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: Como Ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar:

NÓVOA, António. *Imagens do futuro presente*. Lisboa: EDUCA, 2009.

WAJNRYB, R. *Classroom observation tasks*. UK: Cambridge University Press, 2000.

LARSEN-FREEMAN, D. *Techniques and principles in language teaching*. UK/Oxford: Oxford University Press, 2000.

NUNAN, David. *Research methods in language learning*. UK: Cambridge University Press, 2004.

9o SEMESTRE

<p>Estágio Curricular Supervisionado III - Língua Portuguesa</p> <p>Articulação das técnicas de aprendizagem em sala de aula para o ensino de língua com as concepções de linguagem, compreendendo o que vem a ser a prática docente e os elementos do processo ensino-aprendizagem.</p>

Bibliografia básica:

BATISTA, Antônio Augusto. *Aula de português*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Solé, Isabel. *Estratégias de Leitura*. trad. Claudia Schililing. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 15ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia complementar:

BERNARDO, Gustavo. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PERRENOUD, Philippe. SCHILLING, Cláudia. *Prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCARPATO, Marta. *Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer*. São Paulo: Avercamp, 2008.

TARDIFF, Maurice. *Saberes docentes & formação profissional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALENTE, André (org). *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZABALA, Martin Andonegui. Teorias pedagógicas anarquistas. *Educativa*. Goiânia, v. 7, n. 1, p. 123-146, jun. 2004.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: Como Ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZÓBOLI, Graziela. *Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente*. São Paulo: Ática, 2007.

Estágio Curricular Supervisionado III - Língua Inglesa

Articulação entre procedimentos pedagógicos de ensino de língua e as concepções de linguagem e de aprendizagem, compreendendo o que vem a ser a prática docente e os elementos do processo ensino-aprendizagem. Reflexão e análise da prática pedagógica por meio da experiência de sala de aula. Socialização das atividades de estágio.

Bibliografia básica:

ABRAHÃO, Maria Helena (Org.). *Práticas de ensino de língua estrangeira: experiências e reflexões*. São Paulo: Pontes, 2004.

BROWN, Douglas. *Principles of language and teaching*. 3rd. ed. USA: Pearson, 2007.

LENDEL, Aluizio; SOUZA, Fábio Marques de (org.). *Ensino de línguas na contemporaneidade: multimodalidade e tecnologias digitais*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019.

Bibliografia complementar:

HEDGE, T. *Teaching and learning in the language classroom*. UK: Oxford University Press, 2001.

LARSEN-FREEMAN, D. *Techniques and principles in language teaching*. UK/Oxford: Oxford University Press, 2000.

NUNAN, David. *Research methods in language learning*. UK: Cambridge University Press, 2004.

3.9.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em disciplinas previstas na matriz curricular e atividades obrigatórias previstas neste PPC, conforme se detalha na sequência.

a) Trabalho de conclusão do estágio

Por se tratar de um curso de licenciatura, o trabalho de conclusão recebe o nome de Trabalho de Conclusão de Estágio (doravante TCE), documento que reúne todas as informações do estágio realizado pelo acadêmico. Considerando que o estágio se desenvolve em dois períodos letivos distintos, ao final de cada período é solicitado um trabalho que apresente uma análise reflexiva, fundamentada teoricamente, sobre suas vivências e experiências no campo de estágio e na sala de aula.

A elaboração do TCE é de responsabilidade de cada estagiário, no qual constam suas reflexões feitas com base em suas atividades individuais e discutidas em seminários. Deve apresentar a descrição do campo de estágio, o relato e a análise das observações das aulas assistidas e das atividades de participação. Também deve ser apresentado o projeto de regência que é aplicado no ECS II. No final de cada etapa do ECS (I e II), o estudante deve apresentar em seminário seu projeto de ensino e os resultados de sua aplicação, além de documentar toda a sua experiência no Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE). Nessas apresentações o estagiário deve evidenciar suas reflexões sobre a sua própria prática pedagógica, com base no referencial teórico do seu projeto.

b) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizado

na comunidade em geral ou junto de pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino – Univille.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

São objetivos do ECS:

- a. possibilitar ao aluno o contato com o ambiente de trabalho, por meio da prática de atividades técnicas e sociais, pré-profissionalizantes, sob supervisão adequada e obedecendo a normas específicas, sendo a sua realização condição obrigatória para a integralização curricular do curso;
- b. proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas atitudes, conhecimentos e habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- c. complementar o processo de ensino-aprendizagem por meio da conscientização das deficiências individuais e do incentivo à busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- d. atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para a vida profissional, abrindo ao estudante mais oportunidades de conhecimento das organizações e da comunidade;
- e. facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas a que estão sujeitos;
- f. promover a integração entre Universidade/curso-empresa-comunidade.

O ECS compreende:

- a. opção por um campo de estágio pelo estudante;
- b. participação do estudante nas atividades desenvolvidas no campo de estágio;
- c. elaboração pelo estudante de um projeto de estágio a ser desenvolvido no campo de estágio;

- d. execução do estágio pelo estudante;
- e. acompanhamento do estágio pelo Escritório de Empregabilidade e Estágio da Univille;
- f. elaboração do Relatório de Estágio pelo estudante.

O ECS compreende um ciclo da carreira acadêmica que promove a unificação de atividades práticas e teóricas, de modo que se estudam na academia os conteúdos necessários para o embasamento do fazer pedagógico do futuro profissional da educação e, ao mesmo tempo, realizam-se atividades práticas de simulação da realidade escolar na própria instituição escola. Essa estada é iniciada somente após os primeiros anos da graduação, porque é a partir desse período que o acadêmico já adquiriu bagagem linguística e cultural acerca dos processos de ensino e aprendizagem, possibilitando que ele reflita sobre o seu campo de atuação de maneira mais crítica e sensível, num total de 400 horas. Dessa forma, este período é concebido como uma oportunidade de se construir um novo entendimento acerca do que é ser professor na atual conjuntura e, mais ainda, do que é ensinar.

Esse momento introdutório no mundo da educação, cujo objetivo principal é refletir sobre a relação entre teoria e prática, só pode ser compreendido quando se torna possível observar a realidade que será encontrada posteriormente nas salas de aula, ou seja, inserir o docente em formação dentro do contexto escolar. Ao colocar o estagiário em contato com as exigências da profissão, torna-se possível posicioná-lo em um futuro bem próximo, fazendo com que o acadêmico compreenda que o seu maior compromisso, tratando-se do ensino, não é apenas transmitir conteúdos curriculares, mas unir o mundo da aprendizagem ao meio em que os diferentes estudantes estão inseridos.

Evidencia-se que o estágio é um momento de muitas descobertas, principalmente porque possibilita que o acadêmico saia da sua condição de estudante e passe a se enxergar como um profissional da educação. Além disso, recebe o status de supervisionado porque a sua idealização se dá no espaço da universidade, com a orientação de docentes atuantes na área da educação, os quais têm vivências e experiências a serem compartilhadas com os licenciandos. Sobretudo porque visa a preparação do acadêmico para a vida cidadã e do mundo do trabalho, sendo as suas metas primordiais: a ampliação dos conhecimentos; o

desenvolvimento de competências; a construção de atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional com o ambiente escolar.

O ECS é um requisito obrigatório para os cursos de formação de professores, que se constitui de atividades que o estudante deverá desenvolver na escola, seu principal local de trabalho, oportunizando sua participação em situações reais da profissão docente. Objetiva equacionar as dificuldades de relacionar teoria e prática, inserir o profissional-aprendiz na realidade escolar, proporcionando a vivência da profissão professor. Contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso a fim de que se identifique como profissional da educação, com base em uma formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, com o meio ambiente e com o ensino e aprendizagem sejam parâmetros do seu trabalho.

Assim, o ECS é realizado sob responsabilidade e coordenação da Instituição, sendo que as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso. As 400 horas (para cada língua) estarão distribuídas em 100 horas no 7º Semestre, 100 horas no 8º Semestre e 200 horas no 9º Semestre), conforme se evidencia no Projeto Pedagógico e no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura .

No primeiro momento o ECS acontecerá de modo multidisciplinar, quando o estagiário observará o campo de estágio e acompanhará uma turma do ensino fundamental e/ou médio, em um turno, assistindo a aulas de todas as disciplinas. Posteriormente, o estagiário deverá observar aulas específicas de sua área de formação com o objetivo de analisar o processo de ensino e de aprendizagem. Com base nas observações nas disciplinas vinculadas a sua habilitação, o acadêmico deverá elaborar um projeto de intervenção, na forma de regência.

Estabelecidas as parcerias com instituições de ensino regular da região, firma-se o termo de compromisso entre a escola, o estagiário e a Univille. Por meio de reuniões com a direção das escolas e com supervisores de estágio, são estabelecidas as relações entre as instituições e esclarecidas as atividades e o cronograma do ano letivo, propiciando a integração entre os cursos de licenciatura e as escolas de ensino básico.

A coordenação do ECS é responsabilidade do coordenador do curso, que acompanha as atividades delegadas à Comissão Orientadora de ECS, formada por

professores da Univille, os quais se reúnem para planejar, discutir e acompanhar o processo de desenvolvimento do estágio e, se necessário, seu replanejamento.

O professor orientador de estágio (integrante da Comissão Orientadora de ECS) é o responsável pela orientação, planejamento e execução do estágio, fornecendo aos estagiários os roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa. É o responsável pela articulação entre escola e estagiários, estimulando a sua participação nas atividades a serem desenvolvidas. Além de supervisionar o desempenho dos estagiários, acompanha e avalia a execução do estágio. Para tanto, são realizadas periodicamente visitas aos campos de estágio a fim de se manter um diálogo com os responsáveis pelo ECS nas UE e acompanhar o desempenho do acadêmico.

Na escola, o acompanhamento do estagiário é realizado pelo supervisor de estágio e, também, por professor(es) habilitados.

O estágio é dividido em ECS I, ECS II e ECS III.

No ECS I, os acadêmicos inserem-se no espaço escolar e iniciam seu estágio com a etapa de observação do campo de estágio, buscando conhecer a realidade da instituição como um espaço educativo em que as variáveis físicas e os recursos humanos, o apoio pedagógico e o material didático precisam ser conhecidos para uma atuação docente consciente. Tais dados vão compor a descrição do campo de estágio com uma análise reflexiva. Deve haver consulta ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a verificação do quanto o documento orienta as ações desenvolvidas na escola. Também aspectos físicos devem ser considerados no desenvolvimento das aulas.

Com relação às observações de aulas, em um primeiro momento, os estagiários assistem a aulas de diferentes disciplinas para verificar como se dá a prática pedagógica, incluindo-se aí a relação professor-aluno, as estratégias e técnicas de ensino, os recursos empregados, os usos linguísticos, o comportamento dos alunos e as formas de abordagem dos professores das diferentes áreas. Estas observações já servirão como base para o início da elaboração do projeto de ensino.

No ECS II, acontece a etapa de participação que consiste em experienciar diversificadas ações educativas, em atividades curriculares e extracurriculares, como: projetos já existentes na escola ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação, de elaboração de material didático-pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas, em projetos de extensão

(seminários, minicursos e oficinas para professores, alunos e comunidade escolar ou, ainda, grupos de educação não formal, desde que abordem temas específicos do curso); monitorias; colaboração em atividades e comemorações escolares. Além disso, o estudante cumpre parte da carga de observação de aulas, agora relativas à área para a qual está se formando. Também é nesta etapa que deverá concluir a elaboração de seu projeto de ensino. O projeto deve partir de uma situação problemática observada ou apontada pelo professor que acompanha o estagiário. Com base em referencial teórico devem ser propostas ações pedagógicas, com conteúdos, estratégias e técnicas que possam contribuir para modificar tal situação.

No ECS III, o aluno retoma parte de suas atividades de observação de aulas, agora com vistas à regência, desenvolvida de forma individual e diretamente relacionada à sua área de formação. Também deverá retomar seu projeto de ensino e promover ajustes se assim for necessário. Uma vez aprovado pelo professor orientador de estágio, o licenciando elabora os planos de aula correspondentes para a aplicação do projeto. No final do ECS II, deve apresentar em seminário seu projeto de ensino e os resultados de sua aplicação, além de documentar toda a sua experiência no Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE). Nessas apresentações o estagiário deve evidenciar suas reflexões sobre a sua própria prática pedagógica, com base no referencial teórico do seu projeto.

A avaliação do ECS I, ECS II e do ECS III é feita com base na somatória de todas as produções solicitadas ao longo do processo. Constituem-se de notas parciais que não poderão ser inferiores a 7,0 (sete). Também, para ser aprovado, o estagiário deverá cumprir toda a carga horária prevista, incluídas as horas destinadas à disciplina Estágio Curricular Supervisionado.

No ECS há a oportunidade de construção, apropriação e transformação de conhecimentos na área e numa perspectiva interdisciplinar, desenvolvendo sua formação pessoal e profissional. O estagiário é acompanhado durante todo o processo, por meio de aulas de orientação, leituras, seminários e produção de textos, em que revele a análise de suas observações e vivências.

Enfim, o ECS é entendido como espaço de pesquisa, de ação colaborativa, de movimento de ação-reflexão-ação e de atuação docente. Trata-se de um espaço que englobe todas essas vertentes, designando-o, principalmente, como um lugar de pesquisa e reflexão que se aproxima do real desde a formação inicial.

O ECS é regido pela resolução vigente na Univille, pelos dispositivos legais relativos ao tema e por um regulamento específico do curso, que se encontra no anexo I deste PPC¹.

c) Atividades Práticas

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC e são previstas no plano de ensino e aprendizagem (PEA) da disciplina, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Essas atividades oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade.

Constituem-se em atividades práticas as seguintes ações:

- a) Desenvolvimento de sondagem com vistas a reconhecer a familiaridade de determinado grupo com determinada temática;
- b) Desenvolvimento de pesquisa aplicada a pequenos grupos ou a uma situação determinada;
- c) Participação na organização e no desenvolvimento do Sarau de Letras mediante apresentações artísticas;
- d) Análise de material didático, tais como livros didáticos, aplicativos e programas disponíveis na internet;
- e) Criação de material didático para ser distribuído nas redes de educação básica;
- f) Produção e organização de *Lives* sobre temas específicos do curso e/ou sobre temas transversais, atendendo as diretrizes nacionais;
- g) Criação de canais nas redes sociais para atender a estudantes e professores da educação básica, por meio de palestras, contação de histórias e oficinas com participação remota da comunidade;
- h) Participação em ações de sensibilização literária, tais como correio elegante com distribuição de pequenos poemas, “Liberte um poema” no qual são

¹ Por ocasião da implantação da nova matriz, este regulamento deverá sofrer ajustes considerando a mudança do regime anual para o regime semestral.

disponibilizados poemas em gaiolas para toda a comunidade acadêmica, fixação de poemas em pontos estratégicos do campus;

i) Postagens de produções escritas no Jornal Literando (blogspot.poeticatecnologias);

j) Construções de bricolagens e mapas conceituais;

k) Participação em sessões do Salve o Cinema;

l) Participação no Projeto Interdisciplinar Olhares de Viajantes e romanescos do Século XIX sobre a *Terra Brasilis*, envolvendo os cursos de Letras e História. O objetivo é verificar as transformações da realidade no século XXI e refletir sobre a visão colonizatória;

m) Leitura e análise de textos produzidos por apenados para remição de pena no projeto “A leitura como instrumento de ressocialização e cidadania: remição penal” visando contribuir, por meio da leitura e análise de textos produzidos por apenados do Presídio Regional de Joinville SD. Jackson dos Santos, para o exercício da cidadania, da autoestima e promoção da inclusão social da pessoa presa e remição de pena;

n) Contação de histórias;

o) Seminários;

p) Leitura dramática.

Em sua maioria, as atividades propostas se relacionam com a área de formação do licenciado em Letras, considerando o envolvimento com práticas variadas de leitura e de escrita, habilidades prioritárias no trabalho do professor de Língua Portuguesa. Algumas atividades focalizam mais diretamente o fazer pedagógico, abordando os materiais que acompanham a ação docente, como é o caso do livro didático, que deve ser analisado com cuidado antes de sua adoção. Algumas das iniciativas arroladas servem para que, por meio da própria vivência, o estudante compreenda que é possível agir com criatividade nos mais diversos espaços educativos.

3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;
- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de se propor

momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

a) Educação ambiental

No que se refere à Educação Ambiental, a Univille tem como um dos seus princípios a responsabilidade ambiental e promove diversas atividades e eventos que abordam essa temática. As questões ambientais serão abordadas nos componentes institucionais do Eixo Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental. Há ainda projetos de extensão que desenvolvem ações de conscientização, das quais os estudantes de todos os cursos podem participar, tais como: Trilhas, Desenho Animado Ambiental, Reciclar, dentre outros.

b) Educação das relações étnico-raciais

Quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais, o programa de extensão Prolij publicou, em 2012 e 2014, respectivamente, as obras da Coleção Livro dos Livros – Resenhas do Prolij: Literatura africana e afro-brasileira (volume 2) e Literatura indígena (volume 3). As obras foram lançadas e oferecidas aos estudantes e professores de Joinville e região para consulta e estudos sobre o tema. A educação das relações étnico-raciais serão abordadas nos componentes institucionais do Eixo Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social, além de poderem se constituir de temáticas abordadas em textos nas diferentes disciplinas.

c) Educação em direitos humanos

A educação em direitos humanos será abordada nos componentes institucionais do Eixo Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social, além de poderem se constituir de temáticas abordadas em textos nas diferentes disciplinas.

A Educação em Direitos Humanos é contemplada no projeto de Extensão Edupaz que tem desenvolvido atividades e eventos que abordam as temáticas: bullying, preconceito racial e preconceito de gênero e no Projeto A leitura como instrumento de ressocialização e cidadania: remição penal, no qual alunos voluntários e bolsistas desenvolvem leituras e análises de textos produzidos por apenados do Presídio Regional de Joinville SD Jackson dos Santos, para remição de pena.

Essas temáticas são tratadas também em eventos institucionais, como o Colóquio das Licenciaturas, previsto no calendário acadêmico institucional, quando todos os acadêmicos podem participar, com vistas a estabelecer relações entre a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais; compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã; e sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos temas abordados e experiências vividas.

Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer relações entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

Na matriz que será implantada a partir de 2021, foram incluídos componentes curriculares de 5 diferentes eixos, a serem compartilhados com toda a comunidade acadêmica, dos mais variados cursos. Nestes eixos, os temas transversais estarão sendo mais diretamente contemplados:

Eixo I: Ética e Competências Sócio-Emocionais

Eixo II: Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social

Eixo III: Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Eixo IV: Pensamento Científico

Eixo V: Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica, de Negócios e Social

3.9.5 Atividades extracurriculares

A Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a. Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille, na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em disciplina extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo a disciplina de Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Caso obtenha aprovação, a disciplina será registrada como extracurricular no seu histórico. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursar a disciplina em regime de dependência.

A Univille também dispõe da plataforma “Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior (e-Movies)”, uma iniciativa liderada pela Organização Universitária Interamericana (OUI), com o objetivo de fornecer soluções que promovam a cooperação acadêmica internacional, da qual a Univille é membro. O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas por meio da plataforma e-Movies, na forma de disciplina optativa ou atividades extracurriculares.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula.

Os detalhamentos sobre o funcionamento do e-Movies podem ser obtidos junto a Assessoria Internacional da Univille.

b. Estágio não obrigatório

Além do ECS, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios, os quais seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deverá estar no centro do processo.

Essa proposta visa construir um ensino superior de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;

- a interdisciplinaridade com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de forma integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital.

Assim, diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino-aprendizagem como estudo de caso, estudo por problema, ensino por projetos, entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras, do *Campus* Joinville adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando-os pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, conforme demonstrado no quadro 4, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente. Entre as diferentes estratégias, é possível considerar:

Quadro 4 – Estratégias de ensino e aprendizagem no curso de Licenciatura em Letras

N.º	Denominação	Descrição
1	Exposição dialogada	Exposição do conteúdo com participação dos estudantes. A estratégia pode partir de leitura de textos ou apresentação de situações-problema. Utilizam-se <i>software</i> de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e à internet/Web.
2	Palestra	O professor pode convidar um profissional a proferir uma palestra sobre tema pertinente ao curso. Os estudantes podem ser solicitados a elaborar relatório ou responder questões sobre a palestra.
3	Estudo de texto	Exploração das ideias de um autor com base na leitura e análise do texto, gerando resumos ou resenhas.
4	Estudo dirigido	Estudo orientado de um texto com base em um roteiro ou questões de estudo propostas pelo professor.
5	Resolução de problemas	Apresentação de uma situação nova aos estudantes, que deverão proceder à análise do problema e propor uma solução. Na área de computação é comum o emprego dessa estratégia, sobretudo na resolução de problemas com apresentação de soluções algorítmicas

		e/ou computacionais.
6	Abordagem baseada por projeto	Método sistemático de ensino-aprendizagem que envolve os acadêmicos na obtenção de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação estruturado em torno de produtos e tarefas previamente planejadas. Tem como premissas o ensino centrado no aluno e a aprendizagem colaborativa e participativa. Tem-se um produto tangível como resultado decorrente das atividades nessa modalidade.
7	Seminário	Atividade em grupo em que é apresentado um tema ou problema pelo professor e os estudantes devem formar grupos, levantar informações, discutir o tema/problema e apresentar um relatório com as conclusões.
8	Estudo de caso	Atividade em grupo em que o professor apresenta uma determinada situação real ou fictícia e os estudantes, individualmente ou em grupos, devem proceder à análise e indicar soluções às questões propostas na forma de um seminário ou de um relatório.
9	Aulas de laboratório	Emprega laboratórios de informática para a realização de uma série de atividades em diferentes disciplinas. Tais atividades incluem o treinamento/prática e aprimoramento do saber desenvolvido em sala de aula.
10	Pesquisa bibliográfica	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa bibliográfica e elaboram relatório de pesquisa bibliográfica, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
11	Pesquisa de campo	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa de campo e elaboram relatório da pesquisa, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
12	Saídas a campo	Os estudantes são levados a vivenciar a prática da aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula.
13	Uso de <i>softwares</i>	Atividade individual ou em grupo na qual os estudantes são introduzidos ao uso de <i>softwares</i> de aplicação específica e, na maioria das vezes, técnica.

Fonte: Coordenação do Curso de Letras

As teorias de aprendizagem cognitivista e histórico-cultural fundamentam a prática dos docentes, entendendo-se a aprendizagem como o processo de contraste, revisão e construção de esquemas de conhecimentos sobre os conteúdos escolares e a linguagem vista na concretude de um sujeito no mundo e de sua prática social. Assim, podem-se apontar ações que vão caracterizar o papel do aluno e do professor

Professor: cria condições de aprendizagem, levando em consideração o conhecimento prévio do aluno, intervindo no seu processo de aprendizagem, buscando desenvolver a sua autonomia e a sua autoestima; proporciona experiências de ensino, pesquisa e extensão, relacionando teoria e prática, adotando a pesquisa como princípio educativo e possibilitando a reflexão da prática pedagógica.

Aluno: assume a responsabilidade pela sua aprendizagem, compreendendo e mobilizando-se para o processo de aprender e conhecer; desenvolve sua autonomia; age com ética, solidariedade e respeito; produz conhecimento pela pesquisa e reflete e investiga sobre a prática pedagógica; compreendendo sua responsabilidade sócio-ambiental.

As metodologias de ensino-aprendizagem são dirigidas para pesquisa, ensino e extensão, considerando o avanço do conhecimento associado à reflexão linguística sobre a realidade regional nos níveis social, político, econômico, educacional e cultural, e para o desenvolvimento e aquisição de habilidades específicas ao exercício da docência. Portanto, o processo de formação objetiva a formação de um professor reflexivo, pesquisador, crítico e ético. Nesse sentido, a relação entre a teoria e a prática será contemplada nas disciplinas da matriz.

Em todas as séries há disciplinas compartilhadas entre todas as licenciaturas, que constituem o Núcleo Pedagógico Integrador (NPI). Os alunos de todas as licenciaturas estudam juntos as disciplinas pedagógicas, o que permite uma visão, análise e discussão com diferentes focos e percepções. Também há disciplinas pelas quais o aluno pode optar, dentre todas oferecidas pela universidade, conforme seus interesses e disponibilidade de horário.

Há a possibilidade de participação de atividades coletivas como na Semana da Comunidade e o Colóquio das Licenciaturas (Clic). Assim, pretende-se um docente capaz de perceber os vários campos do saber que constituem o currículo

escolar, com os quais deverá dialogar de forma colaborativa para a promoção de uma educação mais abrangente e significativa.

Os Programas de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas apresentam metodologias de caráter participativo e investigativo para a construção de conhecimento pela utilização de estratégias de ensino como:

- produção de mapa conceitual, estudos de textos, resenhas, resumos
- realização de pesquisa de campo, pesquisas na web, estudos dirigidos de textos ou estudos de caso, ensino por projetos ou por problemas;
- realização de seminários, debates, GVGO, pergunta circular, role play, teatralização;
- exposição dialogada, com o uso de software de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e à internet/web;
- Promoção de palestras ou entrevistas (como os encontros com escritores de Joinville, que acontecem desde 2013);
- atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem: fóruns, enquetes, trabalhos e atividades;
- Sarau de Letras: realizado desde 2010, envolve todo o curso, com apresentação de números musicais, poemas, e performances autorais ou obras lidas;
- Salve o Cinema (do projeto de extensão PROLER), faz seleção de filmes, apresentados em sessões para os estudantes do curso e comunidade, com posterior intervenção de professor convidado;
- Produção de resenhas críticas e ensaios para serem publicados no Caderno Literando (blog poéticas tecnológicas –<http://poeticatecnologica.blogspot.com>);
- microaulas, preparadas e aplicadas pelos estudantes (com objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação) a seus colegas de sala, com posterior avaliação do professor e dos colegas.

A instituição dispõe do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) que operacionaliza o Programa de Profissionalização Docente (PPD) e em todo início de período letivo promove oficinas, mesas-redondas, workshops e palestras com temáticas voltadas para a profissionalização docente. Busca a melhoria contínua da qualidade dos cursos, com a promoção de atividades pedagógicas coerentes com as metodologias implantadas, primando sempre pela acessibilidade atitudinal (refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações) e

acessibilidade pedagógica (refere-se à ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo).

A Univille instituiu a Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) que oferece aos estudantes, de forma integrada, os serviços e programas de atendimento psicopedagógico e psicossocial. Há os seguintes projetos/programas e serviços: a) Programa de Acompanhamento Psicopedagógico em que ocorrem os seguintes atendimentos: 1) Programas de nivelamento, em língua portuguesa, química e matemática; 2) Atendimento psicológico; 3) Atendimento pedagógico; b) Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais; c) Laboratório de Acessibilidade, equipado com tecnologias assistivas.

3.10 Inovação pedagógica e curricular

De acordo com a Resolução do Cepe n.º 07/2009, na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um sistema de mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor.

A Univille instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de

promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

O Projeto Pedagógico do Curso adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando essa política e tal concepção pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando-se os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente.

O curso articula a inovação pedagógica e curricular, baseando-se no Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio do Centro de Inovação Pedagógica (CIP), de encaminhamento de temas para profissionalização, avaliação institucional, acompanhamento das avaliações, de compartilhamento de disciplinas com outras licenciaturas e com o Bacharelado em Letras.

As metodologias de avaliação procuram buscar o que cada aluno tem como percepção da matéria. O saber coletivo, as discussões de casos de engenharia, seminários participativos são encaminhamentos pedagógicos inovadores que procuram ampliar o conhecimento dos alunos. A participação do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) dá-se pela avaliação anual, feita pelos alunos, do desempenho dos professores. Aqueles que não alcançam determinado nível nessa avaliação são orientados em projetos de capacitação pedagógica para sua evolução.

Um dos grandes avanços das licenciaturas da Univille foi a criação do Núcleo Pedagógico Integrador (NPI). Os estudantes têm aulas com colegas dos demais cursos, em matérias com enfoque pedagógico, tais como Didática, Psicologia da Educação, História da Educação, Políticas Públicas, entre outras, o que promove a integração entre as turmas e discussões sob vários pontos de vista. Cabe ressaltar a inclusão de componentes curriculares de 5 diferentes eixos, a serem compartilhados com toda a comunidade acadêmica, dos mais variados cursos:

Eixo I: Ética e Competências Sócio-Emocionais

Eixo II: Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social

Eixo III: Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Eixo IV: Pensamento Científico

Eixo V: Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica, de Negócios e Social

O curso mantém uma prática que permite a inserção de ações da pesquisa e da extensão em suas atividades. Professores que ministram aulas no Mestrado em Educação e no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade promovem constantes atividades relacionando suas pesquisas.

Outra questão que merece destaque são os eventos promovidos pelos programas e projetos de extensão. A participação nessas ações tem influenciado os estudantes na construção de seus trabalhos de conclusão de estágio.

No decorrer de 2020, a Univille trabalhou de forma colaborativa a fim de promover a inovação pedagógica e curricular em seus cursos de graduação. Tal trabalho visa a implementação da inovação pedagógica e curricular a partir de 2021 nos cursos de graduação com o intuito de atender ao projeto estratégico 7.3 que

trata de alterações curriculares para atualização dos cursos e a ações de aperfeiçoamento docente. Entre as diretrizes estabelecidas pelo processo estão os cinco eixos formativos institucionais que devem ser contemplados nos componentes curriculares para o desenvolvimento dos acadêmicos: ética e competências socioemocionais; cidadania, direitos humanos e justiça social; sustentabilidade e responsabilidade socioambiental; pensamento científico na abordagem e problematização da(s) realidade(s) e na proposição e construção de soluções; e inovação e empreendedorismo de base tecnológica, de negócios e social.

3.11 Flexibilização curricular

A Universidade instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

A atuação do CIP está pautada nos seguintes princípios:

- a) A promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem;
- b) A contínua profissionalização e construção da identidade docente;
- c) A melhoria continuada qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- d) A sustentabilidade dos cursos;
- e) A integração dos cursos por meio do compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos;
- f) A integração de suas ações com os processos de avaliação de cursos da Instituição;

g) O alinhamento de suas ações ao PPI e ao PDI da Univille. O CIP tem como objetivo promover ações que contribuam para a inovação pedagógica e curricular dos cursos da Univille, atuando nos seguintes eixos:

h) Organização didático-pedagógica proposta e operacionalizada por meio do PPC;

i) Profissionalização docente que contemple concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos conforme a perspectiva da inovação preconizada pelo PPI da Univille;

j) Melhoria e adequação da infraestrutura necessária à inovação nos processos de ensino e aprendizagem. Os serviços oferecidos pelo CIP compreendem:

k) Assessoramento às coordenações nos processos de criação de cursos e estruturação, reestruturação e alteração do PPC;

l) Assessoramento às coordenações nos processos de inovação pedagógica e curricular;

m) Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Profissionalização Docente (PPD);

n) Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de assessoramento pedagógico aos docentes mediante demanda das coordenações decursos;

o) Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de prospecção e implantação de tecnologias de informação e comunicação aplicáveis aos processos de ensino e aprendizagem presenciais, semipresenciais e a distância.

O público-alvo do CIP engloba os profissionais da educação e as coordenações dos cursos da Univille. (PDI UNIVILLE 2017/2021).

Na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- a) Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;
- b) A mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;
- c) A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- d) A relação entre teoria e prática;
- e) A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- f) O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- g) O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- h) Avaliação sistemática da aprendizagem e que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- i) Comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

Toda inovação deve ser resultado de uma mudança planejada e, como premissa, deve considerar questões que se refiram a sustentabilidade ambiental, social e financeira. Em relação a proposta de inovação pedagógica e curricular, para considerar tal premissa, foi criada uma equipe multidisciplinar, com foco em estudos de viabilidade econômica, financeira e *benchmarking* para dimensionar o impacto da inovação proposta pelos cursos de graduação da Instituição. Essa equipe multidisciplinar, em diálogo constante com as coordenações de área e de cursos, com a Diretoria Financeira da Instituição, Prós-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão e Reitoria, criou uma dinâmica de trabalho para analisar as propostas e a partir dessa análise, sugerir e assessorar a implantação de ações, tais como as listadas a seguir:

- Nova proposta de precificação, buscando maior flexibilização ao estudante;

- Análise e readequação da forma de cálculo dos custos diretos e indiretos relacionados ao curso;
- Readequação e redistribuição dos custos de operação entre os cursos da Instituição (espaços físicos, mão de obra, softwares, iluminação, compartilhamento de espaços físicos, entre outros);
- Análise dos diferenciais das principais instituições da região e do Brasil, correlacionando com o valor das mensalidades;
- Análise das dinâmicas e diferenciais empregadas pela IES para divulgação e atração de estudantes para o curso.

Com o trabalho realizado foi possível readequar o valor da mensalidade do curso, devido a revisão da forma de precificação, compartilhamento de Componentes Curriculares (CC) e virtualização de CC, além do processo de inovação curricular e pedagógica capitaneado pelo Centro de Inovação Pedagógica (CIP) em 2020, trazendo componentes comuns à área do curso, componentes alinhados com projetos e programas de extensão e componentes institucionais.

A inovação pedagógica e curricular é também um movimento que incentiva os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e colegiados dos cursos de graduação a refletir sobre os projetos pedagógicos e construir propostas de percurso formativo que possam atender às exigências do mundo contemporâneo, contemplando as recomendações legais tanto da própria universidade quanto dos órgãos reguladores do Ensino Superior no país.

A Coordenação do Curso em parceria com o Centro de Inovação Pedagógica, desenvolve atividades de articulação no que tange à inovação pedagógica de forma proeminente na condução de cursos de capacitação docente destinados especificamente ao seu corpo docente.

No decorrer de 2020, a Univille trabalhou de forma colaborativa a fim de promover a inovação pedagógica e curricular em seus cursos de graduação. Tal trabalho visa a implementação da inovação pedagógica e curricular a partir de 2021 nos cursos de graduação com o intuito de atender ao projeto estratégico 7.3 que trata de alterações curriculares para atualização dos cursos e a ações de aperfeiçoamento docente. Entre as diretrizes estabelecidas pelo processo estão os cinco eixos formativos institucionais que devem ser contemplados nos componentes

curriculares para o desenvolvimento dos acadêmicos: ética e competências socioemocionais; cidadania, direitos humanos e justiça social; sustentabilidade e responsabilidade socioambiental; pensamento científico na abordagem e problematização da(s) realidade(s) e na proposição e construção de soluções; e inovação e empreendedorismo de base tecnológica, de negócios e social.

3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, além de favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por unidade curricular e tem como critérios: a frequência; a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada unidade curricular serão atribuídas 2 (duas) Médias Bimestrais (MB1 e MB2), devendo cada média ser composta por, no mínimo, 2 (duas) notas. A Média Final (MF) será a média aritmética simples das médias bimestrais (MB1 e MB2), apurada pela fórmula $MF = (MB1 + MB2)/2$;

O estudante que obtiver Média Final igual ou superior a 6 (seis) estará aprovado desde que obtenha frequência mínima de 75% da carga horária lecionada em cada unidade curricular com atividades presenciais e/ou síncronas mediadas.

Portanto, a aprovação do estudante em cada unidade curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

- I. - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada nas unidades curriculares;
- II. - obtenção na avaliação de aprendizagem de Média Final mínima de 6 (seis):

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável.

A frequência da Unidade Curricular será apurada:

I – Nas unidades curriculares totalmente presenciais: por meio da presença, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe;

II – Nas unidades curriculares 50% presencial e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas presenciais, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

III – Nas unidades curriculares 50% síncrona mediada e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas síncronas mediadas registradas no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

IV – Nas unidades curriculares totalmente assíncronas: por meio da entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas registrada no ambiente virtual de aprendizagem.

Independentemente dos demais resultados obtidos, considerar-se-á reprovado o acadêmico que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária lecionada em cada unidade curricular.

Nas unidades curriculares com carga horária parcial ou integral a distância, pelo menos uma das avaliações deverá:

I - Ser presencial;

II – Ter peso majoritário na composição da nota final da unidade curricular;

III – Incluir elementos discursivos que estimulem análise e síntese, com peso mínimo de 1/3 na avaliação ou realizar avaliação por meio de atividade prática.

Nos trabalhos de conclusão de curso ou estágio curricular supervisionado, poder-se-á exigir frequência superior ao fixado neste artigo, desde que previsto no respectivo

Regulamento do Curso, aprovado pelo Conselho Universitário. Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor.

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no *site* www.univille.br.

Outros detalhamentos da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA), elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

3.13 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito no PDI.

3.13.1 Central de Relacionamento com o Estudante

A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) é responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdo de disciplinas exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de

outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e é oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são disponibilizadas de 3 a 5 sessões. São fornecidas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.

b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, com a metodologia das disciplinas, a utilização do tempo, a organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são gratuitos e feitos por profissional habilitado.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, quanto a dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) A CRE mantém relação direta com empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios, todas as empresas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille (BOU) e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar para as vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase final do curso também é efetuada pela CRE.

e) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência é feita desde a realização da matrícula, em que os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. A entrega do laudo legitima o aluno a receber os atendimentos necessários à sua permanência. Visando auxiliar os estudantes, a CRE realiza o mapeamento deles, informando aos cursos quais as necessidades apresentadas, sejam elas voltadas à acessibilidade arquitetônica ou à pedagógica.

A CRE também viabiliza a contratação de intérprete de Libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como efetiva ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de Acessibilidade (Labas), que está equipado com tecnologias assistivas como impressora em braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

f) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgá-los para a comunidade acadêmica por meio de fôlderes e cartazes, bem como por *e-mail* e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes serão detalhados num item mais à frente.

3.13.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico (CAA) é composta pelas áreas do registro acadêmico e financeiro, que contam com o apoio das equipes de atendimento presencial e telefônico.

Hierarquicamente a Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Administrativa são responsáveis pela CAA, que tem como missão prestar serviços de qualidade, atuando com profissionalismo e eficiência nas atividades desenvolvidas, prezando pela excelência no atendimento e satisfação da comunidade universitária.

A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da Univille. Gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos, analisa e controla as informações acadêmicas e financeiras dos discentes e confecciona documentos sobre a situação acadêmica e financeira dos estudantes.

Além disso, responde pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle das atividades financeiras, da administração do fluxo de caixa,

das contas a pagar, das contas a receber, da cobrança, do cadastro, dos contratos de prestação de serviços educacionais e da administração dos recursos financeiros e patrimoniais da Univille. É responsável pelos processos ligados aos créditos estudantis Pravalor e Credies e pelo cadastro de bolsas de estudo.

A CAA também busca a modernização dos processos e serviços oferecidos à comunidade acadêmica por meio da informatização, como: rematrícula *on-line*, agendamento *on-line* para solicitação de vaga, regularização financeira e matrícula de calouro. Fornece formulário *on-line* para a solicitação de colação de grau especial e solicitação de diploma. Disponibiliza pelo aplicativo Univille a oportunidade de os acadêmicos requererem *on-line* os mesmos serviços oferecidos presencialmente.

Todos os processos que a CAA executa são pautados no Estatuto e no Regimento da Univille, nas resoluções e instruções normativas, nos editais e regulamentos institucionais.

3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo

Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo. Conforme a legislação, a fiscalização do cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção e manutenção de bolsas de estudo caberá a uma comissão, criada no âmbito de cada instituição de ensino superior, constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- um representante do Ministério Público Estadual, pelo mesmo indicado, para mandato de dois anos;

- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da UNIVILLE.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica

a) Programa de Bolsas de Estudo - Constituição do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)

- O que é: o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa e Extensão se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.
- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o Edital, pois, para ter direito ao benefício ele deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela UNIVILLE, apresentando um Termo de Adesão no início e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas.
- Quando solicitar: o prazo para estudantes solicitarem bolsa de estudo é especificado em Edital. Geralmente acontece no início de cada ano. Para participar os candidatos devem preencher um cadastro no site www.uniedu.sed.sc.gov.br e posteriormente preencher o cadastro no portal da UNIVILLE.
- Quem pode solicitar: estudantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.

- Quem não pode solicitar: estudantes que já concluíram ensino superior ou que pagam menos que 50% do valor do curso (base utilizada: Edital de Matrícula e Encargos Financeiros), sem considerar as dependências.

b) Programa Universidade para Todos do Governo Federal (PROUNI):

- O que é: programa federal de bolsas para universitários.
- Quando solicitar: As inscrições para o PROUNI, programa federal de bolsas para universitários, poderão ser efetuadas no site do MEC: www.mec.gov.br em período específico.
- Quem pode solicitar: Para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos critérios:
 - tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - tenham cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
 - sejam portadores de deficiência;
 - sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e
 - integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

O candidato deve ter obtido nota mínima de 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato também precisa ter nota superior a zero na redação do ENEM. Informações são obtidas na CAA ou por meio de formulário eletrônico no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

II. Bolsas de estudo por mérito

a) Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)

- O que é: o programa de bolsa de extensão com recursos da UNIVILLE. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado

interessados em participar de programas ou projetos de extensão da UNIVILLE.

- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de extensão o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.

b) Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC):

- O que é: o programa de bolsa de pesquisa com recursos do FAP se destina a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na UNIVILLE.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de pesquisa o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.

c) Programa de bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação científica com recursos CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

d) Programa de bolsas de iniciação tecnológica do CNPq (PIBITI/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação tecnológica com recursos CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.

- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

3.13.4 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas, os estudantes podem contar com modalidades de crédito para seus estudos:

a) CredIES - Fundacred

- O que é: É um crédito universitário que permite o pagamento de apenas parte da mensalidade à instituição enquanto estuda. A restituição inicia-se após a data prevista para a formatura e é feita diretamente à Fundacred.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o crédito a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.fundacred.org.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE, condicionados aos critérios e limites estabelecidos pela Instituição.

b) PRAVALER

- O que é: o PRAVALER é um programa de crédito universitário privado que permite aos estudantes de graduação e de pós graduação pagar seus estudos ao longo do tempo, de uma maneira mais leve.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o programa a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE.

3.13.5 Assessoria Internacional

A Univille criou a Assessoria Internacional com a missão de promover para estudantes e professores da Univille programas e projetos de internacionalização curricular (UNIVILLE, 2010).

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes e professores, compreendendo, conseqüentemente, coordenadores de curso nos processos. Essa assessoria está subordinada à Reitoria e é composta por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade e por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

O curso tem incentivado a participação de seus discentes em programas de intercâmbio ofertados pela Universidade. As ações efetivas passam pela socialização dos editais de intercâmbio, apoio dos discentes que têm interesse em participar dos programas por meio da elaboração dos documentos necessários para a inscrição, acompanhamento do aluno durante todo o intercâmbio e socialização das experiências dos discentes participantes nos eventos realizados pelo curso.

3.13.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante e um vice-representante de classe entre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a

obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

3.13.7 Coordenação ou área

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

O curso é a unidade acadêmica responsável pela gestão administrativa, acadêmica e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os

professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

A coordenação do Curso de Letras procura manter um diálogo aberto com os estudantes e com os professores. Periodicamente a coordenação promove uma conversa com as turmas para verificar o andamento das atividades e detectar possíveis dificuldades. Com isso, algumas soluções são pensadas juntamente com o NDE, evitando desdobramentos indesejáveis. Uma especificidade do curso a ser relatada é a outorga da organização do Sarau de Letras para uma comissão formada por estudantes das várias turmas. Cabe à coordenação fazer a supervisão das ações desta comissão, bem como colocar-se à disposição para qualquer necessidade que possa surgir. Também cabe à coordenação a atualização das informações postadas em rede social.

3.13.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviço de Psicologia	<p>O Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille oferece:</p> <ul style="list-style-type: none"> • atendimento clínico psicológico; • serviço de psicologia educacional; • serviço de psicologia organizacional e do trabalho; • programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. <p>O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada por professores e estudantes da 5.^a série do curso de Psicologia da Univille</p>

Ouvidoria	É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É acessível e direta, sem burocracia, e está à disposição da comunidade geral e universitária
Centro de Atividades Físicas (CAF)	É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação
Serviços de reprografia	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo ao CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada
Serviços de alimentação	<p>O <i>Campus</i> Joinville da Univille dispõe de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 2 restaurantes, sendo um localizado ao lado da pista de atletismo que oferece serviço de almoço, janta e café (a partir das 16h), e outro no Centro de Convivência que oferece serviço de almoço.</p> <p>5 lanchonetes localizadas nos seguintes espaços do <i>Campus</i>: Bloco C, Bloco D, Bloco E, Academia e Coworking da Univille (UniCo). Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do <i>campus</i></p>
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência, que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os <i>campi</i> e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do <i>Campus</i> Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas

Serviços de assessoramento jurídico	Os cursos de Ciências Jurídicas da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos <i>campi</i> . Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios
-------------------------------------	---

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

- a) Monitoramento do IGC;
- b) Autoavaliação institucional;
- c) Gestão da avaliação externa institucional;
- d) Gestão da autoavaliação de curso de graduação;
- e) Gestão da avaliação externa de curso de graduação;
- f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;
- g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- h) Avaliação contínua do desempenho docente;
- i) Gestão da participação e dos resultados do Enade.

As diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da Avaliação Institucional são: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade; melhoria contínua.

A gestão da autoavaliação de curso de graduação tem por objetivo obter nas coordenações um relatório que sintetize os resultados do processo auto avaliativo.

Esse relatório visa promover a reflexão e a discussão sobre a qualidade percebida e identificada pelos instrumentos de avaliação, bem como estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações que visem à melhoria do curso. Tais ações devem ser apresentadas no Relatório de Autoavaliação do Curso, o qual subsidia a gestão do curso e alimenta o processo de autoavaliação institucional, de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A gestão da avaliação externa de curso de graduação tem por objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento da Proen. O processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. Inicialmente é realizada a adequação do PPC, o qual deve ser discutido e aprovado no colegiado e nos conselhos. Em seguida, o PPC é postado no sistema e-MEC e, no caso de ter diligências, estas devem ser respondidas, a fim de obter o despacho saneador e o agendamento das visitas *in loco*. Com o agendamento da visita, ocorre a preparação dos documentos solicitados pela comissão, bem como a preparação para a reunião com dirigentes, CPA, docentes, membros do NDE e discentes. Ao final da visita de avaliação *in loco*, recebe-se a devolutiva dos avaliadores e realiza-se, no sistema e-MEC, a avaliação da comissão designada para visita na instituição. Ao receber o relatório da avaliação *in loco*, este é encaminhado à Proen, à gestão institucional, ao coordenador do curso e à Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional, os quais avaliam e decidem pela homologação ou impugnação do relatório. O NDE e o colegiado do curso analisam os dados do relatório, realizam a autoavaliação e preparam um plano de ação de melhorias, o qual é encaminhado à CPA. A Proen monitora a divulgação da portaria de renovação ou reconhecimento do curso.

Observe-se que a atual legislação baseia a renovação de reconhecimento nos resultados obtidos no ciclo avaliativo trienal, considerando que os cursos com CPC inferior a 3 devem obrigatoriamente protocolar avaliação *in loco*, e os que

alcançaram CPC igual ou superior a 3 podem solicitar a confirmação do conceito, ficando dispensados da visita de avaliação *in loco*.

A gestão institucional criou o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), que é um processo de autodesenvolvimento e integra as ações do Planejamento Estratégico Institucional/Programa de Desenvolvimento Institucional (PEI/PDI). Tem como objetivo contribuir para a profissionalização da gestão e a formação de novas lideranças.

Segue a relação dos encontros realizados nos últimos três anos, todos com duração de três horas:

4/2/2016 – Projeto Pedagógico de Curso e reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso

18/2/2016 – Metodologias ativas e implantação do modelo de ensino

15/3/2016 – Ambiente interno e externo: análise SWOT

16/3/2016 – Ambiente interno e externo: SWOT cruzada

17/3/2016 – Definição dos objetivos estratégicos

5/5/2016 – Definição dos objetivos estratégicos

15/5/2016 – Planejamento orçamentário

2/6/2016 – Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental

16/6/2016 – Concepção estratégica: missão, visão, valores e objetivos estratégicos

8/9/2016 – Concepção estratégica: missão, visão, valores e objetivos estratégicos

22/9/2016 – Revisão das políticas institucionais

2/2/2017 – Papel estratégico da coordenação de curso

16/3/2017 – Implementação das estratégias

25/5/2017 – Gestão estratégica de questões legais e gestão estratégica por indicadores

24/8/2017 – *Workshop* para credenciamento institucional, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação

26/10/2017 – Implementação das estratégias – definição de metas e indicadores

8/2/2018 – Gestão do Projeto Pedagógico: os papéis dos colegiados, da coordenação e do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

15/2/2018 – Gestão da avaliação externa e da autoavaliação dos cursos

06/02/2019 - Gestão estratégica do corpo docente – Uso do sistema Stela Experta

07/02/2019 - Apresentação sobre estudos do mercado educacional

02/05/2019 - SINAES, ENADE, CPA e Autoavaliação

Durante alguns dos encontros são realizadas dinâmicas em grupo, tendo como desafio os problemas do cotidiano da gestão. O objetivo é estimular os participantes a apontar soluções para as questões, fazendo uma conexão com temas relacionados a indicadores e instrumentos da gestão institucional e aos objetivos estratégicos estabelecidos no PEI/PDI.

Quanto à gestão da participação no Enade, a Proen, os coordenadores dos cursos e a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional fazem o acompanhamento da inscrição do acadêmico e auxiliam no preenchimento dos quesitos no tocante às necessidades especiais na realização da prova. Ainda se faz o monitoramento quanto ao local de prova e dos alunos que não compareceram, a fim de acompanhar os pedidos de dispensa. No que se refere à gestão dos resultados do Enade, de posse dos relatórios sínteses e relatórios de cursos, a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional produz um relatório de curso que é disponibilizado aos coordenadores, membros do NDE e colegiados para que possam realizar a autoavaliação do curso. Ainda, a cada ano, a Gestão Institucional, por intermédio da Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional, promove encontros com os coordenadores e NDEs com o intuito de discutir e planejar o plano de ação para a melhoria do desempenho do curso. É considerada para a condução desse processo a análise dos seguintes documentos: o relatório síntese e de curso do Enade; o relatório de avaliação externa do curso feita pelo MEC; a autoavaliação institucional, nesse item considerando principalmente a avaliação contínua de desempenho docente; registros de reuniões feitas com professores e estudantes. Após a conclusão desse processo, o NDE estrutura um relatório de autoavaliação e um plano de ação com o propósito de implementar ações necessárias para a melhoria contínua da qualidade do curso. Esse relatório e o plano de ação devem ser encaminhados à CPA, que, por meio do relatório de autoavaliação institucional,

divulga para a comunidade acadêmica para que ela se aproprie das ações necessárias para tal melhoria e assim contribua para tanto conforme a função que cada um exerce.

O curso de Letras apresenta os seguintes instrumentos de avaliação: a autoavaliação, o reconhecimento do curso, a avaliação institucional docente e os resultados do Enade.

A autoavaliação, organizada pelo NDE, segue o ciclo proposto pelo SINAES (. Há participação do corpo docente e discente, por meio de instrumentos de pesquisa e reuniões com professores, representantes de turma nas quais são discutidos temas para a melhoria contínua do curso. Na última autoavaliação, realizada em 2014, quanto ao Projeto Político Pedagógico de Letras, observou-se que o compromisso social do curso está relacionado à oferta de vagas para a formação docente, orientada para a inclusão social e uma prática indissociada entre ensino/pesquisa/extensão. Em 2017 o processo de autoavaliação se deu com a reestruturação do curso a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacional.

A partir de pesquisa feita com os estudantes e discussões com o colegiado do curso, em 2014, foi iniciado estudo para a reformulação do curso. Em 2015 foi consolidada a reformulação. Em 2016, com a nova proposta do MEC para as licenciaturas, houve uma adaptação à matriz já estudada e as exigências legais foram atendidas. Em 2017, iniciou-se o curso com a nova matriz e com a inclusão de matérias a distância, no de Letras apenas para dupla habilitação.

No que tange à comunidade externa, há relativa dificuldade de trazer os egressos e representantes para participar do processo de autoavaliação. O ECS gera mecanismos que possibilitam essa participação, por meio do estabelecimento de parcerias com as escolas. Também há convites para a participação em eventos de divulgação científica e cultural promovidos pelo curso.

Com relação ao processo de renovação de reconhecimento do curso, os documentos a serem apresentados são elaborados pela Coordenação do Curso com apoio do NDE, que revisa o texto inicial e promove adequações e complementações. Também são obtidas informações nos diferentes setores da Universidade para a completude do documento. Tal atividade é também um processo de autoavaliação dos documentos que se tem para indicar muitas das vezes a necessidade de revisão do PPC.

O processo de avaliação docente possibilita uma visão do desempenho dos

professores na percepção dos alunos. Esta avaliação, realizada anualmente, possibilita ao professor medir seu desempenho em sala de aula e corrigir rumos para o ano seguinte. A Univille oferece cursos de capacitação docente concentrados em fevereiro e julho, como também curso regular durante o ano com módulos mensais de apoio pedagógico, além das atividades on line. O professor que não alcançar determinada média deverá, com auxílio do Núcleo de Capacitação Docente, elaborar programa de desenvolvimento pedagógico visando melhorar seu desempenho em sala de aula.

Nos últimos anos, a avaliação do desempenho docente é feita pela página da universidade, à qual todos os alunos têm acesso, embora nem todos participem do processo, já que não é atividade obrigatória. Os professores são avaliados pelas competências técnico-científica, pedagógica, relacional e organizacional e recebem os resultados via sistema. O coordenador do curso, que também tem acesso aos resultados individuais dos professores, faz a devolutiva das avaliações no próprio sistema, a partir de uma conversa com cada professor, verificando as suas proposições e os seus pareceres em relação ao resultado obtido.

O Curso de Letras, no último ciclo avaliativo divulgado (2017), obteve ENADE 3 (conceito contínuo 3,9511) e CPC 4 (contínuo 3,4849). O resultado é decorrente das ações que o curso vem realizando a partir da autoavaliação e do resultado do ciclo anterior, em 2014. Destaca-se que no quesito formação geral, a nota média dos concluintes foi maior na instituição (67,9) que no Brasil (52,5). Já, para o componente específico, as notas dos alunos concluintes da instituição foram (45,9) e as notas no Brasil foram (38,2), concluindo-se que os alunos do curso estão acima da média nacional. Somando resultado, tem-se os insumos obtidos pelo questionário que também refletiram na qualidade percebida pelos estudantes, em 2017. Assim, o CPC do curso no ciclo avaliativo 2017, foi 4 (contínuo 3,4849). Apesar de os números do ENADE indicarem um desempenho acima da média nacional, fez-se necessário um olhar cuidadoso sobre os resultados.

3.15 Atividades de tutoria

O Estatuto, o Regimento, o PDI 2017-2021 e a Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) n. 04/16 da Univille preveem que todos os cursos

presenciais de graduação ofertem até 20% da carga horária total do curso por meio de disciplinas em que se incluam métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos. Este aspecto da organização didático pedagógica dos cursos de graduação presenciais da Univille está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Na Univille, a oferta de tais disciplinas/componentes curriculares é denominada de “modalidade semipresencial”. A implantação da “modalidade semipresencial” na Univille é um dos projetos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), incluído no PDI 2017-2021 e aprovado pelo Conselho Universitário. A execução do projeto estratégico de implantação da “modalidade semipresencial” teve início em 2017, sendo coordenada pela UnEaD e supervisionada pela Pró-Reitoria de Ensino. A implantação segue o “Plano de Gestão da Modalidade Semipresencial” e está sendo realizada de forma gradual, isto é, em 2017 foram implantadas as disciplinas semipresenciais das 1ª séries, em 2018 as das 2ª séries, e assim sucessivamente.

O “modelo institucional para a modalidade semipresencial” na Univille prevê disciplinas semipresenciais onde o percentual de carga horária presencial e o percentual de carga horária online é previsto no Projeto Pedagógico do Curso, havendo a possibilidade de disciplinas com carga online de 100%, 50% e 25%.

Observe-se que no horário semanal de aulas da turma, há a previsão do horário das atividades da disciplina semipresencial. Considerando o cronograma da disciplina, neste horário semanal o professor realiza as atividades presenciais e, nos dias em que há atividades online, o docente desenvolve a tutoria online contando com a infraestrutura da Universidade, em especial a sala de tutoria da UnEaD. Nas disciplinas em que além do docente há tutores, a tutoria online também será desenvolvida pelos tutores no horário previsto semanalmente para a disciplina, na sala de tutoria da UnEaD. Os tutores contratados pela Univille dispõem de formação na área das disciplinas em que irão atuar e possuem, no mínimo, pós-graduação. Além disso, os tutores participam de formação básica de 40 horas antes de iniciarem sua atuação. A cada dois anos, eles também deverão participar de formação continuada de, no mínimo, 20 horas, dentro do Programa de Profissionalização Docente, oferecido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille (CIP).

No âmbito de cada disciplina, a Assessoria de Planejamento e Avaliação e a UnEaD realizam a avaliação anual trimestral de todas as disciplinas semipresenciais aplicando junto aos estudantes e professores um formulário em que são avaliados o desempenho docente, o material didático, a infraestrutura e a tutoria. Os resultados são analisados pela Pró-Reitoria de Ensino e pela UnEaD propiciando subsídios para o aperfeiçoamento da oferta do semipresenciais da educação a distância nas disciplinas implantadas e naquelas previstas para 2018. Além disso, há o acompanhamento contínuo das disciplinas por parte da UnEaD, por meio de reuniões com as turmas, professores e coordenadores de curso, com o intuito de monitorar a implantação da modalidade e atuar na melhoria da infraestrutura, em especial a de Tecnologia da Informação e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

3.16 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Os tutores da Univille apoiam estudantes e professores em atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem *online* ou presencialmente, durante o desenvolvimento curricular das disciplinas. Tais profissionais são considerados estratégicos para a aproximação pedagógica entre estudantes e docentes, uma vez que, em seus trabalhos, geram conexões e interatividade, facilitam a obtenção de informações, monitoram, mediam, orientam e contribuem para o bom andamento dos trabalhos/atividades realizados nas disciplinas.

O corpo tutorial da universidade conta com aprofundado conhecimento em tecnologias digitais, possuindo habilidades não apenas para gerenciar as ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Instituição (AVA), mas também para operar e orientar professores e estudantes em relação ao funcionamento de repositórios digitais que abrigam livros e artigos *on line* (SciELO, EBSCO, etc.), além de redes sociais voltadas ao compartilhamento de conteúdos audiovisuais (YouTube, Vimeo, entre outras).

Um ponto a ser destacado é que a equipe de gestão da Unidade de Educação a Distância (UnEaD) realiza reuniões periódicas com os tutores com a intenção de monitorar suas necessidades de aprendizagem, bem como de

atividades de formação profissional. Também nessa direção cumpre dizer que, ao longo de 2019, os tutores passaram por Avaliação de Desempenho, por meio de um instrumento avaliativo padronizado, que foi respondido pelos estudantes das disciplinas que eles monitoram. Os resultados dessa avaliação, somados à sistematização das discussões daquelas reuniões, serão utilizados para direcionar novas necessidades de formação continuada a serem ofertadas aos tutores da Univille.

De maneira pontual, os tutores desempenham suas atividades profissionais conforme apresentado a seguir. Tais atribuições encontram-se registradas em diferentes documentos institucionais, em especial na Resolução 04/16/CONSUN e no Plano de Gestão da Educação a Distância da Univille.

Atribuições dos tutores da Univille: Monitorar os acessos ao AVA feitos pelos estudantes; Monitorar a realização das atividades obrigatórias pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Monitorar a realização das avaliações *online* de aprendizagem pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Verificar a realização de correção das avaliações de aprendizagem, realizadas *online* pelos estudantes (via AVA); Esclarecer dúvidas pontuais dos estudantes a respeito do lançamento efetuado pelos docentes das notas de avaliações *online* efetuadas pelos estudantes (AVA); Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para incentivar a realização das atividades e avaliações *online* de aprendizagem considerando os prazos previstos no cronograma; Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para que, no caso de não realizarem as atividades e avaliações *online* de aprendizagem, sejam orientados a realizarem tais atividades e avaliações substitutivas ou em segunda chamada; Monitorar o desempenho dos estudantes verificando os acessos que fazem ao ambiente, a realização das atividades e os resultados que eles obtêm nas avaliações *online* para identificar indícios de dificuldades dos estudantes; Manter contato com os estudantes que apresentam indícios de dificuldades para promover atividades de reforço e recuperação; Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação presencial de aprendizagem para que realizem a segunda chamada; Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação da disciplina dentro do prazo para orientá-los a realizarem; Encaminhar e monitorar a solicitação de solução de

problemas no AVA e nas TICs junto à UnEaD; Contribuir para a aplicação da avaliação presencial de aprendizagem na Univille.

Juntamente com a avaliação dos docentes os tutores também são avaliados cada qual com instrumentos próprios.

Os professores são avaliados periodicamente por intermédio da Avaliação Contínua do Desempenho Docente, que tem por objetivo oferecer dados referentes ao desempenho docente com base na percepção do estudante e, com isso, estimular a reflexão do professor sobre sua atuação, incentivando-o a avançar no seu desenvolvimento profissional.

A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é responsável pela promoção trimestral da coleta e análise de dados, bem como pela emissão de relatórios que são encaminhados ao professor, ao coordenador de curso e à Reitoria. Com base nos resultados, o Centro de Inovação Pedagógica e as coordenações desenvolvem ações relativas ao Programa de Profissionalização Docente.

As questões integrantes dessa avaliação fazem referência às competências docentes previstas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Considera-se que os resultados obtidos por meio do instrumento se revelam úteis para que os professores revisem suas práticas docentes, adotem novas estratégias, avaliem seu relacionamento com as turmas e atentem para a profissionalização permanente. Os resultados também constituem subsídio para que Reitoria, Pró-Reitorias e coordenações de cursos tenham mais elementos para gerir as atividades acadêmicas

3.17 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/Web por meio de cabo e *wi-fi*, atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por *e-mail* ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *learning management system* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os

usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços para a participação e contextualização voltados à construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme previsto nos PPCs. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Tecnologia da Informação da Univille, subordinada à Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de

informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores. Essa estrutura atende a todos os *campi* e unidades que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente. Estas oficinas ocorrem prioritariamente no início de cada período letivo, ao longo do mês de fevereiro.

2016

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação (Oferecida 2x)

Oficina: Novos dispositivos e mídias digitais como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula (Oferecida 2x)

Oficina: Vídeo Aula como Instrumento de Aprendizagem

Oficina: Produção de vídeo aula na prática

Oficina: Reflexões sobre o ensino no Ambiente Virtual de Aprendizagem na modalidade Semipresencial

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação.

2017

Palestra: Nativos Digitais na Universidade: protagonistas do processo de aprendizagem

Oficina: Fontes de Pesquisa Acadêmica: Biblioteca Virtual, EBSCO, Portal Periódicos

Oficina: Inovação pedagógica e ensino híbrido: disciplinas semipresenciais a serem ofertadas em 2017 e 2018

Curso: Formação Docente para o Ensino Semipresencial

Biblioteca Virtual da Univille:

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC, etc) disponíveis para acesso digital empregando o login no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Univille.

2018

Oficina: Enturma na prática: o ambiente virtual de aprendizagem da Univille (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018)

Oficina: Com relato de Experiência: Metodologias de Aprendizagem Ativa – Sala de Aula Invertida;

Oficina: Com Relato de Experiência: Metodologias de Aprendizagem Ativa – Aprendizagem Baseada em Projetos;

Oficina: ENTURMA e office 365 como meios de facilitar ensino-aprendizagem;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório (2 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD (2 Turmas).

2019

Oficina: Como elaborar guias didáticos para aulas on-line/semipresenciais baseadas em metodologias de aprendizagem ativa;

Oficina: Mão na Massa: Produzindo videoaula na Univille (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018_

Oficina: Técnicas para Gravações de videoaula;

Oficina: Metodologias de Aprendizagem Ativa - Design Thinking;

Oficina: Guias didáticos para aulas semipresenciais: como trabalhar com o conceito de “práticas inovadoras” sugerido pelo “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (SINAES-INEP/MEC);

Oficina: Metodologias de Aprendizagem Ativa (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018)

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório (2 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Híbrido.

2020 – 1º semestre

Oficina: Como preparar e ministrar aulas ao vivo (Oferecida 2x);

Oficina: Ambientes de Aprendizagem e Recursos Institucionais;

Oficina: Utilização do Google Drive com ferramenta em disciplinas presenciais do Ensino Superior (Oferecida 2x);

Oficina: Utilizando as ferramentas de ENTURMA para a organização de aulas;

Oficina: Mitos e verdades de uma boa aula EaD (Oferecida 2x);

Oficina: Utilização do Crowdsourcing como ferramenta de Metodologia Ativa;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Híbrido.

Workshop: “Boas Práticas de Aprendizagem Virtual” – ofertado 20 horas sobre a virtualização de aulas. Encontros online semanais.

Biblioteca Virtual da Univille

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC etc.), disponíveis para acesso digital empregando o *login* no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade.

A Univille também possui assinatura das bases EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos Capes, nos quais podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Letras os docentes utilizam grande parte dos recursos de TICs, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino. Um desses recursos utilizados é o Disco Virtual que permite o compartilhamento de arquivos entre docentes e discentes, recados dos professores, fórum de discussões, sistema de avaliação, enquetes, mural, conselho e diários de classe.

3.18 Ambiente Virtual de Aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/Web por meio de cabo e *wi-fi*, atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por *e-mail* ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *learning management system* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina

em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços para a participação e contextualização voltados à construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme previsto nos PPCs. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Tecnologia da Informação da Univille, subordinada à Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores. Essa estrutura atende a todos os *campi* e unidades que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente. Estas oficinas ocorrem prioritariamente no início de cada período letivo, ao longo do mês de fevereiro.

2016

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação (Oferecida 2x)

Oficina: Novos dispositivos e mídias digitais como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula (Oferecida 2x)

Oficina: Vídeo Aula como Instrumento de Aprendizagem

Oficina: Produção de vídeo aula na prática

Oficina: Reflexões sobre o ensino no Ambiente Virtual de Aprendizagem na modalidade Semipresencial

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação.

2017

Palestra: Nativos Digitais na Universidade: protagonistas do processo de aprendizagem

Oficina: Fontes de Pesquisa Acadêmica: Biblioteca Virtual, EBSCO, Portal Periódicos

Oficina: Inovação pedagógica e ensino híbrido: disciplinas semipresenciais a serem ofertadas em 2017 e 2018

Curso: Formação Docente para o Ensino Semipresencial

Biblioteca Virtual da Univille:

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC, etc) disponíveis para acesso digital empregando o login no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Univille.

2018

Oficina: Enturma na prática: o ambiente virtual de aprendizagem da Univille (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018)

Oficina: Com relato de Experiência: Metodologias de Aprendizagem Ativa – Sala de Aula Invertida;

Oficina: Com Relato de Experiência: Metodologias de Aprendizagem Ativa – Aprendizagem Baseada em Projetos;

Oficina: ENTURMA e office 365 como meios de facilitar ensino-aprendizagem;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório (2 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD (2 Turmas).

2019

Oficina: Como elaborar guias didáticos para aulas on-line/semipresenciais baseadas em metodologias de aprendizagem ativa;

Oficina: Mão na Massa: Produzindo videoaula na Univille (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018_

Oficina: Técnicas para Gravações de videoaula;

Oficina: Metodologias de Aprendizagem Ativa - Design Thinking;

Oficina: Guias didáticos para aulas semipresenciais: como trabalhar com o conceito de “práticas inovadoras” sugerido pelo “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (SINAES-INEP/MEC);

Oficina: Metodologias de Aprendizagem Ativa (Oferecida 2x – Fevereiro e Julho/2018)

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório (2 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD (3 Turmas);

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Híbrido.

2020 – 1º semestre

Oficina: Como preparar e ministrar aulas ao vivo (Oferecida 2x);

Oficina: Ambientes de Aprendizagem e Recursos Institucionais;

Oficina: Utilização do Google Drive com ferramenta em disciplinas presenciais do Ensino Superior (Oferecida 2x);

Oficina: Utilizando as ferramentas de ENTURMA para a organização de aulas;

Oficina: Mitos e verdades de uma boa aula EaD (Oferecida 2x);

Oficina: Utilização do Crowdsourcing como ferramenta de Metodologia Ativa;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Estágio Probatório;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Semipresencial;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modalidade de Ensino EaD;

Curso: Formação Profissionalizante Docente Continuada Modelo de Ensino Híbrido.

Workshop: “Boas Práticas de Aprendizagem Virtual” – ofertado 20 horas sobre a virtualização de aulas. Encontros online semanais.

Biblioteca Virtual da Univille

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC etc.), disponíveis para acesso digital empregando o *login* no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade.

A Univille também possui assinatura das bases EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos Capes, nos quais podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Engenharia Mecânica os docentes utilizam grande parte dos recursos de TICs, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino. Um desses recursos utilizados é o Disco Virtual que permite o compartilhamento de arquivos entre docentes e discentes, recados dos professores, fórum de discussões, sistema de avaliação, enquetes, mural, conselho e diários de classe.

3.19 Material didático

Nas disciplinas ofertadas na modalidade a distância há produção de material didático-pedagógico, que internamente são denominados Roteiro da Disciplina, que é composto pelas atividades e ações das cinco semanas de cada disciplina. Para o desenvolvimento de tal roteiro da disciplina, é disponibilizado para os professores o acesso ao Sagah, que é um banco de unidades de aprendizagem, que serão selecionadas pelo professor conteudista da disciplina para a composição de semana a semana. Em todas as situações, é o próprio o professor que desenvolve tais roteiros, sempre com a assessoria da Equipe da Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD). Tal Unidade conta com equipe de professores e técnicos com formação de graduação e pós-graduação em cursos que possuem relação com o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação. A equipe conta com o seguinte quadro:

1) Função: Analista de Suporte Pleno

Descrição de algumas atividades: Supervisionar a manutenção corretiva e/ou preventiva em máquinas e sistemas implantados; Prestar suporte na solução de problemas, relativos à utilização, à adequação de sistemas e ambientes da área de informática; Prestar capacitação de usuários no uso de sistemas e ambientes da área de informática; Dar suporte e apoio na definição de compras de *software* ou *hardware*, quanto a parte técnica e operacional; Analisar e mapear processos;

Apoiar na busca por novas tecnologias para o ambiente da informação da universidade;

2) Função: Analista Serviços Educacionais Júnior

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

3) Função: Analista Serviços Educacionais Júnior

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);

4) Função: Assistente de Produção Audiovisual

Descrição de algumas atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

5) Função: Designer Júnior

Descrição de algumas atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); Análise e testes de usabilidade do AVA;

6) Função na UNEaD: Coordenador UNEaD

Atividades: Coordenação dos projetos da UNEaD, desenho de estratégias de ensino e análise do mercado.

7) Função na UNEaD: Analista de Ensino Pleno

Atividades: Gestão dos pagamentos dos professores contratos; acompanhamento dos polos próprios e terceiro; atendimento à estudantes, polos e tutores, capacitação aos tutores e secretaria dos polos; apoio à gestão dos novos estudantes.

8) Função na UNEaD: Analista de Serviços de Ensino Pleno

Atividades: Apoio pedagógico na elaboração de projetos; Suporte aos coordenadores de curso, professores e tutores; Atendimento de estudantes e polos; Apoio às equipes UnEaD e CAA, nas atividades relacionadas ao Blackboard, Avalia e Lyceum; Suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, a interação entre discentes, docentes e tutores, servindo para orientar o aprendizado, proporcionando suporte para a compreensão e apreensão dos conteúdos, além de criar espaços voltados à participação e contextualização da construção do conhecimento.

Além disso, os materiais-didáticos guardam significativa preocupação com a acessibilidade. Alguns dos materiais possuem legendas que auxiliam estudantes acometidos por alguma deficiência auditiva. Igualmente, tutores e professores da Instituição, sempre no início de cada ano letivo, recebem da UnEaD e/ou da Coordenação de seus Cursos, uma listagem contendo os nomes e as

classificações dos tipos de deficiência que acometem estudantes integrantes das turmas nas quais eles realizarão mediação pedagógica. Com isso, podem dimensionar as reais necessidades de materiais didáticos especiais, desenvolvidos em sintonia com o perfil dos estudantes de cada turma.

De outra forma, os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes, professores, tutores e técnicos administrativos, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU e BVU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como textos, vídeos, *podcast*, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPCs. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o planejamento de curso elaborado anualmente pelo professor para cada disciplina que leciona. Tal planejamento e as atividades que nele foram previstas são aprovados pelos coordenadores de curso.

3.20 Número de Vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão,

levando em conta os valores institucionais (PDI 2017-2021, p. 19 e Estatuto da Univille, capítulo II, art 13).

O PEI é um dos macroprocessos que consta da Política de Gestão institucional, conforme o PDI (PDI 2017-2021 p.115). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a Gestão Integrada do Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão de Pessoas; Gestão Financeira e de Investimentos; Gestão da Infraestrutura e a Gestão da Comunicação Organizacional.

A Política e seus macroprocessos leva em conta as seguintes diretrizes: Integração da Gestão com o ensino, a pesquisa e a extensão; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Representatividade e Participação; Qualidade; Transparência; Atendimento a Demandas Sociais; Acompanhamento; Legalidade; Sustentabilidade; Viabilidade.

A Política de Gestão Institucional prevê o monitoramento da execução do que foi planejado e proporciona um feedback sobre o alinhamento do que está sendo executado em relação à estratégia e ao alcance dos objetivos e metas. Esse monitoramento e feedback permitem que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou, ainda, sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante das mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme art. 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação cuja execução é objeto de análise contínua levando em conta aspectos externos como a demanda da sociedade em relação à formação a ser oferecida, evolução de matrículas da educação básica, evolução da concorrência, legislação e oportunidades identificadas pela IES, bem como aspectos internos como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico etc.), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Neste contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, comissão de criação do curso e

coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas acima e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e infraestrutura física. Além disso, estes estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas junto à comunidade acadêmica relacionadas à infraestrutura e serviços e avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada junto aos egressos.

Como procedimentos e instrumentos de pesquisa, é possível citar:

a - ferramenta do "mercadoedu" onde, de forma sistemática, fazemos consultas sobre a evolução das matrículas em outras IES e em outras regiões;

b – acompanhamento anual da evolução das matrículas da educação básica, principalmente no que se refere aos concluintes do ensino médio;

c - acompanhamento do desempenho da concorrência no que se refere aos indicadores do SINAES;

d - pesquisa do ingressante, feita semestralmente, que apresenta uma pergunta pedindo sugestão de cursos e identificando o perfil do nosso ingressante.

Além disso, a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

É feito o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade e essa análise é levada em consideração no momento da decisão de oferta do curso e das vagas a serem oferecidas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são levadas em consideração as vivências da equipe de atendimento com o contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando, dessa forma, entender as necessidades do mercado.

Atualmente, o curso de Letras oferece 44 vagas anuais por meio de vestibular e processos seletivos. Até 2016, ao chegar na 2ª série, o estudante poderia optar entre cursar Letras – Língua Portuguesa ou Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Contudo, Letras – Língua Portuguesa não foi mais ofertada no Vestibular de 2015 (com ingresso previsto em 2016) dado o baixo número de estudantes que optava por esta habilitação. O curso conta com 17 professores com a seguinte titulação: Especialistas: 2; Mestres: 7 ; Doutores: 8, totalizando 88% dos docentes com pós-graduação stricto sensu. O curso conta com uma infraestrutura que contempla os seguintes laboratórios: LAPPE (Laboratório de Práticas Pedagógicas,

Laboratório de Informática – A-111 e Sala de Metodologias Ativas). O curso conta com 7 salas de aula com projetor multimídia, computador, rede wi-fi, mesas, cadeiras. Conta ainda com o acervo bibliográfico composto pelo acervo físico da Biblioteca Universitária e o acervo digital da MinhaBiblioteca disponibilizado por meio do ambiente virtual de aprendizagem acessível a estudantes e docentes.

A avaliação do desempenho docente é realizada na Univille desde 1992 e em sua última edição, em 2018, apurou que 89,5% dos estudantes de Letras consideram como ótimo/bom a competência técnico-científica, 85,5% consideram como ótimo/bom a competência pedagógica, 90% consideram como ótimo/bom a competência relacional e 92% como ótimo/bom a competência organizacional. É também realizada periodicamente uma pesquisa sobre a empregabilidade dos egressos que, em sua última edição, em 2017, foi questionado o quanto que o curso de Letras colaborou para a sua situação profissional e 73,4% dos egressos consideraram como muito bom/bom.

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo caracteriza a gestão do curso e os profissionais de Educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

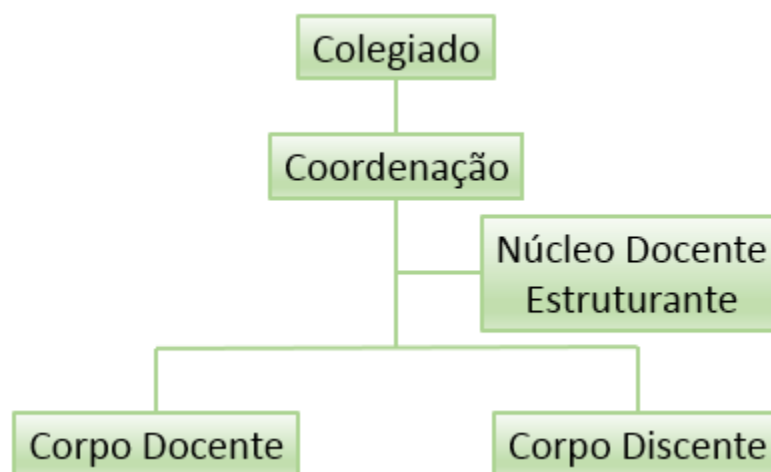
4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo composto por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante: órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 21), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 21 – Estrutura organizacional do curso



4.2 Colegiado do curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico-científicos, didático-pedagógicos e administrativos-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais (art. 19 do Estatuto da Univille e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille).

O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os docentes em atuação em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;
- II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;
- III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;
- IV - representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo Coordenador do Curso. As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo Coordenador de Curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo Coordenador do Curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata. O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da Coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores. O desenvolvimento destas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do Software de Gestão Business Intelligence da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente. A coordenação é exercida por professora com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, sendo que os itens deste plano de ação a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelas docentes do NDE; as ações do plano se desdobram, em alguns casos, na necessidade de convocação de reuniões do colegiado do curso composto não apenas pelos professores, mas, também, pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar a presença da representação dos estudantes comprovada pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

A coordenadora do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade onde assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação deste Conselho, sendo que estas reuniões ocorrem mensalmente e são

comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para discutir assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (Comitês de áreas) onde são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação são discutidas, sendo que essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas à profissionalização da gestão da Universidade. Dentro desta programação são abordados temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição. Por fim, outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feita pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisarem o resultado da avaliação e realizarem uma reunião de feedback com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato desta reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de feedback que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do Coordenador do Curso é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação, é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua da avaliação feita em cada ciclo avaliativo. Para isso, o plano de ação do NDE define estratégias que envolvem a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e a elaboração de projetos interdisciplinares para melhoria da qualidade de ensino. Todas estas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas neste processo e, também, com o colegiado.

Para fins didáticos, a Política de Gestão da Univille, que integra o PDI, encontra-se dividida em macroprocessos. Um deles diz respeito à Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão que traz em seu escopo a gestão do Projeto Pedagógico do Curso e que tem como insumos dados para análise do cenário interno e externo à instituição. As Políticas Institucionais são entendidas como diretrizes a serem seguidas e integradas ao PP do curso.

O PDI aponta diretrizes para a gestão de:

- Relacionamento com os estudantes;

- Acompanhamento dos egressos;
- Didático-pedagógica e acadêmico-científica;
- Pessoas;
- Administrativo-financeira e,
- Processos de Avaliação.

Tais ações resultam em dados importantes para que se possa fazer a gestão do curso, de forma global.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do Curso de Letras da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

4.5 Equipe multidisciplinar

A Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD) conta com uma equipe de trabalho multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de nível superior, com formações de graduação e pós-graduação nas seguintes áreas de conhecimento: Educação-licenciatura (História, Letras, Pedagogia), Sociais

Aplicadas (Design Programação Visual; Design Animação Digital), Socioeconômicas (Administração, Ciências Contábeis).

Trata-se de uma equipe integrada por aproximadamente dez funcionários (docentes e técnicos), que se encarregam da assessoria pedagógica a discentes, docentes e coordenadores de curso, da concepção, produção e disseminação do uso pedagógico de tecnologias digitais na Univille, da validação dos materiais didáticos digitais utilizados nas aulas semipresenciais e EaD da Univille e do fortalecimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem para serem desenvolvidas no transcurso das aulas dos diferentes cursos mantidos pela Instituição.

O quadro com todas as informações da equipe consta no item 3.20.

Um dos pontos a ser destacado é que tal equipe atua segundo um Plano de Trabalho, com duração inicial de cinco anos, o qual, por sua vez, vincula-se Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille. O referido Plano encontra-se em fase de implementação desde 2016 e suas etapas encontram-se organizadas sob o formato de Planos de Ação, com ações, metas e cronograma especificamente pensados para cada uma de suas etapas.

4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

A interação entre os tutores e os docentes ocorre de forma direta, pois esses dois atores estão à disposição dos alunos, fisicamente, no espaço da Unidade de Educação a Distância, no horário das aulas. Corrobora para a interação entre tutores e professores o planejamento prévio das aulas, o que permite um alinhamento das ações pedagógicas. O coordenador do curso tem interação direta com o professor e dialoga com os tutores por meio da coordenação da Unidade de Ensino a Distância.

4.5 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho.

Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares: docentes em cursos superiores, responsáveis por disciplinas;
- Docentes adjuntos: docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição;
- Preceptores: profissionais médicos que atuam com os alunos em internato, na construção de conhecimentos específicos da sua área;
- Tutores: profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais;
- Instrutores/professores de cursos livres: profissionais contratados para atribuições de instrução/docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo indeterminado.

A instituição também pode efetuar contratações de:

- Docentes visitantes: aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode se dar por prazo determinado ou indeterminado;
- Docentes temporários: docentes contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula;

- Professores de cursos livres temporários: profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

4.6 Corpo de tutores do curso

A tutoria na modalidade semipresencial tem sido realizada nas disciplinas que mantêm a integralidade de sua carga horária na modalidade EAD.

A tutoria segue o Modelo Institucional Semipresencial desenvolvido pela Unidade de Educação a Distância. As turmas que apresentam aproximadamente 70 (setenta) alunos matriculados recebem o apoio de um tutor para o desenvolvimento das aulas. É importante ressaltar que, desde o ano de implantação do semipresencial na Univille (2017), apenas uma turma ultrapassou o número de 70 estudantes. Todas as demais que possuem tutor ficaram abaixo desse número.

Ainda nesse sentido, cumpre dizer que na Univille o tutor vem atuando na disciplina de Metodologia da Pesquisa (72 h/a), pois a totalidade de sua carga horária é semipresencial. Já em outras, em que apenas parte da carga horária da disciplina é semipresencial (por exemplo, 25% e 50%), o professor é responsável pela integralidade da disciplina, ou seja, ele também assume a função de tutor.

Os tutores são selecionados e contratados considerando as regulamentações institucionais e os requisitos mínimos previstos pelo Sinaes. A Univille possui três tutores em atuação e todos têm formação de graduação e pós-graduação condizente com a sua área de trabalho pedagógico, conforme demonstrado a seguir:

1) Nome completo: Fabiana Ramos da Cruz Cardozo

Data de admissão: 20/2/2017

Função: Tutor I

Formação: Mestrado em Educação

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais.

2) Nome completo: Aislan Denis Leite

Data de admissão: 20/2/2017

Função: Tutor I

Formação: Bacharel em Comércio Exterior

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais.

3) Nome completo: Fabio Luiz Quandt

Admissão: 02/09/2019

Função: Tutor I

Formação:

Graduação Ciências Biológicas - Licenciatura UNIVILLE C 2008. Mestrado Saúde Coletiva UFSC C 2013. Doutorado Saúde Coletiva UFSC C 2015.

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos à distância e semipresenciais.

Além disso, conforme disposto na Resolução n.º 04/16/Consun da Univille, os tutores participam de um curso de formação com o total de 40 horas, antes de iniciar sua atuação. Tal curso é oferecido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille (CIP), no âmbito do Programa de Profissionalização Docente da Univille. Conforme exigência daquela resolução, esses profissionais também participam de uma formação continuada (em serviço) de, no mínimo, 20 horas a cada dois anos. Igualmente, nos meses de fevereiro e julho de cada ano, os tutores podem se inscrever e participar da Semana de Formação Docente coordenada pelo CIP. Esse momento é uma oportunidade para a troca de experiências e aperfeiçoamento dos tutores da Univille.

Este capítulo discorreu sobre o corpo docente e tutorial do curso. Inicialmente foi caracterizada a gestão do curso, que, conforme as regulamentações institucionais, prevê o Colegiado, a coordenação e o Núcleo Docente Estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento do curso após a sua autorização.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas a o desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O Quadro 11 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 11 – Infraestrutura física Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
<i>Campus Joinville</i> Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	163.802,30	53.084,34
<i>Campus Joinville:</i> Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
<i>Campus Joinville:</i> Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	1.790,69
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
<i>Campus São Bento do Sul</i> Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	7.660,56
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	57.200,32	2.491,50
Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	626,75
Cepa Vila da Glória Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Ilha da Rita Baía da Babitonga	47.564,33	163,80

Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
Campus Joinville:	142.990,45	9.255,18
Terreno A – Complexo/Inovaparq		
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	667.993,50	79.226,89

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

5.1 Campus Joinville

O *Campus Joinville*, é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus Joinville* são caracterizados a seguir.

a) Salas de aula: o *Campus Joinville* dispõe de 167 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O Quadro 12 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 12 – Salas de aula do *Campus Joinville*

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	34
Entre 50 e 59 m ²	27
Entre 60 e 69 m ²	34
Entre 70 e 79 m ²	45
Entre 80 e 89 m ²	05
Entre 90 e 101 m ²	22
Total	167

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

b) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de curso varia de 60 m² a 250 m², totalizando cerca de 1.530 m². A Instituição vem promovendo a implantação de áreas em que as coordenações de cursos compartilhem a estrutura física com vistas a favorecer a integração administrativa, acadêmica e didático-pedagógica.

c) Áreas de uso comum: o *Campus* Joinville conta com áreas de uso comum, conforme Quadro 13.

Quadro 13 – Áreas de uso comum no *Campus* Joinville

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.338,11
Bloco Administrativo	1.429,16
Auditório Bloco Administrativo	376,05
Anfiteatro Bloco C	102,62
Anfiteatro Bloco A	97,63
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco C	95,80
Centro de Cópias Bloco D	49,00
Centro de Cópias Bloco E	39,50
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	49,00
Lanchonete Bloco C	15,00
Lanchonete Bloco D	47,60
Lanchonete Bloco E	32,41
Área de Exposição Cultural Bloco A	143
Área de Exposição Cultural Biblioteca Universitária	115,76
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	850,48
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.587,82
Ginásio-Escola	1.995,83
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	836,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	648,00
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,94
Almoxarifado central	366,20
Complexo esportivo	6.046,52

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, neste caso eles têm à disposição espaços de trabalho específico em salas que ficam

no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala do Bloco A 307 – 86 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

- Sala do Bloco D-122 – 72,8 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão, estes contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores TI que atuam em extensão têm mesas de trabalhos nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os professores que não são de tempo integral contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille. No caso do curso de Licenciatura em Letras, esse espaço encontra-se no Bloco A (sala 215). A sala é climatizada, conta com escaninhos e com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos. Neste mesmo espaço há sala de reuniões com mesa para 8 lugares e há pontos de acesso à Internet e à rede de computadores da IES. As 2 cabines são equipadas com mesa com 4 cadeiras, climatizada e com ponto de acesso à Internet e à rede da IES. A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio-técnico-administrativo próprio e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

Todos esses espaços, que possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, foram projetados para atender às necessidades institucionais. Em cada uma dessas salas há um local que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa guardar materiais e equipamentos pessoais com segurança.

5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à Internet e à rede de computadores da IES para

acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora, material de expediente disponível e linha telefônica. Esta estação de trabalho se encontra na sala de coordenadores da área de Ciências Humanas e Biológicas, que fica no bloco A sala 215 (com 149,30 m²). Todo o ambiente é climatizado, dando totais condições de trabalho. Os cursos têm apoio contínuo de uma assistente administrativa e uma auxiliar de serviços administrativos.

A coordenação dispõe de uma área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo que conta com sala de arquivos, balcão de atendimento e estações de trabalho para os funcionários. Cada estação de trabalho é composta por mesa, cadeira, microcomputador com acesso à internet e à rede de computadores da Instituição por meio da qual há acesso aos sistemas acadêmicos, linha telefônica, impressora/copiadora. O ambiente situa-se no bloco A (sala 215), que dispõe de uma área total de 149,30m² e é contíguo às salas de atendimento, salas de professores e sala de coordenadores de cursos.

Todo este espaço foi projetado para atender as necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos adequados. Na Coordenação há espaços para se fazer atendimentos em grupo ou individual dos estudantes com privacidade.

5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

A sala dos professores para o curso dispõe de terminais de computadores com acesso à internet e impressora, mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

O CHB é o espaço de integração entre todos os cursos de licenciatura e Pedagogia da Univille, com exceção de Educação Física, que tem um espaço próprio. No CHB também estão integrados o Bacharelado em Ciências Biológicas e a Coordenação do NPI (Núcleo Pedagógico Integrador). Nos 230 m² há as seguintes divisões: uma sala de reuniões; uma sala para os professores; duas salas de estudos; uma sala para o almoxarifado; um espaço para recepção, onde ficam a assistente e a auxiliar administrativa dos cursos de licenciatura.

A sala dos professores para o curso dispõe de 1 computador com acesso à Internet e impressora e mesas para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala dos professores do Curso de Letras fica no Bloco A, sala A215. A sala é climatizada, conta com escaninhos e com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos. Neste mesmo espaço há sala de reuniões com mesa para 8 lugares e há pontos de acesso à Internet e à rede de computadores da IES. As 2 cabines são equipadas com mesa com 4 cadeiras, climatizada e com ponto de acesso à Internet e à rede da IES. A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio-técnico-administrativo próprio e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

5.5 Salas de aula

5.5.1 Campus Joinville

Cada série do curso de Licenciatura em Letras conta com uma sala de aula disponível para as disciplinas que não exigem aulas práticas em laboratório, além de sala de Metodologias Ativas e do Laboratório de Informática (A-111). Todas as salas de aula são equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro para giz ou caneta. As salas, bem como todo o *campus*, possuem acesso à internet via rede sem fio.

Todas as salas de aula são climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e acesso à internet.

As dimensões das salas contemplam o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo às necessidades institucionais, com manutenção e limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Além da manutenção periódica, há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto, tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, estão à disposição dos professores dois e três laboratórios (Bloco B sala 105, Bloco E2 sala 214 e Bloco I Sala 403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender.

Além disso a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

- a) Trilhas: Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille. Esse espaço pode ser utilizado por todos os cursos da Instituição;
- b) Fora do *campus*, os professores podem marcar aulas de campo:
 - 1) no Cepa Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;
 - 2) no Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul;
 - 3) na Unidade São Francisco do Sul, Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – São Francisco do Sul. Nesse espaço há um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baía da Babitonga.

Em 2019 o curso utiliza as seguintes salas com as respectivas capacidades (entre parênteses): salas 212 (33), 211 (37), 203 (34), 301 (37), 213 (38) e 210 (32), do Bloco A.

O curso de Letras tem a sua disposição 6 salas de aulas, além do Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE), de sala de Metodologias Ativas e do Laboratório de Informática (A-111). Todas as salas de aula apresentam sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro que pode ser para giz ou caneta. As salas, bem como todo o campus, possuem acesso à Internet via rede sem fio.

5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Campus Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

- Laboratório de Informática C-114 com 41 computadores – 81 m²
- Laboratório de Informática C-115 com 41 computadores - 81 m²
- Laboratório de Informática C-116 com 41 computadores - 81 m²

Todos os laboratórios têm os seguintes softwares: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; Invesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15. Para utilização desses laboratórios pelos professores e estudantes, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores, devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um e-ticket.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da coordenação de curso ou utilizar os computadores disponibilizados na Biblioteca Central, no *Campus* Joinville, que totalizam 46 computadores, sendo dois deles com acessibilidade física para deficientes visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

Todas as máquinas citadas acima possuem o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados. Além destes computadores, na biblioteca há mais 20 máquinas usadas apenas para consulta ao sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso à Internet por cabo e para além disso há acesso à Internet por wi-fi no campus. A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) possui computadores com softwares específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação sendo que duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: Suporte aos usuários e Rotinas de manutenção. Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema Help Desk. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento. Quando o que foi solicitado não está no escopo para ser resolvido pela triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI através do sistema Help Desk, que terá o compromisso em resolver o que foi solicitado. Para a rotina de manutenção, o planejamento e execução são feitos pela equipe de técnicos e auxiliares de manutenção que determinam e organizam o cronograma para as preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema Help Desk ou, também, por chamado feito por telefone e ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes onde há equipamentos backup para suprir a necessidade de troca rápida.

A TI na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Nesse sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação fazem parte do planejamento contínuo, com necessidade de previsão orçamentária. O *wireless* está instalado em todos os *campi* e unidades nas modalidades *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos *campi* e unidades que atendem no seu período de maior consumo (noturno), com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 foi realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Busca-se prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os *campi* e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e

desempenho adequado. Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da Instituição. Essa conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, assim como obter acesso ao sistema acadêmico *on-line* e à plataforma Microsoft Office 365, em que o aluno também tem direito a um *e-mail* institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o *datacenter* da Sercompe, localizada em Joinville, próximo à Univille, o que viabilizou a conexão através de um *link* de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI), bem como o cumprimento de requisitos legais.

A atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão ou fizer correções, para atender a uma nova legislação, ou então, outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe de Tecnologia da Informação, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas wi-fi que demandam atualização e manutenção. Para manter esta infraestrutura em funcionamento, a TI conta com uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos Campi e Unidades.

A atualização de hardware deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, deve-se levar em conta o período de garantia, depreciação e condições de uso. Já para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Neste processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: idade do equipamento; capacidade de processamento para demanda atual; capacidade de processamento

para demanda futura; estabilidade do equipamento; qualidade de uso; frequência de reparos e aderência aos requisitos de software.

Com base no diagnóstico que tem de ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille precisa ser orientada segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entre tais tipos, já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferencia pela sua função:

- **Manutenção corretiva** – na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema *help desk* uma solicitação de reparo descrevendo o problema. Após esse registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado à equipe responsável, que tem de providenciar o reparo ou a troca do equipamento;
- **Manutenção preditiva** – esse tipo de manutenção deve ser feito nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e pela especificação técnica. Sendo assim, é possível listar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia, como geradores, *no-break*, climatização, *switch*, servidores e outros indicados no plano de manutenção;
- **Manutenção preventiva** – esse procedimento deve ser realizado em períodos em que há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo em épocas de recesso, férias ou entre turnos.

5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão complementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais: Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville; Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul; Biblioteca da Unidade Centro – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema *Pergamum* com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta, salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- duas salas de DVD;
- quatro cabines para estudo individual;
- 12 cabines para estudo em grupo;
- ambientes para pesquisa/estudo;
- 46 computadores com acesso à internet para pesquisa e digitação de trabalhos;
- uma sala do Memorial da Univille;
- uma sala da Gestão Documental da Univille;
- uma sala do projeto de extensão Abrindo as Portas da Nossa Universidade: a Inserção do Aluno do Ensino Médio no Universo Acadêmico;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);

- um espaço do UniCo – Univille Coworking.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 9.

Quadro 9 – Horário de funcionamento das bibliotecas Univille

Biblioteca	Horário
Biblioteca <i>Campus</i> Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Biblioteca <i>Campus</i> São Bento do Sul	De segunda a sexta-feira, das 7h15 às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h
Biblioteca Unidade São Francisco do Sul	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 21h30
Biblioteca Unidade Centro Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h
Biblioteca Infantojuvenil Colégio Univille	De segunda a sexta-feira, das 7h45 às 12h e das 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do Hospital Municipal São José	De segunda a sexta-feira, das 10h às 19h
Biblioteca Centro de Estudos do Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria	De segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 15 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 10 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	4
Assistente de serviços de biblioteca	5
Auxiliar de serviços de biblioteca I	11
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1
Auxiliar de serviços da biblioteca infantojuvenil	1

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

5.7.2 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 16 e 17:

Quadro 11 – Acervo de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	13.353	18.982
100 – Filosofia/Psicologia	4.533	6.966
200 – Religião	924	1.152
300 – Ciências Sociais	31.150	54.279
400 – Linguística/Língua	3.267	5.782
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.850	11.237
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	17.881	33.892
700 – Artes	5.750	9.999
800 – Literatura	13.615	16.972
900 – Geografia e História	5.813	8.812

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

Quadro 12 – Acervo de periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	202	9.710
100 – Filosofia/Psicologia	85	1.011
200 – Religião	14	258
300 – Ciências Sociais	1.389	33.004
400 – Linguística/Língua	65	1.028
500 – Ciências Naturais/Matemática	201	4.217
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	1.181	34.470
700 – Artes	209	3.668
800 – Literatura	51	721
900 – Geografia e História	107	2.515

Fonte: PDI 2017-2021 (UNIVILLE, 2019)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O Sibiville, por intermédio dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

- **Empréstimo domiciliar:** os usuários podem pegar emprestado o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme Regulamento do Sibiville;
- **Empréstimo interbibliotecário:** empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;
- **Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes:** ocorrem tanto nos terminais de consulta das Bibliotecas quanto via internet pelo *site* www.univille.br/biblioteca;
- **Programa de Comutação Bibliográfica – Comut:** permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;
- **Levantamento bibliográfico:** serviço de pesquisa por intermédio de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários por correio eletrônico;
- **Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual:** por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso das bases de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal Capes, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanados as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;
- **Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap):** por meio desse serviço, é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais editados pelas instituições que fazem parte da Rede Pergamum;

- **Elaboração de ficha catalográfica:** ocorre para as publicações da Editora Univille e para as dissertações e teses dos alunos da Univille;
- **Treinamento aos calouros:** acontece a cada início de semestre e é ministrado pela bibliotecária de referência, que explana sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema Pergamum, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas.

5.7.4 Acesso a bases de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficas, permitindo que estudantes, professores e técnicos administrativos tenham acesso a publicações técnico-científicas. A seguir são caracterizadas as bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas da Univille.

- **EBSCO:** a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base Academic Search Premier. No ano seguinte, mais uma vez o conteúdo da base foi ampliado, e desde então a Univille conta com a base multidisciplinar Academic Search Complete. São 13.600 títulos de periódicos estrangeiros, dos quais 8.800 têm textos na íntegra;
- **Medline Complete:** dentro da EBSCO a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.500 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;
- **DynaMed:** dentro da EBSCO, essa é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;
- **Portal Capes:** convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts;
- **RT – Revista dos Tribunais *on-line*:** oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral.

5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca

A plataforma de *e-books* conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

5.7.6 Acervo específico do curso

Está disponível para o curso de Bacharelado em Letras títulos de referências, e um total de 5768 exemplares. Os periódicos referentes à área de Letras estão disponíveis em duas bases de dados assinadas pela Univille. São títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e disponíveis na Base de Dados EBSCO.

Alguns dos periódicos da área disponíveis na Univille são:

1. Cadernos de Pós-Graduação em Comunicação (ISSN 1518-9058);
2. Revista Letras (ISSN 66 0100-0888);
3. Trabalhos em Linguística Aplicada (ISSN 0103-1813);
4. Cadernos de Estudos Linguísticos (ISSN 0102-5767);
5. Estudos Linguísticos e Literários (ISSN 0102-5465 20);
6. Hífen (ISSN 35 0103-1155);
7. Linguagem em Discurso (ISSN 1518-7632);
8. Uniletras (ISSN 25 0101-8698);
9. Estudos Anglo-Americanos (ISSN 0102-4906);
10. Língua Portuguesa (ISSN 1808-3498 51);
11. Asas da Palavra (ISSN 1415-7950 13);
12. Letras (Campinas-SP) (ISSN 0102-0250);
13. Revista de Letras (ISSN 0101-8051);
14. Trama: Revista do Curso de Letras (Cascavel, PR) (ISSN 14 1807-5711);
15. Literatura: Revista do Escritor Brasileiro (ISSN 1518-5109 24).

Total títulos / Periódicos: 15

Total títulos / Periódicos: 15

5.8 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma Comissão que faz uma análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento deste curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso; recomendações dos Conselhos Profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Esta comissão estrutura um plano de investimento, no qual são colocadas todas as necessidades de construção de espaços, modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disto, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende as exigências legais e pedagógicas e está de acordo o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática que conta com uma gerência específica. A Área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado a saber: reservas de carácter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela Coordenação do Curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião deve ser informado além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Esta solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é utilizado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Esta categoria de reserva é

usualmente feita pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela Coordenação do Curso. Os formulários preenchidos devem então ser entregues diretamente na Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por e-mail no endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

Importante frisar que mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá fazer as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprado pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos Assistentes e Técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das Pró-Reitorias e coordenação do curso, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, além do gerenciamento de resíduos laboratoriais, visando manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

Em todos os casos as prioridades são definidas avaliando-se as solicitações das coordenações, os projetos dos cursos, as recomendações das comissões avaliadoras, o PDI e o Plano de Investimentos da Universidade. Em relação aos equipamentos de laboratório a instituição mantém contratos de manutenção preventiva e corretiva com várias empresas terceirizadas, conforme a especificidade e natureza de equipamentos. A frequência destas manutenções depende da natureza dos equipamentos, porém, na maioria ocorrem duas vezes ao ano. Além das preventivas, temos previstas horas contratuais para as manutenções corretivas.

A pedido da Comissão Própria de Avaliação, a Área de Laboratórios fez um levantamento atualizado de todos os Contratos que a Instituição mantém, o que encontra-se à disposição do setor competente.

No caso da infraestrutura física, as atualizações dependem principalmente das demandas encaminhadas pela Coordenação do Curso quando há a necessidade de novos espaços, de novos laboratórios ou atualização dos já existentes.

No ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, sendo que os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou transformar-se em um projeto dentro do planejamento.

Os laboratórios de formação básica e específica atendem às necessidades do curso de acordo com o PPC, as respectivas normas de funcionamento e a utilização e segurança disponibilizadas em cada um deles. Apresentam dimensões e distribuição compatíveis com o número de alunos.

Há manutenção periódica dos equipamentos, instalações físicas e serviços de apoio técnico. O serviço de apoio técnico é realizado por técnicos da área de formação. Há recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades desenvolvidas nos laboratórios, os quais possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Há também avaliação periódica semestral quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, e os resultados são utilizados pela gestão

para planejar a melhoria da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Na sequência são listados os laboratórios de formação básica e específica.

5.8.1 Laboratórios de formação básica

Os professores também podem ministrar suas aulas nas salas de Metodologias Ativas, equipadas com móveis mais adequados ao trabalho em grupo, além de computadores e quadros brancos. Por se tratar de uma sala de aula bastante ampla, é possível a aplicação de determinadas técnicas de ensino, que poderão ser reproduzidas no espaço escolar, posteriormente. O agendamento deve ser feito junto ao CIP.

5.8.2 Laboratórios de formação específica

À disposição do curso há o Laboratório de Práticas Pedagógicas (Lappe), que é usado especialmente pelas turmas em fase de estágio ou pelos grupos de pesquisa e extensão do curso. Trata-se de um espaço que possibilita a confecção de material didático, além de aplicação de determinadas técnicas pedagógicas para posterior avaliação. A reserva do LAPPE é feita na Área de Ciências Humanas e Biológicas.

5.9 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. O CEP é um colegiado inter e transdisciplinar, com “*múnus público*”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na

legislação vigente, suas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas

O CEP desenvolve suas atividades de maneira autônoma na Univille, em conformidade com regulamentação própria. Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O CEP auxilia sempre que possível ou necessário, instituições parceiras que enviam projetos para apreciação mensalmente.

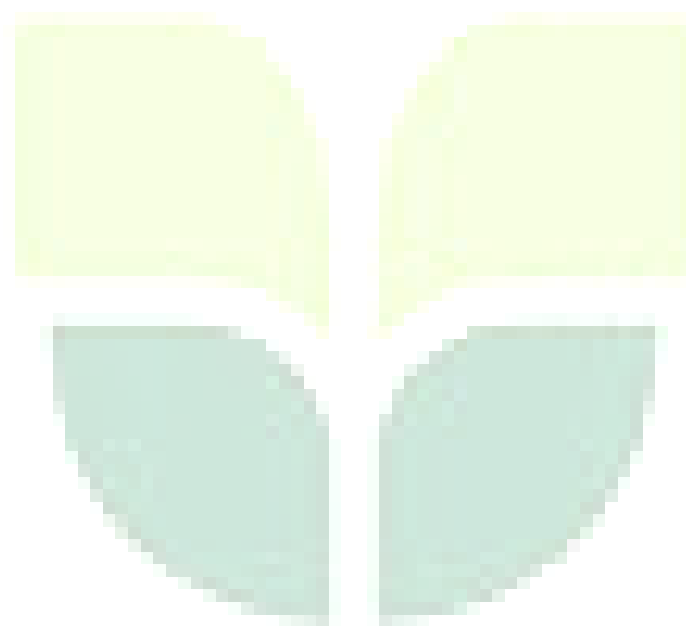
O CEP Univille está homologado desde 11/2003 na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Os projetos de pesquisa são recebidos para análise por meio da Plataforma Brasil, e por intermédio desta os pesquisadores de todo o território nacional podem salvar projetos de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a Conep pode indicar outro CEP para avaliar os documentos. Os projetos são recebidos mensalmente, em conformidade com o cronograma anual previamente estabelecido. Na sequência, eles são distribuídos aos membros do CEP para análise e emissão de parecer, que será apreciado em reunião mensal do comitê. O parecer final é registrado na Plataforma Brasil, tornando-se assim, de conhecimento do pesquisador.

Atualmente há 16 membros de várias áreas do conhecimento no CEP Univille. Em 2018 foram analisados 360 projetos de pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais (Ceua) tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o regimento interno do comitê de ética da Univille.

O Ceua é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), das resoluções dos conselhos superiores da Univille ou de quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O Ceua da Univille está homologado pelo Concea e pode prestar atendimento a instituições parceiras.



univille

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012**. Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: compromisso social e inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando Campbell Franco (organizadores). – Santos (SP): editora universitária leopoldianum, 2020. 204p. E-ISBN: 978-65-87719-07-8

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. Os saberes oriundos da escola e aqueles oriundos da cultura extraescolar: hierarquia ou complementaridade? **Saber e Educar**, Porto, n. 13, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, PAULO. **Extensão ou comunicação**. 13a edição. São Paulo: paz e terra. 2006

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville**. Resolução do Conselho de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville n.º 11/14 de 31 de julho de 2014. Joinville, 2014a.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto do Magistério Superior da Universidade da Região de Joinville**. Joinville, 2014b.

HOPER EDUCAÇÃO. **Metodologias ativas:** o que é aprendizagem baseada em projeto. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!/METODOLOGIAS-ATIVAS-O-QUE-%C3%89-APRENDIZAGEM-BASEADA-EM-PROJETO/cupd/558814630cf27a6b74588308>>.

INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO: aproximações teóricas e experiências: volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (organizadores). – Criciúma, SC: UNESC, 2019. 208p.: il.; 21 cm. ISBN: 978-85-8410-114-06

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Brasília, out. 2017. Disponível em: download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2020.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (GUIA PMBOK®. Project Management Institute). 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/09.** Define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Centro de Inovação Pedagógica da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 23 abr. 2009. Disponível em: http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/11.** Define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico da Univille. Joinville, 27 out. 2011. Disponível em: http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 10/10.** Define os objetivos e atribuições da Assessoria Internacional da Univille. Joinville, 21 out. 2010. Disponível em: http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho Universitário. **Resolução n.º 04/16**. Regulamenta a modalidade Educação a Distância e a modalidade semipresencial na Universidade da Região de Joinville. Joinville, 28 abr. 2016a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho Universitário. **Resolução n.º 09/16**. Aprova as alterações no Estatuto da Univille. Joinville, 1.º set. 2016b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (PDI)**. Joinville, 2019.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Regimento da Univille**. Joinville, 2016c.



ANEXO 1

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVILLE

Considerações Preliminares

Art. 1.º O presente regulamento apresenta a concepção de estágio e normatiza as atividades do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) dos cursos de licenciatura da Univille.

Parágrafo único. Esse documento foi elaborado de acordo com a legislação nacional vigente e as regulamentações da Instituição e deve ser seguido por todos os estudantes/estagiários de licenciatura da Univille para a conclusão do curso.

Art. 2.º Nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 11.788/2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente do trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação.

§ 1.º O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) das licenciaturas da Univille é um espaço de construção, apropriação e transformação de conhecimentos na área de formação específica.

§ 2.º O Estágio Curricular Supervisionado das licenciaturas da Univille será desenvolvido com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Univille, atendendo o disposto na Lei n.º 11.788/2008.

Art. 3.º O Estágio Curricular Supervisionado das licenciaturas da Univille tem por objetivos:

I. articular teoria e prática, estabelecendo sentido e significado na relação pessoal e profissional para a área de atuação;

II. otimizar esforços, equacionar as dificuldades e propiciar um estágio integrado entre os cursos de licenciatura da Univille e as escolas de ensino básico, campo de estágio, para oportunizar a articulação entre os momentos do saber e do fazer na formação;

III. possibilitar ao estagiário a vivência de vários modos de ser professor e da vida escolar, desde atividades de elaboração da proposta pedagógica da escola até a elaboração e o cumprimento de planos de trabalho, seguidos de atividades de elaboração de estratégias de recuperação de alunos, de planejamentos, das avaliações e de colaboração e articulação entre a escola, as famílias e a comunidade.

Art. 4.º O ECS contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso conforme projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da Univille, que preveem a capacitação para:

I. identificar-se como profissional da educação;

II. desempenhar a função de educador, fundamentado em uma sólida formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, o meio ambiente e com o ensino e a aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;

III. interferir no contexto social, por meio da proposição e implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, por intermédio do envolvimento da realidade que o cerca;

IV. utilizar de forma ética e humanística os conhecimentos científicos e recursos proporcionados pelos avanços tecnológicos;

V. planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VI. apresentar senso crítico à realidade sociocultural.

Art. 5.º A carga horária mínima do ECS nas licenciaturas é de 400 horas (480 horas/aula), conforme se evidencia nos Projetos Pedagógicos dos respectivos cursos, atendendo a legislação em vigor.

Da Supervisão e Coordenação do Estágio

Art. 6.º A supervisão geral do ECS na Univille compete à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, conforme disposto na Resolução do Conselho Universitário da Univille, que aprova as diretrizes para a regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados.

Art. 7.º A coordenação do ECS é responsabilidade dos coordenadores de e cada curso.

Art. 8.º Compete ao Coordenador do Curso:

- I. instituir a Comissão Orientadora de ECS para o período letivo vigente;
- II. coordenar e acompanhar as atividades da Comissão Orientadora de ECS;
- III. participar de reuniões para planejamento e acompanhamento das atividades de ECS;
- IV. encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino as eventuais propostas de alteração do regulamento de ECS, desde que aprovadas pelos colegiados dos respectivos cursos;
- V. supervisionar o cumprimento da legislação em vigor;
- VI. emitir cartas de apresentação para os estagiários aptos ao início das atividades nos campos de estágio;
- VII. Receber dos acadêmicos aprovados cópia do documento final do estágio com os respectivos formulários comprobatórios das etapas realizadas;
- ⋄
- VIII. responsabilizar-se pelo arquivamento dos Trabalhos de Conclusão de Estágio pelo período regulamentado em lei;
- IX. encaminhar o resultado final da avaliação do ECS à Central de Atendimento Acadêmico;

X. Prever no orçamento, os custos operacionais das atividades de estágio, em conformidade com o estudo de viabilidade econômico financeiro, previsto no projeto curso;

XI. publicar os editais referentes às atividades de estágio;

XII. receber e encaminhar à comissão de estágio os documentos referentes as atividades de Programas de Fomento para apreciação e publicação do resultado.

Da Comissão Orientadora de Estágio

Art. 9.º A Comissão Orientadora de Estágio para acompanhamento do ECS dos cursos de licenciatura da Univille será formada por professores da Instituição diretamente vinculados aos estágios.

Parágrafo único. Para ser professor orientador de estágio é necessário familiaridade e conhecimento do contexto escolar.

Art. 10. Compete à Comissão Orientadora de Estágio:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- II. elaborar o cronograma de atividades de estágio para o ano letivo vigente;
- III. estabelecer a data limite para que o estagiário entre com pedido de convalidação para dispensa de horas de estágio;
- IV. analisar e dar parecer sobre os casos de convalidação e dispensa de horas de estágio e encaminhar ao coordenador de curso;
- V. analisar, discutir e buscar soluções para os problemas de execução das atividades de ECS;

- VI. estabelecer, atendendo aos critérios determinados na resolução que institui as diretrizes para a regulamentação dos estágios, as escolas que passarão a ser denominadas campos de estágio;
- VII. mediar propostas de projetos conforme as necessidades dos campos de estágio;
- VIII. avaliar o processo de desenvolvimento do estágio para replanejamento;
- IX. definir os membros avaliadores para os seminários de conclusão do estágio;
- X. resolver casos omissos a este regulamento;
- XI. fornecer, quando necessário, propostas de alteração do presente regulamento.

Art. 11. Compete ao professor orientador de estágio:

- I. fornecer aos estagiários roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa do estágio;
- II. elaborar com os estagiários o Planejamento Anual do Estágio, fixando o cronograma para sua execução, de acordo com o edital;
- III. orientar o planejamento e a execução de cada etapa do estágio;
- IV. promover a articulação entre os estagiários e o campo de estágio;
- V. estimular os estagiários à participação em projetos de interesse educacional, cultural, social e ambiental;
- VI. supervisionar o desempenho dos estagiários no campo de estágio;
- VII. acompanhar e avaliar a execução do estágio;
- VIII. verificar a frequência dos estagiários;
- IX. avaliar o desempenho dos estagiários;
- X. elaborar os registros descritivos quanto ao desempenho do acadêmico no ECS, mantendo-os arquivados na área do curso;
- XI. orientar a elaboração do relatório parcial e do Trabalho de Conclusão de Estágio e a apresentação dos resultados, em seminário.

Do Campo do Estágio

Art. 12. Compete ao campo de estágio:

- I. firmar convênio com a Univille e termo de compromisso com o estagiário e a Univille;
- II. dar oportunidade ao estagiário para o desenvolvimento de seu projeto de estágio, contribuindo para a qualidade de sua formação pessoal e profissional;
- III. ter ciência das atividades de ECS a serem desenvolvidas pelos estagiários;
- IV. apresentar ao estagiário a estrutura organizacional do local de estágio e o Plano Político-Pedagógico da escola (PPP);
- V. fornecer informações sobre normas internas, funcionamento e calendário;
- VI. indicar professor habilitado, ou seja, devidamente licenciado, que possa acompanhar o estagiário nas atividades em sala de aula;
- VII. avaliar a atuação do estagiário por meio de formulários preestabelecidos.

Art. 13. O acompanhamento do estagiário no campo de estágio será realizado por um professor habilitado, designado para tal pelo responsável da escola como professor supervisor de estágio.

Art. 14. Compete ao professor supervisor de estágio:

- I. estar ciente da sistemática do ECS;
- II. conhecer e aprovar os projetos das atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos;
- III. supervisionar a atuação do estagiário, orientando-o no desenvolvimento do ECS;
- IV. discutir estratégias de aperfeiçoamento do ECS;
- V. controlar a frequência do estagiário;

VI. avaliar e registrar a atuação do estagiário de acordo com os formulários preestabelecidos;

VII. informar o professor orientador de ECS e/ou contato na IES, preferencialmente por escrito, ou por telefone, sobre problemas decorrentes do não cumprimento das atribuições do estagiário, bem como da ausência do estagiário.

Da Dispensa do Cumprimento de Horas de Estágio

Art. 15. O estagiário poderá dispensar no máximo 200 horas, segundo a legislação em vigor, desde que comprove ter ministrado aulas na disciplina durante dois anos letivos completos, considerando-se os últimos cinco anos.

Parágrafo único. A regência não poderá ser dispensada.

Art. 16. Para solicitar a dispensa o estagiário deverá dirigir-se à Secretaria Acadêmica, preencher requerimento e apresentar os seguintes documentos:

I cópia do contrato com a escola ou equivalente;

II parecer do campo de estágio sobre a atuação do docente.

Parágrafo único. O prazo para solicitação da dispensa deverá ser rigorosamente respeitado, conforme calendário acadêmico da Univille.

Do Desenvolvimento do ECS

Art. 17. O acadêmico deverá realizar as seguintes etapas de estágio:

I. Observação do campo de estágio;

II. Observação da prática docente;

III. Participação;

IV. Regência.

Art. 18. O estagiário deverá obter, no mínimo, a nota 7,0 (sete) em cada uma das etapas constantes no artigo 17, para dar prosseguimento ao ECS.

Art. 19. A observação do campo de estágio caracteriza-se pelo contato formal com a entidade “campo de estágio”, por meio da identificação de suas instalações, forma de organização administrativa e pedagógica, bem como de suas estruturas de ensino e da comunidade no entorno.

Art. 20. A observação da prática docente caracteriza-se pelo acompanhamento direto de professores do campo de estágio com o objetivo de buscar subsídios para a construção de sua proposta de ensino por meio da análise dos elementos observados e das necessidades do contexto escolar.

Art. 21. A participação consiste em experienciar as mais diversificadas ações educativas possíveis, em atividades curriculares e extracurriculares, como: projetos já existentes na escola ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação, de elaboração de material didático pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas, em projetos de extensão (seminários, minicursos e oficinas para professores, alunos e comunidade escolar ou, ainda, grupos de educação não formal, desde que sobre temas específicos de cada curso); monitorias; colaboração em atividades e comemorações escolares.

Art. 22. A regência oportuniza a articulação entre o saber e o fazer. Caracteriza-se pelas aulas efetivamente ministradas pelo estagiário, previamente elaboradas e aprovadas, com

supervisão do professor orientador de estágio e do professor supervisor do campo de estágio devidamente habilitado na área de conhecimento do estagiário.

§ 1.º A regência deverá contemplar a elaboração e o desenvolvimento de um projeto de ensino.

§ 2.º O estagiário somente poderá dar início ao desenvolvimento do projeto de ensino após a aprovação dada pelo professor orientador de estágio.

Art. 23. O desenvolvimento do ECS deve respeitar o edital do plano de atividades.

Parágrafo único. O ECS poderá ser realizado, preferencialmente, em município de escolha do acadêmico.

Art. 24. O ECS efetuado pelo acadêmico, nos termos tratados neste regulamento, não cria vínculo empregatício de nenhuma natureza.

Art. 25. É vedada ao acadêmico a realização concomitante das etapas de participação e regência do ECS, exceto se a Comissão de Estágio o permitir.

Das Atribuições do Estagiário

Art. 26. São atribuições do estagiário para a realização das atividades do ECS:

- I. realizar as atividades de estágio conforme as disposições do presente regulamento;
- II. frequentar as aulas de orientação e cumprir o cronograma previsto e publicado em edital para as atividades do ECS dos cursos de formação de professores (licenciaturas);
- III. conhecer a política de estágio do curso e de sua sistemática;
- IV. solicitar na coordenação do curso seu-a carta de apresentação do estagiário;

- V. dirigir-se ao Escritório de Empregabilidade da Univille para formalizar o Termo de Compromisso de ECS;
- VI. respeitar normas, horários, procedimentos e peculiaridades do(s) campo(s) de estágio;
- VII. observar o campo de estágio e participar das atividades nele desenvolvidas;
- VIII. manter a ética sobre assuntos referentes ao ECS;
- IX. recorrer ao professor orientador de ECS sempre que surgirem dificuldades ou dúvidas não resolvidas no local de ECS;
- X. apresentar ao professor orientador do ECS e ao professor supervisor de estágio os projetos de todas as atividades que serão realizadas no campo, para análise, aprovação e autorização para sua execução;
- XI. apresentar ao professor orientador de estágio os formulários de frequência e avaliação, devidamente preenchidos e assinados, anexando-os nos TCEs;
- XII. comunicar suas faltas ao professor supervisor de estágio do campo de estágio e ao professor orientador antecipadamente e apresentar justificativa por escrito ao professor orientador até 2 (dois) dias úteis após sua ocorrência;
- XIII. elaborar Trabalho de Conclusão de Estágio Curricular Supervisionado conforme metodologia adotada na Univille e apresentá-lo ao professor orientador de ECS para sua aprovação, dentro do prazo previsto;
- XIV. entregar ao coordenador do curso cópia do documento com o resultado do estágio aprovado pelo orientador e/ou comissão de estágio;;
- XV. apresentar o resultado do estágio em seminário público;
- XVI. entregar ao coordenador do curso uma cópia i do TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio) parcial e cópia i-e eletrônica do Trabalho de Conclusão de Estágio;
- XVII. submeter-se à avaliação de desempenho em todas as etapas de seu estágio.

Da Avaliação, Frequência e Aprovação no ECS

Art. 27. Durante o desenvolvimento de todo o ECS os estagiários deverão ser capazes de:

- I. atuar profissionalmente a partir da graduação específica na área;
- II. conhecer as políticas públicas e saber onde, quando e como se aplicam no ambiente escolar;
- III. apropriar-se de conhecimentos técnico-didáticos para planejar o processo de aprendizagem dos alunos;
- IV. saber os conteúdos a serem ensinados, estabelecendo a relação com os objetivos da aprendizagem;
- V. ter habilidade para organizar atividades de pesquisa e extensão em projetos que envolvam alunos;
- VI. ser referência como pesquisador e leitor;
- VII. assumir a responsabilidade na organização da turma, na disciplina, na mediação de conflitos em classe ou no ambiente escolar;
- VIII. ter habilidade para trabalhar em equipe;
- IX. ser autônomo para planejar e inovar boas situações de aprendizagem;
- X. ser comprometido com a sua própria formação continuada e desenvolvimento profissional;
- XI. ser líder, responsável, solidário, ético e justo perante os dilemas da profissão;
- XII. estar predisposto às novas aprendizagens;
- XIII. ter habilidade para trabalhar com a diversidade da sala de aula e com alunos que apresentam muita dificuldade;
- XIV. ser responsável, assíduo e pontual;
- XV. apresentar expectativas positivas sobre a aprendizagem dos alunos;

XVI. conhecer a matéria que vai ensinar;

XVII. conhecer as orientações metodológicas empregadas na construção do conhecimento;

XVIII. conhecer as interações da sua disciplina com o desenvolvimento tecnológico e social da humanidade;

XIX. saber selecionar conteúdos adequados que deem uma visão correta da disciplina a ser ensinada.

Parágrafo único. O desenvolvimento dessas competências será analisado pelos professores orientadores de estágio nas avaliações de todas as etapas do estágio.

Art. 28. Para efeitos de avaliação do estágio será considerado plágio o ato de apresentar o trabalho de conclusão do seu estágio contendo partes, seja qual for o número de frases, de uma obra que pertença a outra pessoa sem referenciá-la.

Parágrafo único. O estagiário que incidir nessa prática terá o seu Trabalho de Conclusão de Estágio reprovado.

Art. 29. A avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário será realizada pelo professor orientador de ECS, de forma sistemática e contínua, considerando também o parecer avaliativo do professor supervisor de estágio.

Art. 30. A avaliação do ECS será feita considerando-se os seguintes itens:

- I. Desempenho do estudante;
- II. Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE);
- III. Apresentação do TCE em seminário público.

Art. 31. O desempenho das atividades de ECS corresponde ao desenvolvimento de todas as atividades de estágio previstas em cada etapa do estágio.

Art. 32. O Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) corresponde ao documento que descreve e analisa as atividades desenvolvidas pelo(a) estagiário(a), bem como fundamenta as questões teóricas abordadas e vivenciadas.

Parágrafo único. O gênero e o formato do TCE serão definidos pelos cursos segundo suas especificidades.

Art. 33. O seminário de apresentação do TCE corresponde à socialização da experiência do estágio, no qual o estagiário poderá ser questionado pelos professores avaliadores e pelos presentes. O evento deverá ser aberto ao público e ocorrerá em consonância com o calendário acadêmico.

Art. 34. Para a avaliação do desempenho do estagiário, serão considerados:

- I. comprometimento em relação às tarefas propostas no plano de atividades;
- II. avaliações escritas;
- III. projeto de atividades (participação e regência);
- IV. intervenção (participação e regência).
- V. Parecer emitido pela coordenação do Programa de Residência Pedagógica - RP.

Art. 35. O comprometimento refere-se à conduta responsável em relação às tarefas propostas e implica:

- I. cumprimento de todos os prazos;
- II. observação quanto às correções feitas nos textos escritos;
- III. comunicação ao professor orientador de qualquer tipo de dificuldade ou alteração no horário das aulas ou da escola;
- IV. busca pelas devidas orientações;
- V. apresentação prévia dos planos de aula;

VI. envolvimento durante o processo de ECS para o desenvolvimento das competências apresentadas no art. 27;

VII. ética profissional demonstrada no espaço escolar com os educandos, com os professores e com o corpo técnico-administrativo.

Parágrafo único. O comprometimento do estagiário no campo de estágio será avaliado pelo supervisor de ECS em formulário próprio, em conformidade com o art. 27.

Art. 36. As avaliações escritas correspondem aos textos a serem entregues nos prazos estabelecidos pela coordenação do curso, publicados em edital:

I. texto sobre observação do campo de estágio;

II. texto sobre observação de aulas;

III. texto sobre a intervenção na fase de participação;

IV. texto sobre a intervenção na fase de regência.

Art. 37. O Projeto de Atividades corresponde à proposta de intervenção do estagiário na etapa de participação e à proposta de intervenção na etapa de regência, segundo roteiro próprio e as formas de apresentação de trabalhos acadêmicos da Univille, respeitando o cronograma de ECS.

Art. 38. A intervenção corresponde à aplicação do Projeto de Atividades, na fase de participação e na fase de regência, cujos procedimentos didáticos devem ser previamente aprovados pelo professor orientador de ECS.

Parágrafo único. A intervenção é desenvolvida no campo de estágio e registrada em formulário específico.

Art. 39. Para a nota final do Trabalho de Conclusão de Estágio Curricular Supervisionado, serão considerados:

- I. adequação do TCE às Normas de Apresentação dos Trabalhos Acadêmicos da Univille;
- II. cumprimento dos prazos estabelecidos;
- III. adequação linguística;
- IV. reflexão sobre a intervenção;
- V. conclusões apresentadas que contribuirão para a docência;
- VI. coerência entre teoria e prática apresentadas;
- VII. organização dos documentos anexos, de acordo com a lista apresentada aos estagiários pelo professor orientador de ECS, que deverão estar devidamente preenchidos, assinados pelos responsáveis e carimbados, quando se fizer necessário.

Art. 40. Na apresentação em seminário, organizado pela Comissão Orientadora de Estágio, o estagiário será avaliado levando-se em conta:

- I. objetividade;
- II. recursos didáticos;
- III. organização e clareza na explanação das ideias;
- IV. relevância dos itens apresentados;
- V. pertinência das respostas às arguições;
- VI. cumprimento do horário definido para a apresentação.

Art. 41. O estagiário só poderá apresentar-se no seminário se tiver obtido no mínimo nota 7,0 (sete) no TCE, caso contrário será considerado reprovado no ECS.

Art. 42. A média final do ECS será dada pela média aritmética obtida em cada um dos itens descritos no artigo 30.

Art. 43. São condições para obtenção da aprovação no ECS:

I. cumprimento efetivo das horas de estágio;

II. obtenção de, no mínimo, nota média sete (7,00), numa escala de zero (0,00) a dez (10,00).

§ 1.º Será considerado cumprimento efetivo das horas de estágio a frequência de 100% em todas as atividades de estágio.

§ 2.º A média final sete (7,00) será feita nos termos do artigo 42.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 44. Alunos transferidos de outras instituições para a Univille devem submeter-se a este regulamento.

Art. 45. O acadêmico é o responsável, único e exclusivo, por qualquer contravenção legal ou administrativa que cometer na instituição de ensino ou local de estágio, ficando sujeito às penalidades previstas no Regimento Geral da Univille e responsabilizando-se por ações civis e criminais.

Art. 46. Por ser considerado um componente curricular em que o estagiário conclui a sua formação, integrando-se em situações reais ligadas à profissão para a qual está sendo habilitado, no estágio não serão publicadas as notas bimestrais – apenas a nota final, nem caberá recursos e/ou exame final.

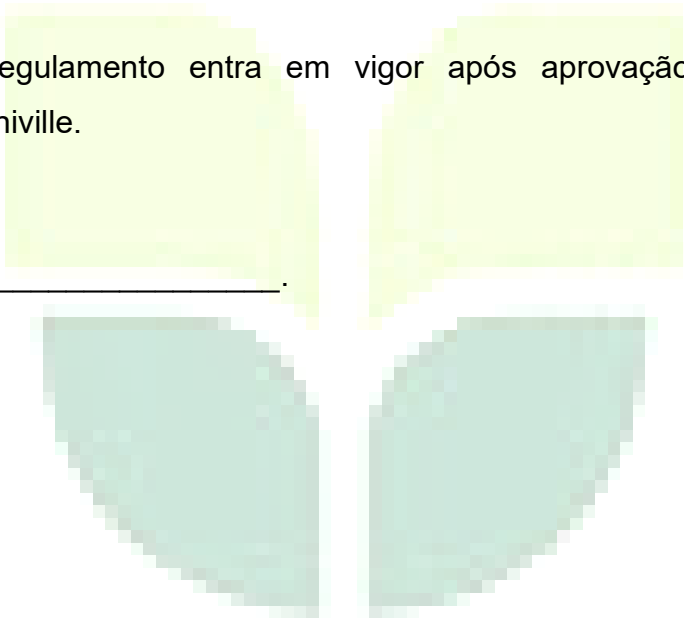
Art. 47. Os alunos não aprovados deverão cursar integralmente o ECS da série/semestre/módulo correspondente à reprovação.

Art. 48. Quando necessário, para esclarecer as especificidades de cada curso de licenciatura não contempladas neste regulamento, será feito um informativo complementar aprovado pelo respectivo colegiado e que será divulgado no início do período letivo por meio de um edital.

Art. 49. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Orientadora de Estágio, no âmbito de sua competência.

Art. 50. Este Regulamento entra em vigor após aprovação perante o Conselho Universitário da Univille.

Joinville, _____.

The logo of Univille is a stylized plant with two green leaves at the bottom and two yellow leaves at the top, positioned behind the text.

univille